

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

MONICA GOMES DE SÁ BARBOSA

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
ATUAÇÃO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO
DESENVOLVIMENTO DA AUTOPROTEÇÃO E PREVENÇÃO**

SÃO MATEUS - ES

2023

MONICA GOMES DE SÁ BARBOSA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ATUAÇÃO
DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO
DA AUTOPROTEÇÃO E PREVENÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Prof^a Dra. Marcia Moreira de Araújo

SÃO MATEUS - ES

2023

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

B238v

Barbosa, Monica Gomes de Sá.

Violência sexual contra crianças e adolescentes: atuação das professoras de educação infantil no desenvolvimento da autoproteção e prevenção / Monica Gomes de Sá Barbosa – São Mateus - ES, 2023.

158 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2023.

Orientação: prof^a. Dr^a. Márcia Moreira de Araújo.

1. Abuso sexual infantil. 2. Educação infantil. 3. Violência sexual - Prevenção. 4. Educação para segurança contra crimes sexuais. 5. Crianças - Autoproteção. I. Araújo, Márcia Moreira de. II. Título.

CDD: 372.372

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6^a Região – MG e ES

MONICA GOMES DE SÁ BARBOSA

VIOÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ATUAÇÃO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA AUTOPROTEÇÃO E PREVENÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 20 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARCIA MOREIRA DE ARAUJO
Data: 11/04/2023 16:49:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a Márcia Moreira de Araújo
Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)
Orientador (a)

Dr^a. Nilda da Silva Pereira
Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)

Documento assinado digitalmente



DENIZE MEZADRI DE ALMEIDA
Data: 27/03/2023 16:12:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Denize Mezadri de Almeida
Faculdade Multivix Vitória (MULTIVIX)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças e, de forma muito especial, àquelas que já passaram por qualquer tipo de violência sexual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que sempre foi o centro e o fundamento de tudo em minha vida. Sem Ele, certamente eu não teria chegado até aqui, sempre renovando as minhas forças e me dando discernimento nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo e aos meus filhos, que de uma maneira única e especial, sempre me apoiam em todas as minhas decisões. Obrigada, meus amores, pela paciência e carinho nos momentos em que mais precisei de vocês!

Aos meus pais, que sempre se esforçaram para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Eles foram fundamentais para a construção do meu caráter.

À minha orientadora Dra. Márcia Araújo, sempre disponível a qualquer momento para me auxiliar na construção deste trabalho, contribuindo com todo seu conhecimento e sabedoria sem medir esforços.

Às minhas amigas Amanda Mauri Anequim, Beatriz Tinoco de Oliveira e Marina Siqueira David, que me ajudaram a entender como a vida acadêmica pode ser desafiadora. Obrigada pelo apoio nos momentos de dúvidas, angústias, incertezas e alegrias!

À recém-chegada ao grupo de amigas, Elba Corrêa, por todo incentivo e assistência ao longo do curso.

À Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, pelo incentivo à qualificação dos profissionais que compõem o quadro de servidores do município.

Às professoras e professores do Programa de Mestrado do Centro Universitário Vale do Cricaré, por toda dedicação e compartilhamento de conhecimentos. Fomos inundados por novos saberes!

A todos que direta ou indiretamente tornaram possível a concretização deste trabalho.

RESUMO

BARBOSA, Monica Gomes de Sá. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Atuação das Professoras de Educação Infantil no Desenvolvimento da Autoproteção e Prevenção.** 2023. 158f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2023.

O abuso sexual infantil ainda é um tema complexo na sociedade contemporânea e um tabu para muitos docentes. Na Educação Infantil, a prevenção é necessária devido à dificuldade de detectar o problema que afeta um número cada vez maior de crianças. Dessa forma, apresentamos como pergunta problema de pesquisa: Como a professora de Educação Infantil poderá desenvolver, junto às crianças, a autoproteção como forma de prevenção do abuso sexual infantil? E como objetivo geral: Compreender como as professoras podem desenvolver, junto às crianças da Educação Infantil, a autoproteção contra possíveis casos de abuso sexual na infância. Para auxiliar e embasar a pesquisa, foram selecionadas algumas obras que tratam a temática sob diferentes ângulos e abordagens. Iniciamos as discussões com a compreensão da concepção de criança à luz de Àries (1981). Brino e Williams (2003) destacam a relevância da atuação dos profissionais da educação para a prevenção, enfrentamento e combate do abuso sexual infantil. Sanderson (2008) discute os toques e comportamentos apropriados e inapropriados e os riscos do abuso contra as crianças. Castanha (2008) apresenta as características da violência sexual infantil e Paixão e Deslandes (2010) contribuem com uma análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, associada à pesquisa participante, de cunho bibliográfico e exploratório. Propusemos a realização de averiguações junto a 13 professoras regentes de Educação Infantil, por meio de questionário semiestruturado e roda de conversa, para um envolvimento das participantes sobre seus conhecimentos e ações cotidianas diante da possibilidade de uma situação de abuso. Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria das profissionais demonstra receio em realizar a denúncia, não trabalha habitualmente a prevenção do abuso sexual em sala de aula e não sente dificuldades em identificar os sinais mais visíveis de abuso sexual infantil. Ficou nítida a necessidade de abordagem do tema, pois a maioria das professoras relatou nunca ter recebido orientação sobre prevenção do abuso. Assim, foi possível pensar e elaborar um guia de orientações como produto educacional, contemplando a metodologia. A proposta é auxiliar os professores e professoras para que possam atuar diretamente na prevenção do abuso sexual infantil.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil. Criança. Prevenção. Autoproteção

ABSTRACT

BARBOSA, Monica Gomes de Sá. **Sexual Violence Against Children and Adolescents: Actions of Early Childhood Education Teachers in the Development of Self-Protection and Prevention.** 2023. 158 f. Dissertation (Master's Degree) - Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2023.

Child sexual abuse is still a complex issue in contemporary society and a taboo for many teachers. In Kindergarten, prevention is necessary due to the difficulty of detecting the problem that affects an increasing number of children. Thus, the research question is: How can the preschool teacher develop, together with the children, self-protection as a way to prevent child sexual abuse? And as a general objective: To understand how teachers can develop, together with their children, self-protection against possible cases of childhood sexual abuse. To help and support this research, we selected some works that deal with the theme from different angles and approaches. We started the discussions with an understanding of the conception of the child in the light of Aries (1981). Brino and Williams (2003) highlight the relevance of the role of education professionals to prevent, confront, and combat child sexual abuse. Sanderson (2008) discusses appropriate and inappropriate touches and behaviors and the risks of abuse against children. Castanha (2008) presents the characteristics of child sexual violence and Paixão and Deslandes (2010) contribute with an analysis of public policies to confront sexual violence against children and adolescents in Brazil. The methodology used was qualitative research, associated with participatory, bibliographic, and exploratory research. We proposed the accomplishment of inquiries with 13 regular Kindergarten teachers, by means of a semi-structured questionnaire and a conversation circle, for an involvement of the participants about their knowledge and daily actions when faced with the possibility of an abuse situation. The results of the research revealed that most of the professionals are afraid to report the situation, do not usually work with prevention of sexual abuse in the classroom, and have no difficulties in identifying the most visible signs of child sexual abuse. The need to address the issue was clear, because most teachers reported never having received guidance on abuse prevention. Thus, it was possible to think and prepare an orientation guide as an educational product, contemplating the methodology. The proposal is to help teachers so that they can act directly in the prevention of child sexual abuse.

Keywords: Child Sexual Abuse. Children. Prevention. Self-Protection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Espírito Santo com marcação no município de Presidente Kennedy-ES	72
Figura 2 – Lócus da Pesquisa - Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta.....	73
Figura 3 – Lócus da Pesquisa – Rampa de acesso	74
Figura 4 – Refeitório	74
Figura 5 – Formação das professoras participantes da pesquisa	80
Figura 6 – Tempo de serviço das professoras participantes da pesquisa	80
Figura 7 – Dificuldades das professoras diante de uma suspeita de abuso sexual infantil	82
Figura 8 – Informações se houve ou não discussões anteriores sobre o abuso sexual infantil na instituição pesquisada	86
Figura 9 – Sinais percebidos pelas professoras que permitem uma suspeita de abuso sexual infantil	87
Figura 10 – Dever profissional em casos de abuso sexual infantil	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativos de Pesquisas na CAPES com base nos descritores.....	24
Quadro 2 – Produções acadêmicas analisadas.....	25
Quadro 3 – Dissertações e teses do catálogo da CAPES relacionados ao tema desse trabalho.....	27
Quadro 4 – Resumo dos Sinais emocionais de Abuso Sexual Infantil.....	42
Quadro 5 – Resumo dos Sinais interpessoais de Abuso Sexual Infantil.....	43
Quadro 6 – Resumo dos sinais comportamentais de abuso sexual infantil.....	45
Quadro 7 – Resumo dos sintomas cognitivos de abuso sexual infantil.....	46
Quadro 8 – Resumo dos sinais físicos de abuso sexual infantil.....	47
Quadro 9 – Resumo dos sinais sexuais de abuso sexual infantil.....	48
Quadro 10 – Legislação que assegura a Proteção da Criança e do Adolescente na Esfera Federal.....	54
Quadro 11 – Instituições e Serviços que asseguram a proteção integral da Criança e do Adolescente nas esferas Federal, Estadual e Municipal no Estado do Espírito Santo.....	55

SUMÁRIO

PREENCHENDO LACUNAS	11
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL COMO PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 JUSTIFICATIVA	20
2 REVISANDO A LITERATURA	24
2.1. UM DIÁLOGO ENTRE AS PESQUISAS DA ÁREA	26
2.2 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	34
2.3 CARACTERIZANDO O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL.....	36
2.3.1 OS SINAIS E SINTOMAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL	41
2.3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL	49
2.4 A REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL	52
2.5 O POSICIONAMENTO DA ESCOLA DIANTE DA PROBLEMÁTICA	58
2.6 PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	63
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	69
3.1 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA	71
3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA PRODUÇÃO DOS DADOS.....	75
3.3 PRODUÇÃO DOS DADOS	77
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
4.1 DIALOGANDO COM OS DADOS	79
4.2 SINTETIZANDO O PRODUTO EDUCACIONAL.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICES	113
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	113
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	147
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA RODA DE CONVERSA.....	149
APÊNDICE D - TEXTO MOTIVACIONAL DA RODA DE CONVERSA	151
ANEXOS	152
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	152
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE	154

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)156

PREENCHENDO LACUNAS

A narrativa a seguir¹ traz os momentos mais significativos do início da minha trajetória acadêmica até o momento em que se deu a realização do sonho da grande maioria dos professores: ingressar em um curso de mestrado profissional e ter a oportunidade de se tornar uma pesquisadora.

Ao iniciar o Curso Normal em Nível Médio na minha cidade natal, Campos dos Goytacazes-RJ, já no primeiro ano, entendi que os desafios seriam muitos. Percebi também que minha futura profissão me tornaria um agente de transformação individual e coletiva. Essa descoberta me levou a encarar os desafios com muito amor e comprometimento, mas não tive muitas oportunidades, a época, de aprimorar meus conhecimentos acadêmicos. Isso fez com que algumas lacunas da profissão não fossem preenchidas, como, por exemplo, as informações e qualificações necessárias para lidar com crianças com deficiências.

Entre os quase 30 anos lecionando em turmas de Educação Infantil, em dois deles, logo no início, tive alunos com deficiências. Eram crianças com paralisia cerebral e tinham plena capacidade de desenvolvimento motor e cognitivo, porém, eu não me sentia capaz de auxiliá-los nesse processo. Tenho consciência de que fiz o que estava ao meu alcance enquanto professora, mas hoje sei que poderia ter feito muito mais.

No ano de 2009, tive a oportunidade de fazer o vestibular para ingressar no curso de Pedagogia da UNIRIO, seria a realização de um sonho após quase 20 anos sem entrar em uma sala de aula como aluna. Os desafios foram muitos, mas com dedicação e a ajuda da minha primogênita, que já cursava o Ensino Médio e tinha condições de me auxiliar na preparação para a realização das provas, fui aprovada e iniciei meu curso no primeiro semestre de 2010. Muitas vezes me sentia perdida em meio a avalanches de novas informações inovadoras e encantadoras. Percebi que apenas o Curso Normal não havia me preparado devidamente para a jornada acadêmica, e que ainda tinha um vasto universo a ser explorado. Foi desafiador e fascinante cada momento vivido e cada disciplina cursada. As descobertas foram muitas nos quatro anos de curso. Porém, logo no início da graduação, descobri o

¹ A escrita desse tópico está configurada na primeira pessoa do singular por defesa a subjetividade e singularidade na minha história de vida.

quanto poderia ter contribuído para o desenvolvimento dos meus ex-alunos com deficiências e não o fiz por falta de qualificação e conhecimento. Assim, resolvi que desenvolveria meu Trabalho de Conclusão de Curso na área de Educação Especial, cujo tema foi “Os Avanços da Educação Especial ao Longo da História - da Segregação à Inclusão”. Desta forma, concluí meu curso de Licenciatura em Pedagogia em 2013.

Devo destacar que, desde que iniciei no magistério, não estive em outro ambiente de trabalho que não fosse uma escola. Sempre desejei me aprimorar e desenvolver meu trabalho com maestria, na medida da minha capacidade. Isso também me levou a perceber lacunas ainda em aberto. Foram muitas as experiências e realizações ao longo da minha trajetória na Educação Infantil, a qual sempre foi minha predileção e motivo de busca constante por aperfeiçoamento. Assim, me especializei nesta etapa da Educação Básica em 2018. Ainda neste ano, mais um sonho foi realizado quando fui aprovada no concurso público da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy-ES. Fui empossada e assumi meu cargo em fevereiro de 2019 para desempenhar minha função em um Centro Municipal de Educação Infantil, onde desejo colocar cada vez mais em prática todo conhecimento e experiência adquiridos ao longo da minha trajetória. A partir desse momento, passei a residir na cidade de Marataízes.

Quando surgiu a oportunidade de ingressar no Curso de Mestrado Profissional, em nenhum momento tive dúvidas a respeito do tema da pesquisa que gostaria de desenvolver. O tema escolhido seria sobre um assunto que traz consequências muitas vezes trágicas para o desenvolvimento global e para a vida de uma criança: a exploração e o abuso sexual infantil. Esse problema que se tornou ainda mais proeminente durante a pandemia de Covid-19, uma vez que muitas crianças ficaram confinadas com seus abusadores.

Mesmo ciente dos desafios enfrentados ao desenvolver uma pesquisa relacionada a esse assunto, senti a necessidade de preencher as lacunas existentes. Durante os longos anos em sala de aula, pude perceber o quanto a maioria dos professores e professoras não está preparada para lidar com esse tema, e não me excludo desse grupo, pois vivenciei situações em que não tomei as atitudes necessárias para proteger meus alunos e alunas. Muitos não imaginam como podem ajudar uma criança a distinguir entre abuso e demonstrações de carinho, atenção e afeto. Uma simples aula com foco na identificação das partes do corpo pode auxiliar

a criança a perceber onde uma pessoa adulta pode tocá-la, de que forma e por quem. Por esse motivo, decidi desenvolver uma pesquisa que ajude os professores a orientar as crianças na proteção contra o abuso sexual infantil, já que eles podem ser os primeiros a quebrar o ciclo da violência contra uma criança.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes tornou-se um problema social de grande importância e necessidade de abordagem. Esse fenômeno destrói a infância, lares, compromete futuros, aniquila famílias e vidas. Trata-se de uma triste realidade que assombra constantemente inúmeras crianças e adolescentes, independentemente de classe social, etnia, religião e cultura. A crueldade é imensa e sombria, a ponto de alguns se recusarem a acreditar que isso realmente ocorre. No entanto, a triste realidade é que acontece com muito mais frequência do que podemos imaginar. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), o abuso sexual infantil é um dos tipos de violência mais prevalentes no mundo. Devido à sua complexidade, exige seriedade no enfrentamento devido às dificuldades envolvidas.

De acordo com Florentino (2015), a violência sexual pode ser compreendida de duas formas: abuso sexual e exploração sexual. O abuso sexual é caracterizado por qualquer tipo de ação de natureza sexual perpetrada por uma ou mais pessoas adultas em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto entre pessoas com vínculos afetivos quanto sem qualquer parentesco. Já a exploração sexual é caracterizada pela relação comercial, envolvendo o comércio do corpo de crianças ou adolescentes, por meio coercitivo ou não, e manifesta-se em quatro formas distintas: tráfico, turismo sexual, pornografia e prostituição.

Identificar situações de violência sexual sofridas por crianças em qualquer ambiente, ou encontrá-las em situação de exploração sexual enquanto circulam em bares e ruas, expostas a diversos riscos, são motivos mais do que suficientes para que a sociedade se mobilize em prol da proteção dessas crianças e adolescentes. Portanto, é necessário abordar a violência sexual em todas as suas formas e manifestações. É preciso romper o silêncio que protege o(a) agressor(a) e garantir a proteção das crianças e adolescentes vítimas desse tipo de violência.

Para Luci Pfeiffer e Edila Salvagni (2005), o abuso sexual infantil possui grande impacto na saúde das crianças, afetando seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social de várias maneiras diferentes. Isso acarreta também em dificuldades no desempenho escolar, resultando em consequências negativas que podem persistir até a vida adulta. De acordo com a UNICEF (2014), esses impactos

variam dependendo do tipo de violência ao qual os indivíduos foram expostos, bem como sua intensidade e frequência.

A preocupação com o aumento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, juntamente com a necessidade de os educadores e educadoras desenvolverem práticas pedagógicas voltadas para a prevenção do abuso sexual na Educação Infantil, foi o que motivou este estudo. O objetivo da escola deve ser garantir boas condições de vida para as crianças e promover a cidadania, tornando-a um local ideal para a detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil (BRINO e WILLIAMS, 2003, p. 133).

Diante do exposto, é notória a urgência de pesquisas e adoção de medidas educativas que abordem cada vez mais essa temática e possam contribuir para a prevenção da violência sexual e a promoção da saúde das crianças. Dessa forma, por meio de atividades e abordagens que envolvam a temática da sexualidade e a prevenção do abuso sexual em crianças, é possível promover o enfrentamento da violência sexual. Ao utilizar atividades lúdicas e considerar as etapas do desenvolvimento da criança, é possível trabalhar aspectos como autoestima e autonomia, identidade, corpo, respeito às diferenças e à diversidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010) direcionam para que as práticas pedagógicas proporcionem situações de aprendizagem que favoreçam a autonomia, a auto-organização, o cuidado pessoal, a saúde e o bem-estar.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, de acordo com Suely Ferreira Deslandes e Daniel de Souza Campos (2015), configura-se como um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos, incluindo os direitos sexuais, que se referem a liberdade, autonomia e exercício responsável da sexualidade. Portanto, é necessário questionar a proteção dessas crianças e adolescentes nesse contexto, assim como a efetividade dos mecanismos para a restituição de seus direitos.

Dito isso, no primeiro capítulo, é apresentada uma abordagem introdutória da realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Essa violência requer a intervenção da sociedade e da escola, com participação na prevenção, visando à proteção dessas crianças e adolescentes possam. A apresentação do problema gerador da pesquisa, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos, está contextualizada de forma adequada.

O segundo capítulo está organizado com base nos trabalhos acadêmicos que abordam temas semelhantes e estão alinhados com esta linha pesquisa, com o objetivo de compreender o que já foi pesquisado em suas diferentes abordagens. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura, utilizando as bases de dados disponíveis do Catálogo de teses e dissertações do repositório Capes. Foram selecionados trabalhos dos últimos cinco anos que abordaram a questão do abuso sexual infantil e como lidar com a prevenção desses casos, englobando discussões em diversos âmbitos.

Neste capítulo, também foi estabelecido um diálogo com os principais autores e autoras de referência na área, a fim de compreender a concepção de criança historicamente constituída e as abordagens conceituais relacionadas ao abuso sexual infantil, com ênfase no contexto escolar. Foram discutidos alguns aspectos teóricos relacionados ao abuso sexual em crianças, abordando questões como os conceitos pertinentes aos fatores que envolvem essa temática, questões legais relacionadas ao abuso, a importância do papel dos professores e professoras, bem como da escola, na prevenção e detecção da violência, além da necessidade de capacitação dos profissionais para enfrentar esse problema.

O terceiro capítulo abrange a perspectiva metodológica utilizada nesta pesquisa e detalha todas as técnicas empregadas na produção dos dados, que possibilitaram a obtenção de informações suficientes para o estudo. Entre essas técnicas, destacam-se a aplicação de questionário semiestruturado e a realização de uma roda de conversa com as professoras do Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”.

O quarto capítulo consiste na discussão dos resultados obtidos por meio da produção e análise de todos os dados coletados e do que foi pesquisado, integrando teoria e prática para pensar e desenvolver o produto educacional. Esse produto tem como objetivo oferecer suporte às professoras de acordo com as necessidades identificadas e atender às expectativas das participantes da pesquisa. Neste mesmo capítulo, encontra-se a conclusão da investigação, que busca solucionar o problema de pesquisa apresentado no início do estudo, além de apresentar o produto educacional elaborado, que inclui dicas e orientações para atender às demandas levantadas durante a pesquisa.

O capítulo cinco apresenta as considerações finais dos principais resultados obtidos no estudo realizado, bem como uma breve discussão sobre a temática da

violência sexual em crianças, as limitações das profissionais da Educação Infantil e a necessidade de investimento em pesquisas futuras. A pesquisa foi conduzida com um grupo de 13 professoras regentes que atuam com crianças de zero a três anos de idade no Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”, localizado em Presidente Kennedy-ES.

1.1 O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL COMO PROBLEMA DE PESQUISA

O dever de cuidado e proteção de crianças e adolescentes cabe, em primeiro lugar, às famílias. Conforme estabelecido no artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990): “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (BRASIL, 1990). No entanto, por diversos motivos, muitos responsáveis deixam de cumprir essa responsabilidade e a criança acaba em situação de vulnerabilidade. Nesses casos, o risco de abuso sexual é iminente. Mesmo quando esse responsável, seja o pai, a mãe ou um representante legal, é uma pessoa presente na vida da criança, isso não garante que ela terá a proteção necessária. Portanto, a responsabilidade de proteção deixa de ser exclusiva da família e passa a envolver toda a sociedade, a fim de garantir a segurança e o bem-estar da criança.

A violência sexual cometida contra uma criança ou adolescente, na maioria dos casos, é uma experiência traumática que provoca sérios danos no desenvolvimento da vítima, afetando diversas áreas de sua vida. O Ministério da Saúde define o abuso sexual como:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança e ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia (BRASIL, 2002, p.13).

De acordo com Eva Teresinha Silveira Faleiros e Josete de Oliveira Campos (2000), a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser compreendida como uma situação que envolve tanto uma situação de abuso intrafamiliar quanto o abuso extrafamiliar, sem intenção comercial, ao contrário das situações de exploração sexual, nas quais a intenção mercantil está presente.

Nos casos de abuso sexual, as crianças e os adolescentes são “usados” para a “gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus” (ABRÁPIA, 1997, p.7).

De acordo com Ana Flora Werneck, Itamar Batista Gonçalves e Maria Gorete Vasconcelos (2014), esse tipo de violência é uma violação de direitos humanos, consolidada como um grave problema de saúde pública endêmico, complexo e multifacetado, que se organiza e se estabelece em relações de desigualdade e de poder. “Essa violência acontece em todas as classes sociais, independentemente de gênero, de raça e de etnia, estruturando-se com base em uma dinâmica arbitrária entre agressor, crianças e adolescentes, envolvendo a família e danificando todo o tecido social” (WERNECK, GONÇALVES e VASCONCELOS, 2014, p. 72).

Para Caroline Arcari Meyer (2017), a violência sexual tem se mostrado como consequência de um cenário histórico, socioeconômico e cultural no qual se evidencia a invisibilidade das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, bem como pelas ações de poder relacionadas à raça, gênero, classe social e faixa etária. A autora afirma ainda que “é fundamental que não se perca a dimensão dos aspectos históricos, socioeconômicos e psicossociais que favorecem a violência sexual, na tentativa de possibilitar a construção de estratégias para o enfrentamento do problema” (MEYER, 2017, p. 40).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de conscientizar os profissionais responsáveis por crianças e adolescentes sobre a importância de realizar intervenções primárias com frequência, a fim de evitar a perpetuação dos casos de abuso sexual infantil. Intervir antes que ocorra é a forma mais eficaz de proteção. Segundo Christiane Sanderson (2008), estudos indicam que as chances de traumas nas crianças aumentam quando os abusos são mais frequentes e prolongados.

É imprescindível mudar ou criar ambientes acolhedores e inclusivos nas escolas, de modo que seja possível desenvolver um trabalho de prevenção desde os primeiros anos da criança. A informação é essencial para construir, transformar e,

nesses casos, promover a autoproteção. Diante dessa questão incontestável, a escola pode se tornar o local de interrupção de ciclos de violência sexual contra as crianças. Portanto, não deve adotar a postura comum da sociedade, tratando o tema como um segredo que nunca pode ser revelado. O professor ou a professora não deve se deixar refém do medo de abordar a temática, por receio de reações contrárias, mas sim concentrar seus esforços no bem-estar da criança, que é o principal objetivo do seu trabalho. Dessa forma, o problema central da pesquisa pode ser formulado na seguinte pergunta: *Como as professoras podem desenvolver, junto às crianças da Educação Infantil, a autoproteção contra possíveis casos de abuso sexual infantil?*

Visto que, para realizar a pesquisa, será necessário responder à pergunta em questão, estabelecemos o seguinte objetivo geral: **Compreender como as professoras podem desenvolver, junto às crianças da Educação Infantil, a autoproteção contra possíveis casos de abuso sexual na infância.**

E para alcançar o objetivo geral, relacionamos os seguintes objetivos específicos:

- Elencar os conceitos, sinais, sintomas e consequências do abuso e da exploração sexual infantil.
- Verificar, junto às professoras de Educação Infantil, seus conhecimentos acerca dos sinais e sintomas de abuso sexual infantil.
- Entender como as professoras reagem diante de uma suspeita de abuso sexual infantil.
- Elaborar um guia de orientações às professoras para atuação na prevenção do abuso sexual infantil em sala de aula.

Apesar das dificuldades que sabemos encontrar pelo caminho a ser percorrido, o desejo de desenvolver uma pesquisa que possa auxiliar os educadores e educadoras na prevenção e combate ao abuso sexual infantil já se torna um estímulo mais que suficiente, além de incentivar outros pesquisadores e pesquisadoras a darem continuidade a este propósito. O abuso sexual cometido contra uma criança é um dos tipos de violência que não pode e não deve ser ignorado.

A temática não recebe exploração visível nas escolas, não havendo obrigatoriedade. No entanto, como professores, precisamos ter consciência de que é necessário sempre darmos o nosso melhor em tudo que fazemos. Portanto, mesmo que não seja uma obrigação, é uma necessidade trabalhar temas que desenvolvam a autoproteção das crianças, visando a prevenção do abuso sexual infantil.

1.2 JUSTIFICATIVA

Cabecinha boa de menino triste, de menino triste que sofre sozinho, que sozinho sofre, — e resiste, cabecinha boa de menino ausente, que de sofrer tanto se fez pensativo, e não sabe mais o que sente[...] (MEIRELES, 1938, sp).

Os sofrimentos da infância podem perpetuar-se ao longo da história de vida de uma criança, segundo o ponto de vista de Cecília Meireles, expresso em seu poema que introduz a justificativa desta pesquisa. Ela afirma que esses sofrimentos acompanham a criança através da memória, sendo lembrados e repercutidos na sua maneira de agir e viver sua infância, enquanto a felicidade perdida passa lentamente e friamente, deixando marcas negativas.

A discussão sobre a temática da violência sexual é de grande relevância, já que se tornou “um dos grandes problemas de saúde pública, já existentes há milhares de anos nas mais diferentes culturas e praticada das mais diversas formas, que vem aumentando significativamente no mundo”, refletindo diretamente no aumento da violência infantil (HENZ, 2013, p. 2).

A criança, normalmente, não tem capacidade de diferenciar as formas que uma pessoa adulta pode tocar seu corpo, e quando passa por uma situação de abuso, não consegue diferenciar o que é natural e o que ultrapassa os limites do carinho e do respeito. Isso faz com que o(a) agressor(a) acredite que possa abusar de uma criança porque ela não tem noção de que está sendo violentada. Assim, a escola pode ser o único lugar onde as crianças podem ser informadas sobre os limites que o adulto deve ter em relação ao tratamento direcionado a ela, tanto físico quanto psicológico. Por isso, o docente precisa se sentir preparado para enfrentar os diversos desafios ao lidar no cotidiano com as crianças, inclusive prepará-las para conhecer seu corpo e aprender a diferenciar os diversos tipos de contato de uma pessoa adulta, assim como quem poderá se aproximar de forma mais íntima ou mais reservada.

Assim sendo, para alertar e informar esse público, é necessário que o(a) educador(a) aborde e desenvolva o tema, buscando meios adequados e legais de impedir que elas tenham a infância “roubada”. Esclarecer a existência do problema é uma forma de protegê-las, e a informação pode e deve ser usada como instrumento para prevenir casos de abuso sexual infantil. Diante disso, faz-se necessário que cada professor(a) atue como agente de informação e prevenção para que a criança use a

autoproteção como forma de romper o ciclo de violência em alguns casos ou impedir que ele se estabeleça.

De acordo com um levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre os anos de 2017 e 2022, o Brasil registrou 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos e, estes, as vítimas de até 10 anos representa 62 mil. Os números são muito elevados e evidenciam um lado obscuro da sociedade. Os dados de notificações têm base em casos que são notificados e não englobam o total de ocorrências, porém, existem as subnotificações, o que poderá dar uma impressão falsa de que a violência sexual é um fenômeno raro (WILLIAMS, 2011).

O grande problema de uma situação dessas é que parte das violências sexuais infantis não é descoberta e nem revelada. O(A) abusador(a) segue encontrando outras vítimas e, conseqüentemente, a criança fica sem o atendimento necessário para casos como estes. Muitas vezes, a pessoa que deveria proteger abusa ou explora sexualmente a criança, que não tem como se proteger ou se defender, visto que ainda não tem capacidade para entender o que está acontecendo com ela. Muitas dessas crianças, quando percebem que foram ou estão sendo violentadas, já é tarde demais. Elas, comumente, não têm a quem recorrer, umas por receio, outras por serem ameaçadas pelo(a) abusador(a), ou ainda por acharem que se trata de algo normal e acreditam que devem conviver com a situação. Assim, dificilmente haverá casos de relatos espontâneos, o que faz com que a escola se torne o local ideal para desenvolver um trabalho direcionado para que a criança possa desenvolver a sua autoproteção. De acordo com Rachel de Faria Brino e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (2003, p.115), “[...] O principal agressor sexual encontra-se na família, a escola mostra-se como local ideal para detecção e intervenção junto a tais casos [...]”. Segundo elas, raramente as marcas deixadas são físicas, mas tendem a ter graves conseqüências para o desenvolvimento da vítima, podendo ser psicológicas e sociais.

Levando em conta que, entre outras atribuições, a escola tem como objetivos assegurar a qualidade de vida das crianças e promover a cidadania, torna-se premente a capacitação de professores e professoras para enfrentar esse problema complexo que é o abuso sexual infantil, contribuindo para a prevenção e a proteção de crianças e adolescentes.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227º da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988).

Nos casos em que os abusos já estão ocorrendo, a atuação do profissional da educação e da escola tem o mesmo grau de responsabilidade que a orientação com a finalidade de prevenção. É fundamental que cada profissional entenda como identificar os sinais de abuso sexual e saibam o compromisso que todos têm em realizar a denúncia.

De acordo com Deslandes et al (2015), “o enfrentamento da violência sexual envolve esforços multidisciplinares, intersetoriais, interinstitucionais e multiprofissionais, e a capacitação dos profissionais é reconhecida como ação estratégica” (DESLANDES et al, 2015, p. 432).

Ainda segundo Deslandes et al (2015), apesar de as diferentes profissões que atuam no campo das políticas públicas necessitarem de uma formação direcionada a um modelo de formação de profissionais com currículos comprometidos com a realidade da violência sexual, capaz de superar a visão disciplinar e responder à complexidade do fenômeno, a violência sexual raramente está incluída neste contexto. Desta forma, há muitas lacunas na formação da graduação e a continuidade de cursos de formação é uma necessidade, principalmente nos casos de profissionais que atuam diretamente no enfrentamento da violência sexual.

Todas as pessoas envolvidas com a criança têm o dever de protegê-la. Cada professor(a) precisa compreender o seu papel de proteção, além da educação. Para Nicole Christine Alves Figueiredo (2015, p. 23), programas que auxiliam na prevenção do abuso sexual infantil têm impacto no desenvolvimento de algumas competências, principalmente no que se refere a distinção de diferentes tipos de toques. Assim, a prevenção é a melhor e mais eficaz forma de cuidar e proteger, principalmente quando tratamos de um assunto que envolve os diversos aspectos do desenvolvimento humano. Uma criança erotizada, sexualizada ou abusada dificilmente terá esse desenvolvimento de forma saudável e completa. Certamente, as marcas deixadas serão difíceis de apagar devido a gravidade do tipo de violência. Portanto, urge a necessidade de desmistificar a ideia de que a violência sexual contra crianças e adolescentes não faz parte da nossa realidade. Ela existe, é mais frequente do que

imaginamos e ainda destrói a infância de milhares de crianças e adolescentes anualmente. É imprescindível a atuação de educadores(as) de forma clara e nivelada para que seja feito um trabalho de prevenção visando a conscientização da autoproteção contra possíveis casos de violência sexual na infância.

2 REVISANDO A LITERATURA

Os estudos e pesquisas voltados para a abordagem da violência sexual infantil têm grande relevância para os profissionais que desejam desenvolver seu trabalho com crianças e adolescentes, compreendendo que essa fase da vida é uma das mais importantes e determinantes para a completa formação do adulto. Assim sendo, foram realizadas buscas minuciosas de pesquisas no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para direcionar esta pesquisa através de abordagens e direcionamentos diversos, aprimorando a construção da revisão da literatura.

Ao realizar o levantamento de pesquisas acadêmicas condizentes com a temática, foram selecionados alguns trabalhos relacionados aos descritores de pesquisa que trouxeram suas contribuições ao tema. Esses estudos direcionaram a pesquisa para o desenvolvimento de atuações voltadas à proteção da criança na Educação Infantil. Dessa forma, foi possível determinar o número de pesquisas relacionadas ao tema em questão:

Quadro 1 - Quantitativos de Pesquisas na CAPES com base nos descritores

Descritores	CAPES	CAPES	PERÍODOS 2016 a 2021
	(Banco eletrônico) Total de Pesquisas Encontradas	(Banco eletrônico) Registros de Doutorado, Mestrado e Mestrado Profissional	
“Abuso Sexual Infantil”	34818	31831	4583
Prevenção	27370	24633	1998
Os professores no desenvolvimento da autoproteção da criança	104223	93477	8951

Fonte: Elaborado pela autora através do Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)

Ao finalizar as buscas, foram encontradas nove (09) pesquisas, entre as dissertações e teses, pertinentes ao tema em questão que complementaram a elaboração da presente pesquisa e irão compor a discussão que envolve a Revisão de Literatura.

Quadro 2 - Produções acadêmicas analisadas

DESCRITORES	TRABALHOS ALIADOS À PROPOSTA DA PESQUISA	AUTORIA/AN O	NATUREZA DO TRABALHO	DEMAIS DESCRITORES
“Abuso Sexual Infantil”	“Abuso Sexual na Educação Infantil: sentidos compartilhados por professores”	Suelen Batista Freire (2016)	Mestrado em Educação Universidade Federal de Pernambuco	Abuso Sexual Infantil; Representações Sociais; Professores.
	“Análise Do Jogo “Trilha Da Proteção”- Como Auxiliar Na Diminuição Da Vulnerabilidade Para A Violência Sexual Infantil”	Fabricio Meyer (2017)	Mestrado Profissional em Educação Sexual Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)	Prevenção violência sexual; Educação sexual; Jogo educativo; Vulnerabilidade infantil
	“Estudo Sobre Violência Intrafamiliar contra a criança: Conhecimentos e Atitudes de Professores da Educação Infantil”	Luisa Leoncio Monti (2020)	Mestrado em Educação Escolar Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)	Violência intrafamiliar; Formação de professores; Teoria Bioecológica
Prevenção	“A prevenção da violência sexual infantil como ferramenta de efetivação da doutrina da proteção integral legitimada constitucionalmente”	Sabrina Fumagalli Leaes Gastaldo (2016)	Mestrado em Direito Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Criança; Proteção integral do menor; Violência sexual infantil; Prevenção.
	“Livro ‘O Que é Privacidade?’: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças”	Caroline Arcari Meyer (2017)	Mestrado Educação Sexual Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho	Violência sexual; Educação sexual; Prevenção primária; Enfrentamento.
	“Caminhos para prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre as tecnologias educativas”	Erotildes de Souza Santos (2018)	Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	Criança; abuso sexual; prevenção; tecnologia educativa

Os professores no desenvolvimento da autoproteção da criança	“O Monstro Amigo: Possíveis Abordagens no Ensino Fundamental Sobre o Abuso Sexual em Crianças”	Regisson da Silva (2019)	Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Abuso sexual em crianças; Pedofilia; Sala de aula; Desempenho escolar; Professores.
	“A Construção de Ações Educativas de Prevenção do Abuso Sexual na Infância”	Erica de Souza Paixão (2020)	Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura Universidade Presbiteriana Mackenzie	Prevenção; Abuso Sexual Infantil; Educação; Desafios
	“Violência Sexual Infantil: Um Estudo Acerca do Papel da Escola na Ruptura da Cadeia de Violência”	Gabriela Vieira de Oliveira (2021)	Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação Centro Universitário Vale do Cricaré	Violência sexual; Abuso sexual infantil; Ambiente escolar

Fonte: Elaborado pela autora através do Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)

A seguir, estabeleceremos um diálogo entre as pesquisas acadêmicas que mais se aproximam do tema proposto, dialogando com a presente linha de pesquisa e que, de alguma forma, trazem suas contribuições para o seu desenvolvimento.

2.1 UM DIÁLOGO ENTRE AS PESQUISAS DA ÁREA

Para desenvolver uma pesquisa, é necessário que o(a) pesquisador(a) tenha conhecimento de trabalhos já produzidos e publicados referentes ao tema proposto. Portanto, foram realizadas buscas de produções mais recentes entre teses e dissertações disponíveis na plataforma CAPES. Usando a palavra-chave “Abuso Sexual Infantil” foram encontradas as obras que discutem o tema.

Após a análise, seis (06) trabalhos foram selecionados para realizar a revisão de literatura. São as seguintes dissertações: “Análise Do Jogo “Trilha da Proteção” - Como Auxiliar na Diminuição da Vulnerabilidade para a Violência Sexual Infantil”, de Fabricio Meyer (2017); “Livro ‘O que é privacidade?’: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças”, de Caroline Arcari Meyer (2017); “Caminhos para

prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre as tecnologias educativas”, de Erotildes de Souza Santos (2018); “O Monstro Amigo: Possíveis Abordagens no Ensino Fundamental Sobre o Abuso Sexual em Crianças”, de Regisson da Silva (2019); “A Construção de Ações Educativas de Prevenção do Abuso Sexual na Infância”, Erica de Souza Paixão (2020) e “Estudo Sobre Violência Intrafamiliar contra a criança: Conhecimentos e Atitudes de Professores da Educação Infantil”, de Luisa Leoncio Monti (2020).

Para finalizar a busca no repositório CAPES, calcada nos descritores anteriormente mencionados, elencou-se no quadro abaixo as dissertações e teses que foram analisadas.

Quadro 3. Dissertações e teses do catálogo da CAPES relacionados ao tema deste trabalho

Títulos Selecionados	Autor/Ano	Instituição Executora
Abuso Sexual na Educação Infantil: sentidos compartilhados por professores.	Suelen Batista Freire (2016) – Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco
A prevenção da violência sexual infantil como ferramenta de efetivação da doutrina da proteção integral legitimada constitucionalmente.	Sabrina Fumagalli Leaes Gastaldo (2016) - Dissertação	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Análise Do Jogo “Trilha da Proteção” - Como Auxiliar na Diminuição da Vulnerabilidade para a Violência Sexual Infantil.	Fabricio Meyer (2017) – Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)
“Livro ‘O Que é Privacidade?': uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças”	Caroline Arcari Meyer (2017)	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho
Fatores associados à duração e severidade do abuso sexual infantil em São Paulo – Brasil.	Maria Auxiliadora Figueredo Vertamatti (2017) – Tese	Universidade De São Paulo
Caminhos para prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre as tecnologias educativas.	Erotildes de Souza Santos (2018) – Dissertação	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Desenvolvimento de Aplicativo de Prevenção Primária à Violência Sexual Contra Crianças.	Jussara Besutti (2019) – Dissertação	Faculdade Meridional
O Monstro Amigo: Possíveis Abordagens no Ensino Fundamental Sobre o Abuso Sexual em Crianças.	Regisson da Silva (2019) – Dissertação	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação social do abuso sexual infantil e as práticas escolares em professores do ensino fundamental.	Fernanda Maria Siqueira Tavares (2019) - Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Estudo Sobre Violência Intrafamiliar contra a criança: Conhecimentos e Atitudes de Professores da Educação Infantil.	Luisa Leoncio Monti (2020) - Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara)
A Construção de Ações Educativas de Prevenção do Abuso Sexual na Infância.	Erica de Souza Paixão (2020) – Dissertação	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Violência Sexual Infantil: Um Estudo Acerca do Papel da Escola na Ruptura da Cadeia de Violência.	Gabriela Vieira de Oliveira (2021) – Dissertação	Centro Universitário Vale do Cricaré
O Enfrentamento do Abuso Sexual Infantil: Rede de Proteção e Atendimento Humanizado.	Etyane Goulart Soares (2021) – Dissertação	Universidade de Cruz Alta
Pervasividade de Gênero e Abuso Sexual Infantil: Como o gênero afeta as diversas respostas de suporte social envolvidas no processo pós-revelação.	Renata da Conceição da Silva Pinheiro (2021) – Tese	Universidade De São Paulo

Fonte: Elaborado pela autora através do Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)

A fim de estabelecer um diálogo evidenciando as vertentes relacionadas à proposta da presente pesquisa, realizou-se uma análise dos trabalhos selecionados. Assim, constatou-se que alguns estudos apontam para reflexões de alguns profissionais acerca do problema, enquanto outros evidenciam a importância da escola no combate à violência, discorrem sobre as classificações e tipos de abusos sexuais infantis, assim como o enfrentamento em suas diversas formas.

Fabricio Meyer² apresenta o jogo Trilha da Proteção como ferramenta lúdica auxiliar na prevenção da violência sexual das crianças de 6 a 12 anos, criado por um grupo de professores através de sua dissertação de mestrado intitulada “Análise Do Jogo “Trilha da Proteção” - Como Auxiliar na Diminuição da Vulnerabilidade para a Violência Sexual Infantil”, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. O estudo realizado foi qualitativo do tipo documental, utilizou a metodologia LORI 1.5 (Learning Object Review Instrument), o pesquisadores deveriam avaliar e classificar, em uma escala de 1 a 5, 9 itens, já pré-estabelecidos, elaborando em seguida um objeto de aprendizagem, o que permitiria uma avaliação mais objetiva para situações ou conceitos subjetivos. Alguns autores que embasaram sua pesquisa foram: Bogdan e Biklen (1994); DeMause (1991; 1998); (Cromberg, 2001); (Cohen, 1993); Ferrari (2002); Furniss (1993); Habigzang (2005); Koller (2004).

Caroline Arcari Meyer³ traz a trajetória e a fundamentação teórica de um recurso educativo que visa promover um diálogo com crianças pequenas visando o enfrentamento da violência sexual em sua dissertação de mestrado intitulada “Livro “O Que é Privacidade?”: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças”. Ela buscou relatar de uma forma detalhada a trajetória da elaboração da obra e as tomadas de decisões, elencando os passos que envolveram a elaboração do texto, a formação dos principais personagens e dos demais, assim como a indicação da faixa etária indicativa de uso do livro. Sua pesquisa também sintetiza um estudo da educação sexual assim como suas contribuições no enfrentamento da violência sexual contra as crianças. Assim, ela enfatiza que é por meio da educação sexual que pode ser criado um ambiente seguro e com liberdade para que os(as) alunos(as) possam se comunicar com familiares, educadores(as) e outros profissionais, se estiverem passando por uma situação de violência. Nesses casos, a proposta da pesquisa é apresentar uma ferramenta de enfrentamento da violência para facilitar o diálogo, promovendo situações, espaços, discussão e informação, proporcionando à criança momentos em que ela possa identificar situações de perigo e tenha condições de solicitar ajuda a uma pessoa adulta de sua confiança. Os objetivos do livro em desenvolvimento tiveram seus fundamentos partindo de

² Disponível em: file:///C:/Users/user-name/Downloads/Fabricio_Meyer_ME.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2022.

³ Disponível em: file:///C:/Users/user-name/Downloads/Caroline_Arcari_Meyer_ME.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2022.

publicações nacionais e internacionais, elencando os conceitos que precisam ser transmitidos às crianças para que possam se proteger da violência. Aborda assuntos como o respeito ao próprio corpo e do outro, privacidade e anatomia e limites quanto aos toques recebidos. A dissertação centrou-se no relato da trajetória que culminou na construção do livro “O que é privacidade?”, aliando a pesquisa bibliográfica para fundamentar a obra. O estudo foi estruturado a partir da perspectiva analítico-descritiva e teve como resultado a própria obra supracitada. A pesquisadora utilizou-se de alguns autores para referenciar sua pesquisa, tais como: Ariès, 1981; Paço, 2009; Costa, 2008; Meireles, 1984; Frantz (2001) e Abramovich (1997).

Continuando nosso diálogo, Erotildes de Souza Santos⁴ apresentou um estudo exploratório no ano de 2018 com o tema “Caminhos para prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre as tecnologias”, o qual buscou identificar algumas tecnologias educativas que poderiam vir a auxiliar ações de profissionais que trabalham com crianças, visando a prevenção primária do abuso sexual infantil. O trabalho desenvolvido teve como problemáticas: Existem tecnologias educativas que podem subsidiar ações de prevenção do abuso sexual e promoção da saúde de crianças? Para quais públicos as tecnologias são direcionadas? Quais atividades/ações são apresentadas? Quais temáticas são propostas por essas tecnologias que podem contribuir para prevenção do abuso sexual? Existem tecnologias que podem contribuir no trabalho de educação para as sexualidades? E teve como objetivo geral: Explorar tecnologias educativas que visem a prevenção do abuso sexual contra as crianças, nacionais e internacionais, desenvolvidas entre 2000 e 2016. E como objetivos específicos: Identificar tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças; caracterizar as tecnologias identificadas segundo tipos, objetivos, autor/instituição, público-alvo e outros aspectos pertinentes e, por último, analisar atividades/ações propostas pelas tecnologias, destacando suas possibilidades e limites como estratégias para prevenção do abuso sexual e promoção da saúde das crianças.

Para desenvolver a pesquisa realizou-se um estudo de revisão da literatura, revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicos científicos e uma análise documental através de sites de organizações governamentais, não governamentais e privadas. Alguns autores embasaram a pesquisa, como GABEL, 1997; Gubert FA,

⁴ Disponível em: file:///C:/Users/username/Downloads/Erotildes%20de%20Souza%20Santos%20%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2022.

2009; Silva DQ e Guerra OU, 2013; Sanderson, C, 2008; Almeida AO, 2012; Rizzini I e Pilotti F, 2011; Vasconcelos, KEL e Schmaller, VPV, 2014, Carvalho, C., Silva, E., Souza, S. e Salgado, R, 2012; Lowenkron, L., 2015; Goellner, SV., 2013; . Piscitelli, A, 2008.

Complementando a temática, uma pesquisa foi desenvolvida e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo por Régisson da Silva⁵, em 2019, com o tema “O monstro amigo: possíveis abordagens no Ensino Fundamental sobre o abuso sexual em crianças”, onde ressalta a importância e urgência em se discutir a temática nas escolas, analisando abordagens realizadas em salas de aula e desenvolvendo uma proposta de orientação aos docentes.

A problemática que norteou a pesquisa foi entender quais as concepções de professores, diretores, coordenadores e pedagogos acerca da violência sexual cometida contra as crianças e seu reflexo no âmbito escolar. Teve como objetivo geral identificar as abordagens pedagógicas realizadas em salas de aula do ensino fundamental sobre o abuso sexual em crianças. E, como objetivos específicos, problematizar as concepções de professores, diretores e coordenadores sobre violência sexual cometida contra crianças; analisar as dificuldades relacionadas à abordagem do tema abuso sexual em crianças ao longo da história; verificar as abordagens pedagógicas sobre abuso sexual em crianças, realizadas em sala de aula, na atualidade; debater alternativas apresentadas para o tema nas salas de aula do ensino fundamental e, por último, apresentar uma proposta de intervenção no sentido de orientar e capacitar educadores e profissionais ligados a esse público. A pesquisa tem cunho qualitativo. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa a fim de tomar ciência dos conhecimentos prévios e das necessidades de cada participante. No segundo momento foi analisado todo o conteúdo coletado, para que pontos importantes fossem filtrados e destacados. E, no momento final, foi promovida uma capacitação para os profissionais envolvidos. Utilizou como referência Christiane Sanderson (2008), Philippe Ariès (1991) e Laura Lowenkron (2015).

⁵ Disponível em: file:///C:/Users/user-name/ Downloads /MPCM_ Disseerta%C 3%A7%C3% A3o %20de%20Mestrado%20na%20modalidade%20profissional_R%C3%A9gisson%20da%20SilvaTurma %202016_%20V%20Final%20em%2006.11.2019%20(2).pdf f. Acesso em 20 de agosto de 2022.

A pesquisadora Erica de Souza Paixão⁶ dialoga com nossa pesquisa através de sua dissertação de mestrado apresentada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, no ano de 2020, intitulada “A Construção de Ações Educativas de Prevenção do Abuso Sexual da Infância” onde ela apresenta como problema de pesquisa as questões das políticas no campo da educação que contemplam a prevenção do abuso sexual infantil através de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Parte de uma pesquisa temática, abordando a compreensão da concepção de infância através dos autores Àries (2016), Rizini e Pilotti (2011) e Corsaro (2011) e na construção da teoria da família através das concepções dos autores Ferrari (2002), Bruschini; Azevedo; Castro e Ribeiro (2011), que compreendem a família como responsáveis pela formação dos vínculos afetivos, com função educativa. Entrevistas foram realizadas com psicólogas e a diretora pedagógica do setor educacional do município estudado na busca de analisar as condições de desenvolvimento psicossocial e protagonismo de alunos locais.

Luisa Leoncio Monti⁷ apresentou uma dissertação de Mestrado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara, em 2020, abordando a temática: “Estudo sobre Violência Intrafamiliar Contra a Criança: Conhecimentos e Atitudes de Professores da Educação Infantil” onde ela afirma que, na escola e no professor, se encontra instrumentos de prevenção e proteção à criança quando se trata de violência. O estudo investiga conhecimentos e atitudes de professoras da Educação Infantil a partir da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, 36 professoras de Centros Municipais de Educação Infantil participaram da pesquisa no interior de São Paulo e foram utilizados instrumentos de coleta de dados como, um questionário sobre formação e experiência docente e outro estilo escala de Likert sobre violência intrafamiliar contra a criança.

A problemática da pesquisa se estabelece na necessidade iminente de que o professor possa desenvolver habilidades para lidar com o assunto em sala de aula e ter condições de identificar casos de violência contra a criança. Tem como objetivos investigar os conhecimentos e atitudes das professoras da Educação Infantil sobre a violência intrafamiliar contra a criança de zero a cinco anos e 11 meses; entender a

⁶ Disponível em: [file:///C:/Users/user-name/Downloads/%C3%89RICA%20DE%20SOUZA%20PAIX%C3%83O%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user-name/Downloads/%C3%89RICA%20DE%20SOUZA%20PAIX%C3%83O%20(1).pdf). Acesso em 20 de agosto de 2022.

⁷ Disponível em: file:///C:/Users/user-name/Downloads/luisa_leoncio_monti_ME.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2022.

violência intrafamiliar sob um pressuposto de multicausalidade, o que considera o objeto em uma visão interpretativa e histórica da vítima e da realidade; compreendendo e questionando o protagonismo das instituições escolares em relação ao enfrentamento da violência e da proteção dos direitos das crianças; e descrever conhecimentos e atitudes de professoras atuantes na Educação Infantil a respeito da violência intrafamiliar contra a criança. A pesquisa em questão é um estudo de campo de abordagem quanti-qualitativa do tipo descritiva. Alguns autores que embasaram este estudo foram: Azevedo & Guerra, 1995; Maldonado e Williams, 2005; Lucânia, Valeiro, Barison, Miyakazi, 2009; Habigzang, Azevedo, Koller, Machado, 2006; Gomide, 2010; Brino E Williams, 2008; Araújo, M. F, 2002; Ariès, P, 2015; Assis, S. G. 1994; Azevedo, M. A.2015; Ceconello, 2003; Azevedo, 2015; Belsky, 1980; Aquino, 1998; Kirk E Miller, 1986; Akkerman E Meijer, 2011.

Os trabalhos desenvolvidos levaram em consideração a realidade revelada de que o abuso sexual está presente em diversas classes sociais e ambientes, independentemente de cor, etnia, idade, entre outros. Todos eles possuem uma discussão em comum: o prejuízo global e, muitas vezes, permanente que o abuso sexual deixa em uma criança. Consequências negativas foram relacionadas em diversas fases e tipos de desenvolvimento, assim como em diferentes metodologias. Uma parcela de autores preocupa-se com a intervenção dos professores na prevenção dos casos de abuso com crianças do Ensino Fundamental e indica possibilidades de enfrentamento. A maioria considera que a escola é o lugar ideal para realizar intervenções, e, nesse sentido, esta pesquisa está diretamente associada, pois a escola é o melhor ambiente para esse tipo de mediação. Cada professor(a) deve buscar ferramentas que auxiliem a criança no desenvolvimento da sua autoproteção como forma de prevenção, pois crianças muito pequenas precisam de uma linguagem diferenciada e desenvolvem um aprendizado efetivo quando a ludicidade é utilizada como ferramenta, visto que elas interpretam, conhecem e interagem com o mundo de forma naturalmente lúdica. Piaget (1998) afirma que a atividade lúdica é o início indispensável das atividades intelectuais da criança, sendo fundamental para a prática educativa.

2.2 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

As questões que permeiam a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, assim como a sua prevenção e combate, são diversas e complexas. Portanto, destacaremos os aspectos mais relevantes relacionados aos esclarecimentos conceituais do tema e à prevenção desse tipo de violência. Diversos autores trazem provocações interessantes que envolvem o objeto de estudo, contribuindo e embasando com apoio substancial para enriquecimento da proposta, evidenciando o papel da escola diante do número crescente desse tipo de violência.

Alguns estudos apontam para a abordagem essencial do desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas a prevenção do abuso sexual praticado contra as crianças e adolescentes e ressaltam a inexistência de formação específica sobre o assunto nos cursos de formação de docentes, o que leva a um despreparo desses profissionais para lidar com uma situação cada vez mais presente nas escolas.

Iniciaremos nosso referencial falando um pouco sobre a concepção de criança historicamente constituída, visto que nem sempre ela foi vista como um sujeito histórico e cultural em condições de participar do seu próprio processo de formação. De acordo com Ariès (1981), as crianças eram consideradas apenas como seres biológicos, sem nenhum estatuto social nem autonomia durante grande parte da idade média. Philippe Ariès tem lugar de destaque na história da infância por tratar o tema com seriedade e abrangência, assim, ele embasa toda a discussão em torno da concepção de criança.

A criança não despertava o interesse de adultos(as) até meados do século XVIII e ao longo do século XIX, de acordo com Oliveira (2005). A partir desse período, ela passa a ser vista como sujeito com necessidades de cuidados mais específicos a fim de serem preparadas para o mundo das pessoas adultas, tornando a escola como importante instrumento para aqueles que podiam frequentá-la (OLIVEIRA, 2005, p. 62).

De acordo com Ariès (1981), durante a idade média, a infância não era vista como uma etapa a ser vivenciada pelo indivíduo. Comumente, definiam essa etapa da vida como:

[...] a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a

peessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras [...] (ARIÈS, 1981, p. 36)

Assim, segundo Ariès (1981, p. 232), a família “era uma realidade moral e social, mais do que sentimental”, pois inseria a criança no mundo do trabalho por volta dos sete anos de idade, fazendo parte do contexto social e cultural das pessoas adultas. Desta forma, fica elucidado que as crianças, nesse período, não frequentavam ambientes escolares e se dedicavam apenas às atividades sociais e laborais que eram naturais das famílias. Os conhecimentos eram transmitidos de uma geração para outra.

Apenas no período moderno, algumas mudanças familiares começam a ocorrer devido a alterações econômicas, políticas, sociais e culturais. Assim, a criança passa a receber um pouco de atenção e preocupação por parte da família. Ariès (1981) explica essas mudanças como um sentimento relacionado à descoberta da infância que leva a família a compreender o significado da criança no seio familiar e o que sua presença representa. As famílias passaram a entender que as crianças representavam a sucessão.

Diante das contribuições de Ariès, entendemos que as crianças não eram vistas como sujeitos de direitos com políticas públicas voltadas às suas necessidades individuais. As crianças eram vistas como adultos(as) em miniatura, pois os(as) adultos(as) se relacionavam com elas sem distinção por faixa etária, nem respeito pela pouca idade, inclusive com relação à sexualidade. Isso ocorria porque a inocência das crianças não era considerada algo plausível, não se acreditava na diferença entre adultos(as) e crianças. “No mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1981, p. 51).

A partir da metade do século XX, de acordo com DeMause (1991), iniciaram-se algumas mudanças nos padrões de cuidado com os filhos por parte das famílias, uma vez que passaram a entender que as crianças sabiam mais do que precisavam. Assim, passaram a dar uma atenção especial mais direcionada a cada fase da criança, de acordo com suas necessidades de desenvolvimento. Com a intervenção de educadores e psicólogos, de acordo com Ariès (1981), as crianças passaram a ser vistas como seres em fase de desenvolvimento e, portanto, sujeitas a direitos que precisam ser incluídas nas políticas sociais.

Portanto, para produzir a visão atual de criança, foi necessário que os avanços científicos e os afetos familiares se tornassem presentes de forma significativa, permitindo que a criança fosse inserida na sociedade como cidadã de direitos.

Nos dias atuais, a infância é compreendida como uma fase intrínseca da existência humana, fazendo com que a criança seja o produto da sua própria história e se firme como sujeito histórico-social. Kuhlmann Jr (2010) considera a infância como uma condição da criança, ou seja, um “[...] conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e social é muito mais que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida [...]”. Segundo ele, é necessário conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas (KUHLMANN JR, 2010, p. 30).

Essa perspectiva relacionada à importância da infância e ao tratamento da criança como ser distinto do adulto, tanto no modo de agir como de pensar, é sistematizada por Sônia Kramer (1996). A criança é vista como sujeito social, criadora de cultura, desveladora de contradições e com um modo próprio de ver a realidade.

2.3 CARACTERIZANDO O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes se apresenta de duas maneiras: através do Abuso Sexual e da Exploração Sexual. O abuso sexual acontece quando uma pessoa obriga ou seduz uma criança ou adolescente a realizar atos sexuais. Para o abuso sexual, existem ainda duas classificações: A primeira delas e a mais frequente é a intrafamiliar, que acontece dentro do contexto da família. Maurício Cunha (2021) afirma que o abuso sexual infantil pode ocorrer em um ambiente onde o agressor tem ligação com a vítima através de laços de consanguinidade, como pais, mães, irmãos, avós, tios ou quando existem outros vínculos de parentesco, como, por exemplo, padrasto, madrasta ou cunhado(a); podendo ser ainda através dos vínculos por adoção, guarda ou tutela.

Dalka Chaves de Almeida Ferrari (2002) caracteriza a violência sexual contra crianças e adolescentes por meios de três ações:

- Não envolvendo contato físico: abuso verbal, telefonemas obscenos, vídeos/filmes obscenos, voyeurismo, pornografia;
- Envolvendo contato físico: atos físico-genitais, que incluem passar a mão, coito (ou tentativa de), manipulação de genitais, contato oral-genital e uso sexual do ânus; prostituição infantil (ou seja, exploração sexual da criança

para fins econômicos) e incesto (enquanto atividade sexual entre criança e seus parentes mais próximos, tanto de sangue quanto de afinidade).
- Envolvendo contato físico com violência: estupro, brutalização e assassinato (crianças emasculadas) – no qual estão presentes a força, ameaça ou intimidação (Ferrari, 2002, p. 84).

Os abusos também podem ocorrer no contexto extrafamiliar, quando o(a) agressor(a) é uma pessoa conhecida ou desconhecida da vítima, que procura obter algum tipo de vantagem na relação com a família da vítima, como amigos, conhecidos, parentes ou profissionais (médicos, professores). Para Cunha (2021), a violência praticada contra crianças e adolescentes se define como uma:

forma de violência que acontece dentro do ambiente doméstico ou fora dele, mas sem a conotação da compra de sexo, podendo o agressor ser pessoa conhecida ou desconhecida da vítima. O fenômeno consiste numa relação adultocêntrica, sendo marcado pela relação desigual de poder; o agressor (pais/ responsáveis legais/pessoas conhecidas ou desconhecidas) domina a criança e/ou adolescente, se apropriando e anulando suas vontades, tratando-os, não como sujeitos de direitos, mas sim como objetos que dão prazer e alívio sexual. Podemos conceituar o fenômeno do abuso sexual contra crianças e adolescentes como: Todo ato de natureza erótica, com ou sem contato físico, com ou sem uso de força, entre um adulto ou adolescente mais velho e uma criança ou adolescente (CUNHA, 2021, p. 6).

Silva (2019) afirma que podemos entender o abuso sexual infantil como um jogo em que a criança é submetida a se excitar ou a se satisfazer sexualmente. Isso poderá acontecer com o uso de força física ou através da sedução, seja por meio de palavras ou pela oferta de presentes. Muitas vezes, a criança sofre ameaças por parte do(a) abusador(a) para que seus desejos sejam atendidos.

De acordo com Faleiros e Campos (2020), existe uma anuência entre os estudos de que a violência sexual contra crianças e adolescentes se integra como uma ocorrência abusiva que se configura em uma relação de poder, ultrapassando os limites do equilíbrio entre as partes no que se refere ao grau de conhecimento, experiência, autoridade, maturidade, estratégias e recursos entre as partes da relação. Assim, ao ultrapassar os limites dos direitos da vítima, se configura como uma aproximação sexual forçada.

Maria da Graça Saldanha Padilha (2007) declara que o abuso sexual contra uma criança é mais do que uma agressão de natureza social, mas consiste em uma agressão de natureza psicológica. Segundo ela, a gravidade da ação independe do tipo de contato realizado, do grau de parentesco com o agressor ou agressora e tampouco da duração do ato, mas sim da “violação psicológica” à qual a vítima é submetida. Ainda de acordo com a pesquisadora, a sociedade procura minimizar os

efeitos dos abusos sexuais, que não costumam deixar marcas físicas nas vítimas, como se estes fossem menos importantes ou menos prejudiciais que aqueles abusos que causam danos físicos. “A tolerância social ainda existente para com os agressores têm contribuído para a sua impunidade” (PADILHA, 2007, p. 03).

Para Sanderson (2008) o abuso sexual em crianças pode ser definido como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física (SANDERSON, 2008, p. 17)

A esta definição, a autora inclui ainda quaisquer tipos de encontros sexuais e comportamentos que envolvam aliciamento sexual, linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, uso de pornografia de qualquer espécie, exibicionismo, voyeurismo, carícias, entre outros. Inclui, também, quaisquer atos sexuais que sejam impostos à criança por pessoas da família ou de fora dela, que sejam abusivos quanto à sua posição de poder e confiança.

Deslandes (1994) classificou a violência intrafamiliar como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosexual mais avançado que a criança ou o adolescente, com o intuito de estimulá-las sexualmente ou utilizá-las para obter satisfação sexual” (DESLANDES, 1994, p. 13).

As definições são diversas por parte dos mais variados autores, mas todos descrevem o abuso sexual infantil como um ato de violência que ocorre em ambiente familiar para a vítima ou fora dele, porém sem o sentido da compra do sexo, e o(a) agressor(a) pode ser conhecido ou familiar da vítima. Esse fenômeno demonstra a vulnerabilidade em uma relação em que a vítima fica em total desvantagem em comparação ao(à) agressor(a), que domina e trata a criança como se fosse sua propriedade, pronta para satisfazer seus desejos, e não a tratando como um sujeito que tem seus direitos garantidos em lei. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) utiliza a nomenclatura “estatuto” para reforçar o direito da criança e do adolescente, visto que a nomenclatura “código”, relacionado ao Código Penal, tem uma linha de dever. Portanto, o Estatuto foi criado para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

A exploração sexual de crianças e adolescentes tem como definição o caráter comercial. Para Neide Castanha (2008), esse tipo de violência é caracterizado como qualquer atividade com fins comerciais que as redes, pessoas e usuários se utilizam do corpo de crianças ou adolescentes para obter vantagens ou benefícios de caráter sexual.

Para que a exploração do corpo de uma criança ou adolescente possa acontecer, é preciso que uma pessoa adulta tenha o desejo de fazê-lo, e isso já se configura como uma relação de poder, de acordo com Luciana da Silva Duarte (2009). Segundo ela, a pessoa adulta é a mais forte e se aproveita da fragilidade física e psíquica das crianças e adolescentes, oferecendo-os como produto para o comércio sexual. E esse comércio só acontece porque há uma demanda.

De acordo com Rosário Ferreira (2009/2011), a exploração sexual comercial pode ser definida como uma agressão sistêmica que toma posse do corpo da criança ou do adolescente como se fosse uma mercadoria pronta para ser comercializada e obter lucro. Apesar de se inscrever como “autônomo”, sem ter intermediários, usar o corpo em troca de dinheiro já se configura como comercialização do sexo, reforçando assim os processos imaginários, simbólicos e culturais patriarcais, discriminatórios, machistas e autoritários.

Castanha (2008) destaca a atividade do sexo com crianças e adolescentes no qual as negociações são realizadas, além da troca de dinheiro, também da satisfação das necessidades básicas como: alimentação, vestuário e moradia; ou ao consumo de bens e serviços.

Para Deslandes e Campos (2015),

A exploração sexual comercial é definida pela literatura como a prática que visa obtenção de lucros ou benefícios pela comercialização dos corpos de crianças e adolescentes para fins sexuais. Costuma envolver vários agentes, entre mediadores (pessoas e instituições), aliciadores (familiares ou não), exploradores e clientes. Pode se dar por intermédio de rede organizada ou se circunscrever exclusivamente ao universo de relações de amizade e parentesco (DESLANDES e CAMPOS, 2015, p. 2174).

Para completar a definição, Zanella e De Barros Lara (2016) complementam que, “[...] é importante mencionar que toda exploração sexual de crianças e adolescentes constitui um abuso, mas nem todo abuso significa que existiu uma exploração sexual.” Elas afirmam, ainda, que a exploração sexual de crianças está

relacionada às retribuições sexuais como moeda de troca para si mesmo ou em benefício de outras pessoas (ZANELLA e DE BARROS LARA, 2016, p. 80).

É necessário ressaltar que a pedofilia também é uma forma de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes (podendo ser tanto na forma de abuso como de exploração sexual).

A legislação brasileira não criminalizava a pedofilia nem impunha qualquer pena à pessoa que a praticava, uma vez que não havia nenhum artigo de lei específico. Isso ocorria porque tal prática era considerada um transtorno mental. Assim, de acordo com Silva (2019), os casos passaram a ser encarados como causa excludente de culpabilidade da pessoa.

No entanto, ainda segundo Silva (2019), os tribunais, ao analisarem a questão, entenderam que os praticantes dos atos de pedofilia geralmente têm plena capacidade de compreender o caráter criminoso de suas ações e agem de forma consciente, tornando-se, assim, passíveis de penalidade, “concluindo que a exteriorização dos atos pedofílicos, que atentam contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes devem ser combatidos pela lei” (SILVA, 2019, p. 51).

Podemos contar com a Lei 12.015 de 2019, que trata dos crimes sexuais contra vulnerável, cujas penas podem variar de 8 a 15 anos e podem ser agravadas de acordo com as consequências para a vítima, como maus-tratos (pena-reclusão de 10 a 20 anos) até a morte (pena – reclusão de 12 a 30 anos). Além disso, temos o Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990), sendo este último recentemente atualizado, permitindo a inserção de diversas formas de abuso sexual infantil.

Felipe (2006) considera que a sexualidade possui um caráter esporádico. Assim, o agressor não necessariamente precisa ser um pedófilo para manifestar seus desejos utilizando a criança como objeto, mas pode cometer o abuso a partir de uma oportunidade. Por outro lado, de acordo com Silva (2019), é importante destacar que uma pessoa que tem uma criança como objeto de desejo, por definição considerada um pedófilo, pode não consumir o seu desejo, “uma vez que o pedófilo tem a consciência de que o ato sexual com crianças viola regras sociais, podendo jamais chegar a consumir o ato” (SILVA, 2019, p. 14).

O pedófilo não é considerado uma pessoa com transtorno mental nos termos legais, de acordo com Felipe (2006). Assim, ele tem consciência de que seu desejo é errado e pode sentir vergonha por senti-lo. A pessoa tem a capacidade de decidir se

vai ou não concretizar o abuso. Silva (2019) afirma que “o desejo sexual um caráter inconsciente, mas, ao praticar o abuso sexual infantil, o indivíduo toma a decisão consciente de fazê-lo.” Portanto, apenas as pessoas que têm algum tipo de doença mental grave (o que não se aplica à pedofilia) podem ser consideradas inimputáveis judicialmente (SILVA, 2019, p. 14).

2.3.1 OS SINAIS E SINTOMAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Após realizarmos um levantamento entre diversos autores sobre as conceituações da violência sexual contra crianças e adolescentes, o que nos permitiu um diálogo rico em informações relevantes e de grande proeminência, daremos continuidade aos estudos acerca dos danos físicos, emocionais e psicológicos que o abuso sexual pode deixar nas vítimas. Para Sanderson (2008), muitas crianças não são capazes de revelar o abuso devido ao medo das consequências, mas é possível que encontrem inúmeras formas de comunicá-lo às pessoas adultas. “Esses meios, de tão sutis, podem passar despercebidos ou serem muito evidentes e, ainda assim, ignorados” (SANDERSON, 2008, p. 201).

Mesmo que a criança tenha dificuldades de revelar o abuso ou demonstrar algum tipo de sinal que leve o(a) adulto(a) a perceber que algo de anormal esteja acontecendo, a criança tende a ser naturalmente transparente e capaz de, em algum momento, mostrar a seu pai, mãe ou professores(as) uma larga variedade de impactos, cada uma com definição específica.

Sanderson (2008, p. 204) declara que os responsáveis pela criança e os professores, ao explorarem esses efeitos, poderão compreender o que a criança deseja demonstrar por meio dessa comunicação, permitindo que os(as) adultos(as) tomem a atitude apropriada para protegê-la.

Mesmo que um único sintoma individual não indique o abuso sexual em uma criança, qualquer tipo de alteração de comportamento associada ao sintoma precisa de atenção, pois configura motivo de preocupação. Sanderson (2008) observa que os efeitos do abuso sexual infantil podem ser agrupados em:

- Efeitos emocionais.
- Efeitos interpessoais.
- Efeitos comportamentais.
- Efeitos cognitivos.

- Efeitos físicos.
- Efeitos sexuais.

✓ **Efeitos Emocionais**

Entre os sinais mais comuns, segundo Sanderson (2008), a vergonha desempenha um papel importante em todas as culturas, pois assegura que a vítima cumpra as normas sociais de comportamento. Isso ocorre porque, geralmente, as crianças compreendem que suas partes íntimas devem permanecer ocultas e, portanto, têm motivos para se sentirem envergonhadas quando são expostas. A criança sente vergonha porque o abuso é sempre tratado como um segredo, o que sugere que há algo vergonhoso em relação a essa violência.

Ainda segundo a autora,

Mais frequentemente, a vergonha evoca a ansiedade em relação a si mesma, à sobrevivência e aos outros. A esses sentimentos somam-se, ainda, outros, como timidez, impotência, desamparo, inferioridade, falta de valor próprio e aversão por si mesma. E todos esses induzem a mais humilhação, desgosto, perplexidade e confusão, especialmente porque a criança não entende nada e, também, por se culpar e sentir raiva de si mesma por ser incapaz de fazer algo em relação ao abuso (SANDERSON, 2008, p. 205).

Quadro 4 – Resumo dos sinais emocionais de abuso sexual infantil

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Vergonha, humilhação, repulsa, ódio e desrespeito por si mesma, timidez. • Culpa, constrangimento. • Medo. • Ansiedade. • Confusão. • Falta de poder, impotência • Dúvidas sobre si mesma, falta de confiança e de iniciativa. • Inferioridade, sensação de falta de valor, inadequação. • Raiva, hostilidade. • “Congelamento” |
|--|

Fonte: (SANDERSON, 2008, p. 204)

De acordo com Finkelhor (2012), a maioria das crianças acredita que está aprisionada e desprotegida e prefere o silêncio como uma opção de segurança, normalmente porque acredita que, ao desenvolver uma “zona de conforto”, poderá sobreviver ao abuso, controlando os danos e passando despercebida. Para tornar a situação ainda mais grave, a criança pode ter sido ameaçada pelo(a) abusador(a), visto que, caso haja fotos ou vídeos da criança, o sentimento de culpa aumenta.

✓ **Efeitos interpessoais**

Os efeitos interpessoais mais visíveis do abuso sexual infantil se concentram na forma como a vítima se relaciona com outras pessoas e na qualidade dos seus relacionamentos. De acordo com Sanderson (2008), quando a criança abusada sente uma vergonha profunda, pode evitar a intimidade nos relacionamentos por ter que esconder o sentimento de vergonha. “O medo da exposição é tão grande que ela talvez venha a evitar a intimidade com membros da família e com amigos pelo temor de que o segredo escape inadvertidamente” (SANDERSON, 2008, p. 206).

De acordo com Prado (2004)

Os sintomas atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independentemente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas (PRADO, 2004, p. 64).

Sanderson (2008) afirma que a criança pode se retrair de tal maneira a desejar se tornar quase invisível para as outras pessoas. Isso pode ser demonstrado por sinais a fim de evitar qualquer tipo de afeto ou carinho, evitando o contato visual, tentando esconder o rosto e cobrindo o corpo com várias camadas de roupas. Esse tipo de comportamento transmite a mensagem de que a criança deseja desaparecer para tentar evitar o contato com as pessoas, demonstrando inibição em relação a si mesma, sua identidade e seu corpo. Isso pode levá-la a se tornar cada vez mais solitária, alienada e isolada dos outros. Além disso, a criança ou adolescente também procura evitar ser o centro das atenções, como no caso de práticas esportivas ou outras atividades físicas em que precisam se despir ou trocar de roupa na presença de outras pessoas.

Quadro 5 – Resumo dos sinais interpessoais de abuso sexual infantil

- Medo da intimidade;
- Evita proximidade/abraço/afago/carícias com os outros.
- Erotização da proximidade, ódio, hostilidade.
- Falta de confiança em si mesma e nos outros.
- Cautela.
- Necessidade de se esconder, ocultar-se, timidez.
- Solidão, isolamento, alienação.
- Redução das habilidades de comunicação.
- Inibição.
- Falta de espontaneidade e de iniciativa.

- Confusão de papéis - criança/pseudo-adulto.
- Superdócil com as pessoas.
- Supersensibilidade às necessidades e atitudes dos outros.
- Autossuficiência.
- Hostilidade.
- Agressividade com os outros

Fonte: (SANDERSON, 2008, p. 207)

É muito importante que uma pessoa adulta mantenha sempre um diálogo aberto com as crianças que estão sob sua responsabilidade, pois dessa forma será mais fácil conhecê-las, criar um vínculo de afeto e confiança, e auxiliar na identificação de alterações de comportamento. Segundo Brino e Williams (2003), apesar dos sintomas mencionados, o esforço para capacitar educadores(as) a lidar com crianças vítimas de abuso sexual é raro. Elas afirmam, ainda, que “a discussão acerca da questão do abuso sexual parece ainda não ter chegado às salas de aula em termos da realidade brasileira” (BRINO e WILLIAMS, 2003, P. 1-10).

✓ **Efeitos comportamentais**

O brincar é o meio mais natural de desenvolvimento da criança. É através da brincadeira que ela é capaz de se expressar e interagir com o mundo. O brincar da criança não ocorre de forma obrigatória e exige envolvimento ativo por parte do brincante. De acordo com Garvey (2018), a brincadeira ocorre de forma espontânea e voluntária, e cada característica do brincar é parcialmente típica de várias situações que podem ir além da brincadeira. Ao brincar, a criança também poderá assumir papéis diferentes e experimentar como seria um personagem em particular. A brincadeira é uma forma natural para a criança atribuir o significado a uma experiência e dar sentido ao mundo. Para Sanderson (2008), o brincar também é a maneira pela qual a criança reencena sua própria experiência, compreendendo-a e obtendo uma sensação de controle sobre a situação. Ela afirma que a brincadeira pode ser uma forma de purificação e alívio para a perturbação, confusão e ansiedade interna. Além disso, o brincar também pode revelar muito sobre o mundo interno e as experiências de uma criança abusada sexualmente.

A criança pode reencenar seu abuso sexual por meio de uma brincadeira tanto com outras pessoas quanto com brinquedos. Enquanto brinca de “mamãe e papai” ou de “médico”, ela pode encenar o abuso sexual. Cenas da criança violentada podem ser revividas, inclusive atos sexuais sofridos pela criança ou aqueles que ela teve de praticar no abusador. Nesses jogos,

a criança sexualmente abusada pode dirigir a atuação de outras crianças nesses papéis. Ao brincar de “médico”, ela pode concentrar seus exames nos órgãos genitais da outra criança, o que reflete o interesse do abusador em relação à sua genitália. A inserção de medicação e objetos na vagina e no ânus como parte do procedimento médico pode representar o que realmente ocorreu durante o abuso sexual (SANDERSON, 2008, p. 209-210).

Se a brincadeira representa o mundo real da criança, é preciso que os responsáveis por elas estejam sempre atentos às revelações que as características de cada brincar carrega. Muitas informações podem ser extraídas a partir de momentos de observação e olhar atento ao comportamento da criança.

Alguns sinais podem não indicar que a criança foi violentada, mas podem sugerir que está em situação de risco iminente. De acordo com Figueiredo (2015), “[...] podem indicar a presença de uma situação de risco, à qual os adultos devem estar atentos no sentido de perceber a situação e identificar estratégias de atuação.” Portanto, é necessário analisar cuidadosamente o comportamento da criança de forma geral e não de forma isolada (FIGUEIREDO, 2015, p. 13).

Quadro 6 – Resumo dos sinais comportamentais de abuso sexual infantil

- Brincadeira sexualizada.
- Temas sexuais em desenhos, histórias e jogos.
- Comportamento regressivo, tais como fazer xixi na cama, chupar o dedo, dependência.
- Distúrbios de conduta, como pôr fogo em objetos, ataques histéricos.
- Mudanças nos padrões de sono e alimentação.
- Comportamentos perigosos, como fugir ou lutar e vulnerabilidade a acidentes.
- Comportamento autodestrutivo, machucar a si mesma, tentativas de suicídio.
- Promiscuidade.
- Presentes e dinheiro sem explicação ou motivo.

Fonte: (SANDERSON, 2008, p. 213)

Segundo Brino (*Apud* Cavanagh-Johnson, 1998), alguns comportamentos são considerados “saudáveis”, tais como fazer perguntas sobre os genitais, bebês e seios; mostrar interesse em observar pessoas no banheiro; brincar de médico, examinando outras crianças ou adultos(as); desejar ter um bebê; mostrar os genitais; demonstrar interesse em urinar ou defecar; tocar os órgãos genitais quando uma pessoa adulta troca a sua fralda ou quando está indo dormir, quando está tenso, excitado ou com medo; desejo de privacidade ao usar o banheiro ou durante as trocas de roupas; observar fotos de pessoas nuas; analisar as diferenças entre meninos e meninas,

entre outros comportamentos que, se observados com atenção, são naturais da descoberta do corpo da criança (BRINO, 2008, p. 19-20).

✓ **Efeitos cognitivos**

Como já discutido, os efeitos do abuso sexual infantil são diversos e devastadores, resultando também em vários transtornos cognitivos. De acordo com Sanderson (2008), esses transtornos não estão relacionados apenas à concentração, atenção e memória deficiente, mas sim a uma “compreensão limitada do mundo”. Os problemas de cognição referem-se a dificuldades no processamento de informações que exigem atenção, raciocínio e memória. No entanto, segundo a autora, as crianças abusadas sexualmente apresentam disfunções cognitivas que vão além desses transtornos mais comuns.

Silva (2019) afirma que,

A criança abusada sexualmente terá uma interferência no seu processo de maturação emocional-cognitiva e na sua organização cerebral, devido a uma hiperatividade dos sistemas neurais de respostas ao estresse. Com isso, prejuízos neuropsicológicos poderão ocorrer em funções executivas do cérebro, tais como, a aprendizagem verbal, a memória e a atenção, podendo comprometer de forma significativa a aprendizagem escolar, que está intimamente ligada aos processos cognitivos da criança (SILVA, 2019, p. 47).

Quadro 7 – Resumo dos sintomas cognitivos de abuso sexual infantil

- Baixa concentração e atenção.
- Dissociação
- Transtornos de memória.
- Negação.
- Refúgio na fantasia.
- Sub/superaproveitamento na escola.
- Hipervigilância.
- Distorções cognitivas.

Fonte: (SANDERSON, 2008, p. 224)

Para Habigzang (2010), “[...] uma variabilidade de sintomas e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais, e a intensidade destes sintomas e alterações também podem apresentar-se com diferenças significativas.” No entanto, atenção e escuta cuidadosa e sensível podem levar uma pessoa adulta a perceber o abuso e ajudar a criança. É importante fazer a criança entender que ela nunca é responsável pelo abuso sexual, independentemente de seu comportamento (HABIGZANG, 2010, p. 26).

✓ **Efeitos físicos**

Uma das maiores dificuldades encontradas na detecção do abuso sexual em crianças ocorre quando não há sinais ou marcas físicas evidentes. De acordo com Sanderson (2008), isso é especialmente comum em casos de crianças que foram alvo de exploração por um período prolongado sem sofrer penetração vaginal ou anal, o que torna mais difícil a confirmação do abuso apenas por meio de exames físicos.

Meyer (2017) afirma que: “É fundamental lembrar que a violência sexual envolve segredo, que ocorre frequentemente de forma privada e sem deixar sinais físicos, o que torna a detecção e a denúncia um grande desafio.” As definições apresentadas se complementam e demonstram que existem muitos aspectos da violência sexual que podem ser determinantes para uma melhor compreensão (MEYER, 2017, p. 32).

Quadro 8 – Resumo dos sinais físicos de abuso sexual infantil

- Hematomas e sangramentos.
- Traumas físicos nas regiões oral, genital e retal.
- Traumas físicos nos seios, nádegas, coxas e baixo ventre.
- Danos visíveis em razão da inserção de objetos estranhos nos orifícios genital, retal e uretral.
- Coceira, inflamação e infecção nas áreas oral, genital e uretral.
- Presença de sêmen.
- Odores estranhos na área vaginal.
- Doenças sexualmente transmissíveis.
- Gravidez.
- Dores e doenças psicossomáticas.
- Desconforto em relação ao corpo.
- Distúrbios do sono: pesadelos, sonambulismo.

Fonte: (SANDERSON, 2008, p. 225)

De acordo com Piovezan (2021), algumas evidências devem ser observadas em relação a infecções urinárias, dificuldades para caminhar ou se sentar, dores, inflamações nas genitais, relatos de dores ao urinar, manchas ou rasgaduras nas roupas íntimas sem explicações aceitáveis, ferimentos nos órgãos genitais, entre outros (PIOVEZAN 2021, p. 35).

✓ **Efeitos sexuais**

Crianças abusadas sexualmente tendem a apresentar comportamento sexual incomum, pois tentam lidar com o abuso e compreendê-lo, o que poderá levá-las a se comportarem de maneira inesperada, com atitudes sexuais repetitivas e persistentes. Segundo Sanderson (2008), esses comportamentos podem ocorrer tanto em relação a outras crianças quanto a pessoas adultas.

Esses podem se manifestar em relação a outras crianças ou serem dirigidos aos adultos. Crianças mais novas ingenuamente acreditam que é isso o que os adultos querem e de que gostam, assim como o abusador, e estão, portanto, compelidas a agir desse modo. A criança acredita que o único meio de se relacionar com outros adultos é tocá-los nas áreas sexuais ou se comportar de modo sexualmente sedutor. Essas crianças vão tocar os adultos de forma inadequada e pedir para eles tocarem suas áreas sexuais (SANDERSON, 2008, p. 226).

Ainda segundo a autora, a criança apenas representará o que aprendeu a fazer com o(a) adulto(a) abusador(a), pois foi ensinada por essa pessoa que agir dessa maneira é normal. A criança não consegue compreender os motivos que levam as outras pessoas adultas a ficarem incomodadas com suas atitudes diante delas ou diante de outras crianças, quando ela está apenas reproduzindo o que aprendeu (SANDERSON, 2008, p. 226).

Quadro 9 – Resumo dos sinais sexuais de abuso sexual infantil

- Comportamentos sexuais inadequados e persistentes com adultos, crianças ou brinquedos.
- Temas sexuais nos trabalhos artísticos, em histórias ou em jogos.
- Compreensão claramente sofisticada do comportamento sexual.
- Masturbação compulsiva.
- Exibicionismo.
- Medo do sexo.
- Promiscuidade.
- Prostituição.
- Problemas menstruais.
- Gravidez na adolescência.

Fonte: (SANDERSON, 2008, p. 227)

O abuso sexual infantil afeta o desenvolvimento sexual da criança, e ela pode manifestar comportamentos sexuais atípicos que não condizem com sua idade. Esses comportamentos podem incluir brincadeiras sexualizadas com bonecas, introdução de dedos ou objetos nas genitais ou no ânus, masturbação excessiva e em público,

conhecimento sexual inadequado e impróprio, não condizente com sua idade, e solicitação de estimulação sexual a outras crianças ou a pessoas adultas (AMAZARRAY & KOLLER, 1998).

Todos os sinais e sintomas descritos podem alertar os adultos sobre a dor e a perturbação da criança, porém não devem ser vistos com meio de diagnóstico individual, por conta própria, com segurança e confiabilidade. O importante é saber identificar quais sintomas são realmente relacionados ao abuso sexual infantil. A partir dessa etapa, é necessário focar a atenção concentrada na forma de interpretação e compreensão de cada sinal e sintoma e relacioná-los à criança que sofreu abuso sexual (SANDERSON, 2008).

2.3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

As consequências do abuso sexual infantil são diversas e dependem de vários fatores inter-relacionados. Segundo Sanderson (2008), é impossível falar de um trauma específico relacionado à criança sem considerar o contexto em que o abuso ocorreu, a situação daquela criança na família, o efeito do abuso após a revelação, a idade e maturidade do(a) abusador(a) e prioritariamente da vítima à época do abuso, a frequência e a duração do ato, o vínculo entre abusador(a) e a vítima, a natureza do ato e se houve ou não o uso de força ou violência.

Os prejuízos neuropsicológicos em uma criança abusada sexualmente podem ocorrer em funções executivas do cérebro, ou seja, ela pode apresentar deficiência na aprendizagem verbal, na memória e na atenção, o que poderá comprometer significativamente seu desenvolvimento escolar, já que está vinculada aos processos cognitivos. Essa interferência ocorre devido ao processo de maturação emocional-cognitivo e à organização cerebral da criança, decorrente de sua exposição ao estresse resultante de uma situação de abuso. As consequências na esfera cognitiva ficam mais evidentes na fase escolar, visto que algumas crianças apresentam falta de interesse visível pela aprendizagem e falta de concentração.

Uma criança que está sempre preocupada, com medo, terror, confusa ou que antecipa o próximo acesso sexual não vai conseguir prestar atenção no que se espera que aprenda na escola. Essas crianças se comportam como se estivessem em um mundo de sonho e parecem aéreas na classe, quase rudes em suas respostas (SANDERSON, 2008, p. 220).

Para Figueiredo (2015), quanto mais nova é a criança vítima de abuso, mais prolongada e violenta for a situação, e quanto maior a diferença de idade entre a vítima e o(a) abusador(a), maiores poderão ser as consequências do ato. Além disso, quanto maior for a proximidade entre vítima e abusador(a), maiores serão as consequências (FIGUEIREDO, 2015, p. 14).

Estudos como de Furniss (1993) e Farinatti et al (1993) afirmam que as consequências do abuso sexual em crianças podem ser diversas, dependendo de alguns aspectos, como a idade do início do abuso - alguns estudos apontam que quanto mais cedo iniciam os abusos, mais generalizados são seus efeitos -; a duração do abuso, sendo que quanto mais duradouro e frequente, piores são os efeitos; o grau de violência empregada ou ameaça no ato e o grau de proximidade da vítima e o(a) agressor(a).

Florentino (2015) menciona que:

Os sintomas atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. [...] o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida. [...] as consequências ou o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual variam de acordo com algumas condições ou predeterminações de cada indivíduo, dentre eles: a idade da criança quando houve o início da violência; a duração e quantidade de vezes em que ocorreu o abuso; o grau de violência utilizado no momento da situação; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu e a que sofreu o abuso; se existe algum tipo de vínculo entre o abusador e a vítima; o acompanhamento de ameaças (violência psicológica) caso o abuso seja revelado (FLORENTINO, 2015, p. 140).

Diversos fatores definirão as reais consequências que uma criança ou adolescente vítima de abuso sexual irá manifestar, porém os sintomas perpassam por todo o corpo da vítima e poderá comprometer a sua saúde psicológica, física e emocional. Florentino (2015) evidencia que as possíveis manifestações psicológicas apresentadas a curto prazo pelas vítimas são:

[...] medo do agressor e de pessoas do sexo do agressor; queixas sintomáticas; sintomas psicóticos; isolamento social e sentimentos de estigmatização; quadros fóbico-ansiosos, obsessivo-compulsivo, depressão; distúrbios do sono, aprendizagem e alimentação; sentimentos de rejeição, confusão, humilhação, vergonha e medo; secularização excessiva, como atividades masturbatórias compulsivas (FLORENTINO, 2015, p. 140).

De acordo com Borges e Zingler (2013), os estudos detectaram a presença de sequelas emocionais, comportamentais e cognitivas que estão diretamente

relacionadas a situações de abuso sexual na infância. Assim, as marcas deixadas por esse tipo de violação são difíceis de apagar, pois atinge o desenvolvimento social, psicológico, sexual e pessoal das vítimas.

Os danos causados pelo abuso sexual podem ser muitos e interferir diretamente na vida social e familiar da criança ou adolescente vítima do abuso, assim como na vida escolar. De acordo com Childhood (2017), ocorrem alterações de comportamento que alteram o humor e afastam as vítimas das pessoas, fazendo com que se retraiam, mudem seus hábitos, descuidem da aparência, alterem seus comportamentos sexuais através da fala ou de desenhos sobre os órgãos genitais na escola, têm falta de concentração, baixa frequência no rendimento escolar e isolamento social.

É importante ressaltar que a violência sexual não produz o mesmo resultado sobre todas as crianças e adolescentes submetidos a ela. Além de cada criança ou adolescente reagirem de forma diferente a situações de abuso sexual, há também muitos fatores externos que moldarão o impacto que essa violência terá na vida da vítima no futuro. Alguns deles são: a duração do abuso; o grau de violência; o grau de proximidade entre o agressor e a criança, o grau de sigilo sobre o fato ocorrido e a existência e eficiência do atendimento da rede de proteção à criança e do adolescente (CHILDHOOD, s/p, 2019).

Alguns pesquisadores como Ferrari (2002) e Willians (2002) concordam que o abuso sexual em crianças provoca variações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, na memória e no rendimento escolar, causando também diminuição da percepção do próprio desempenho e capacidade, impulsividade e agressividade.

A maioria dos pesquisadores concorda que o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida (ROMARO e CAPITÃO, 2007, p. 151).

Melo et al (2020), por meio da Cartilha de Saúde Mental criada pela FIOCRUZ⁸, afirma que as consequências da violência intrafamiliar podem gerar graves situações de mal-estar psicossocial, traumas psicológicos, prejuízos no crescimento e no desenvolvimento e até a morte da vítima.

⁸ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41121/Sa%3%bade-Mental-e-Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-viol%3%aancia-dom%3%a9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 12 de jan. de 2023.

Assim, ficou evidente que as consequências que a violência sexual deixa nas vítimas são múltiplas e variadas, necessitando que cada vítima seja atendida de forma individual, pois nem todas são acometidas das mesmas consequências, dependendo da forma como a violência afetou cada vítima.

[...] não é possível generalizar ou delimitar perfeitamente os efeitos do abuso sexual, uma vez que a gravidade e a extensão das consequências dependem de particularidades da experiência de cada vítima. Dentro desta perspectiva, é importante pensar o assunto sob a ótica da singularidade de cada indivíduo – criança ou adolescente – para não cair em um reducionismo ou generalismo da questão. Cada criança ou adolescente que sofre abuso sexual é uma potencial vítima de uma ou mais consequências descritas anteriormente (FLORENTINO, 2015, p.144).

Silva (2019) afirma que, na escola, é fácil perceber um comportamento que se constitui como consequência grave de abuso sexual infantil, que é a “exacerbação do desejo sexual desproporcional à idade – masturbação compulsiva, promiscuidade, temas sexuais nos trabalhos artísticos, brincadeiras [...]”. Uma infância marcada por abusos carrega como resultado um adulto cheio de revolta que provavelmente devolva ao mundo tudo que lhe foi dado (SILVA, 2019, p. 49).

2.4 A REDE DE PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL

O enfrentamento à violência sexual contra as crianças e os adolescentes no Brasil ganhou força. O marco desse processo foi a criação, implantação e inserção do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no Plano Plurianual⁹ a partir do ano de 2000. De acordo com Santos & Ippolito (2011), a Coordenação do Programa foi transferida para a Secretaria Especial dos Direitos da Presidência da República (SEDH) em 2004, o que aconteceu a partir da compreensão de que a política pública de enfrentamento à violência sexual contra as crianças e adolescentes deve receber orientação dos direitos humanos reconhecidos universalmente. Desta forma, esse fenômeno passou a ter relação direta com a luta pelos direitos das crianças e adolescentes propostos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm. Acesso em 30 de dez. de 2022.

A fim de estabelecer ações voltadas ao combate da violência sexual praticada contra as crianças e os adolescentes, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013)¹⁰ vem contribuir na composição das políticas, serviços e programas que visam o enfrentamento a esse tipo de violência.

O Plano se divide em seis eixos estratégicos:

Tabela 1 – Eixos estratégicos do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

EIXO	OBJETIVO
Prevenção	Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa.
Atenção	Garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, respeitando as diversidades de condição étnico-racial, gênero, religião cultura, orientação sexual etc.
Defesa e Responsabilização	Atualizar o marco normativo sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
Comunicação e Mobilização Social	Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros.
Participação e Protagonismo	Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos na elaboração e execução de políticas de proteção.
Estudos e Pesquisas	Conhecer as expressões do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, estudos e pesquisas.

Fonte: Brasil (2013)

¹⁰ O Plano Nacional de Enfrentamento de violência Sexual teve sua primeira edição no ano 2000, a partir daí, vem passando por atualizações e sua versão mais recente foi reestruturada em 2012, sendo divulgada à sociedade brasileira em 18 de maio de 2013 (BRASIL, 2013).

A partir do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, foram impulsionadas as elaborações dos planos estaduais e municipais, visando sua utilização como instrumento de luta para assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes.

No final da década de 1980, iniciou-se no Brasil o movimento para a proteção à criança e ao adolescente, rompendo com as concepções normativas e sociais que prevaleciam até aquele momento. Após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei Federal nº 8.069 de 1990, as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos como pessoas em estágio peculiar de desenvolvimento e com necessidades de garantia de direitos especiais.

De acordo com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)¹¹, o Estado do Espírito Santo conta com leis e instituições que compõem sua Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

No quadro a seguir, podemos verificar a legislação que compõem a Rede de Proteção na Esfera Federal:

Quadro 10 – Legislação que assegura a Proteção da Criança e do Adolescente na Esfera Federal

- ❖ **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** – Tem como objetivo conferir à esfera do nível de Política anexada no campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, institucionalizando o processo da descentralização da gestão pública, o que obrigou os estados e municípios a se responsabilizarem de fato e com eficiência na organização e implementação das políticas públicas, estruturando uma Rede Institucional que progredisse nas soluções das questões relacionadas a criança e ao adolescente, conforme determinado pelo Ecriad (BRASIL, 2005).
- ❖ **Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad)** – Dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente; institui o dever à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público a fim de assegurar, com prioridade, a garantia dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
- ❖ **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)** – Realiza integralmente às políticas setoriais, objetivando o enfrentamento da pobreza, garantir os mínimos sociais com vistas à universalização dos direitos humanos.

¹¹ Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/conselho-estadual-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-criad>. Acesso em 17 de dez. de 2022.

- ❖ **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**¹² – Concretiza a forma compartilhada de gestão, o cofinanciamento e a coordenação técnica entre os entes federados: União, Estados e Municípios, de forma articulada e complementar.
- ❖ **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**¹³ – Implementa as normas da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, controlando as ações de execução, atentando para as linhas de ações e diretrizes determinadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: (IJSN, 2010)

No quadro abaixo, segue as informações referentes às Instituições e Serviços que tratam da proteção integral da criança e do adolescente no Estado do Espírito Santo nas esferas estadual e municipal:

Quadro 11 – Instituições e Serviços que asseguram a proteção integral da Criança e do Adolescente nas esferas Federal, Estadual e Municipal no Estado do Espírito Santo

- ❖ **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CRIAD)**¹⁴ (Estadual) – Elabora diretrizes para atender aos direitos da criança e do adolescente, assim como acompanhar, exercendo o controle social e avaliando os programas e ações que são desenvolvidos no setor estadual.
- ❖ **Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA)**¹⁵ (Estadual) – Coordena e executa medidas de preventivas e repressivas, apurando os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes.
- ❖ **Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Pavivis)**¹⁶ / **Projeto de Extensão da UFES** (Federal) – Atende, acompanha, cuida e protege a pessoa vítima de violência sexual, disponibilizando exames laboratoriais, consultas médicas, terapêuticas e medicamentos profiláticos.
- ❖ **Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)**¹⁷ (Federal) – Oferece serviços especializados e continuados a pessoas e famílias que passam por situações de violações de seus direitos em decorrência de violências físicas, psicológicas, sexuais, abusivas ou de exploração sexual; negligência; entre outros.

¹² Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf Acesso em 18 de dez de 2022.

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/20202/abril/RECOMENDACOESCONANDA.pdf>. Acesso em 18 de dez. de 2022

¹⁴ Órgão normativo, deliberativo, que controla e fiscaliza a política de promoção, defesa e atendimento da criança e do adolescente, foi criado pela Lei nº 4.521, de 16 de janeiro de 1991. Com o advento da Lei Complementar nº 830, de 05 de julho de 2016, o CRIAD passou a integrar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Disponível em <https://sedh.es.gov.br/conselho-estadual-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-criad> Acesso em 17 de dez. de 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://pc.es.gov.br/delegacia-de-protecao-a-crianca-e-ao-adolesce>. Acesso em 18 de dez. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://mulhersegura.org/preciso-de-ajuda/programa-de-atendimento-a-vitima-de-violencia-sexual-pavivis>. Acesso em 18 de dez de 2022.

¹⁷ Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/creas_institucional.pdf. Acesso em 18 de dez. de 2022.

- ❖ **Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caij)¹⁸ – Ministério Público** (Estadual) – Acompanha as ações e os atendimentos que são realizados às crianças e aos adolescentes que tiveram seus direitos violados.
- ❖ **Cáritas Brasileira Regional – ES¹⁹ / Arquidiocese de Vitória – ONG Religiosa** – Atua na defesa e no enfrentamento dos interesses e questões coletivas e sociais.
- ❖ **Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Cemavives/Secretaria de Estado da Saúde - SESA)²⁰** (Estadual) – Presta assessoria e avaliação contínua a aplicabilidade da Atenção Integral à Vítima de Sexual no Espírito Santo.
- ❖ **Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente (NECA)²¹ / UFES** (Federal) – Desenvolve uma prática diferenciada e permanente na área da criança e do adolescente que vive em situação de risco social e pessoal.
- ❖ **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente²² (CMDCA)** - (Municipal) – Elabora as diretrizes de políticas de atendimento à criança e ao adolescente, acompanhando e efetuando o controle social, avaliando os programas e as ações que têm seus desdobramentos no âmbito municipal.
- ❖ **Conselho Tutelar²³** (Municipal) - “Órgão autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990).

Fonte: (IJSN, 2010)

Para Paixão e Deslandes (2010), desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, as lutas contra a violência sexual no Brasil vêm sendo desenvolvidas e alcançaram um maior amadurecimento em relação à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Segundo as autoras, a partir de 1993, foram instituídos no Brasil alguns marcos históricos no enfrentamento do abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. Em junho do mesmo ano, foi elaborado o relatório da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), objetivando investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi concludente para que a sociedade civil tivesse embasamento jurídico para a criação de instituições e

¹⁸

Disponível

em:

<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaComFotoComDestaque.aspx?pagina=596&idMenu=148>. Acesso em 18 de dez. de 2022.

¹⁹ Disponível em: <http://es.caritas.org.br/regionais>. Acesso em 18 de dez. de 2022.

²⁰ Disponível em: <https://saude.es.gov.br/vitimas-de-violencia-sexual-ganham-rede-de-at>. Acesso em 18 de dez. de 2022.

²¹ Disponível em: <https://www.neca.org.br/>. Acesso em 18 de dez. de 2022

²² Trata-se de um órgão paritário, estabelecido com a participação da sociedade civil e do Poder Executivo Municipal, além de seguir as orientações do parágrafo 2º do artigo 260 da Lei nº 8.069/1990. Disponível em:

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/abrinq/caderno_cmdca_apoio_a_execucao_abrinq_2015.pdf. Acesso em 18 de dez. de 2022.

²³ O Conselho Tutelar é um órgão previsto pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu artigo 131. Assim instituído com “órgão autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”. (BRASIL, 1990)

serviços capazes de implementar o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. A partir desse marco, tornou-se necessário o desenvolvimento de outras políticas públicas por meio de legislações específicas, voltadas ao atendimento e planejamento de mediações especializadas aos casos de abuso ou exploração sexual para as crianças e adolescentes, bem como suas famílias.

Esses dispositivos legais fortalecem as bases para a proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, que se estrutura a partir de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD), ao definir diretrizes e ações que são determinantes no processo de intervenção sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa forma de violência se configura na sociedade contemporânea como uma das manifestações mais graves de desrespeito aos direitos humanos, sobretudo quando alcançam pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GADELHA, 2017, p. 40).

O Disque Direitos Humanos, mais conhecido como Disque 100, é mais uma ferramenta utilizada no enfrentamento das violações dos direitos humanos. É um serviço a nível nacional e atende às mais variadas formas de violação, funcionando 24 horas por dia e visando receber denúncias de violação de direitos em todo o Brasil (MDH, 2019). Este serviço favorece o enfrentamento e o combate à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, pois realiza constantemente os encaminhamentos para os órgãos competentes e serve de base de dados para a formulação de políticas públicas voltadas para esses grupos.

Mais um passo que representa um avanço importante no âmbito das políticas públicas para as vítimas de violência sexual foi a Lei nº 13.431/2017, apresentando a proteção de forma integral, como já preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta da lei é evitar a revitimização²⁴, garantindo maior atenção por parte das instituições públicas e privadas às vítimas de violência sexual (BRASIL, 2017).

Outra menção importante para o combate à violência sexual foi a Lei nº 9.970/2000, que estabelece a data de 18 de maio como o dia Nacional de Combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Esta data foi determinada em memória da menina Araceli Cabrera Sanches Crespo, capixaba, oito anos de idade, que teve todos os seus direitos humanos violados. Ela foi sequestrada, espancada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por membros de uma família

²⁴ Apresentada por Santos (2010, p 47), através do Comitê de Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (2007),) como o “processo de ampliação do trauma vivido pela vítima de violência, em função de procedimentos inadequados realizados sobretudo nas instituições oficiais, durante o atendimento da violência notificada.”

tradicional do Estado do Espírito Santo em 18 de maio de 1973. Seu corpo foi abandonado e encontrado dias após seu desaparecimento em estado avançado de decomposição. Os acusados estão impunes até hoje por falta de provas. A ideia da criação de um dia com essa finalidade surgiu após uma mobilização conjunta em 1998, quando cerca de 80 entidades públicas e privadas se reuniram na Bahia para o 1º Encontro do ECPAT (Sigla em inglês para Fim da Prostituição e do Tráfico de Crianças para Fins Sexuais) no Brasil (CNEVSCCA, 2018).

A campanha com o *slogan* "Faça Bonito - Proteja nossas crianças e adolescentes"²⁵, alusiva ao dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tem como propósito informar, sensibilizar, mobilizar e convocar a sociedade em geral para defender os direitos das crianças e dos adolescentes e promover uma conscientização eficaz no combate à violência praticada contra eles. A campanha "Faça Bonito" está presente em diversos locais do Brasil e possui uma Flor como símbolo representativo, que simboliza o cuidado e a proteção que deve ser oferecida às meninas e aos meninos.

Mesmo com tantos avanços jurídicos e legais, infelizmente, ainda hoje, diversas crianças e adolescentes continuam sofrendo violências tão brutais, assim como ocorreu com a menina Araceli, e a impunidade, em muitos casos, prevalece. As violações dos direitos, em suas formas mais variadas, persistem, e a violência sexual tem se perpetuado em todas as esferas da sociedade, sem distinção. Existe uma lacuna entre os dispositivos legais e a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, o que comprova que o enfrentamento precisa ganhar reforços.

2.5 O POSICIONAMENTO DA ESCOLA DIANTE DA PROBLEMÁTICA

Para compreender a infância em toda a sua amplitude, é preciso identificar as singularidades das crianças. É necessário submergir no universo do qual elas fazem parte e compreender as suas diferentes culturas, identificando suas produções de saberes. É necessário que a forma como elas interagem, desenvolvem e aprendem com o mundo sejam respeitadas sem delimitações feitas pelos adultos.

Ao longo do tempo, a Educação Infantil não considerou a necessidade de atender a infância em todas as suas particularidades e foi marcada, por um longo

²⁵ Campanha "faça bonito". Disponível em: <https://www.facabonito.org/>

período, pelo assistencialismo, onde o foco era apenas nos cuidados físicos das crianças, não considerando a cidadania vinculada à liberdade e igualdade. Após diversas alterações no contexto educacional, a Educação Infantil passou por várias mudanças e os caminhos foram se abrindo para uma base sólida e fundamentada, como aponta a Constituição Federal de 1988 em seu art. 205, efetivando a educação como direito de todos e, em seu art. 208, Inciso IV que implementa o atendimento da criança de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988).

Assim, a Educação Infantil deve ser oferecida em creches e atender as crianças de zero a três anos de idade e em pré-escolas, atendendo as crianças de quatro e cinco anos em jornada de tempo parcial ou integral e sob a responsabilidade prioritária dos poderes públicos municipais, o que compreende o Sistema Municipal de Ensino e o Ensino Fundamental (BRASIL, 2017).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) conduziu a Educação Infantil a um novo olhar diante das conquistas dos direitos das crianças que foram promulgados pela Constituição Federal. A criança e o adolescente têm direito de usufruir de todas as prerrogativas que formam a pessoa humana e, para isso, o art. 54, inciso IV, determina que o poder público tem o dever de assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 1990, p. 35).

Como podemos observar, a legislação nacional avançou no âmbito da Educação Infantil, estabelecendo o atendimento em creches e pré-escolas, visto que é o local onde as crianças têm a oportunidade de vivenciar suas primeiras experiências de ação educativa fora do ambiente familiar. Segundo o art. 29 da Lei nº 9.394/96 (LDBEN), a Educação Infantil, na modalidade creche e pré-escolas, tem como objetivo “a promoção do desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Diante do exposto, tendo em vista a necessidade de especial atenção nessa fase inicial da vida, assim como sua importância para o desenvolvimento físico e psíquico, a criança tem o direito a uma proteção integral em todos os seus aspectos, garantindo seu desenvolvimento de forma saudável, conforme os princípios constitutivos protetivos. Assim, a escola pode ser considerada como principal local de formação do indivíduo e, para alguns autores, é um ambiente favorável para detectar

precocemente o abuso (SPAZIANI e MAIA, 2015), exigindo que os profissionais se sintam em condições de desenvolver medidas preventivas e de proteção.

Para Brino e Williams (2003), em um percentual relativamente razoável, a primeira pessoa a tomar conhecimento do ocorrido em casos de abuso sexual infantil é o professor ou a professora. Assim, fica comprovada a importância da atuação desse profissional como agente de prevenção e proteção.

Os profissionais da educação precisam ter como desafio auxiliar na diminuição dos casos de abuso sexual infantil através da informação como forma de prevenção e autoproteção, pois estão propensos a lidar, direta ou indiretamente, com esse fenômeno. “Quando a criança já sabe alguma coisa de educação sexual, ela aprende a lidar com o que está acontecendo, fica preparada para isso” (Informação verbal), afirma a educadora sexual Maria Helena Vilela, do Instituto Kaplan²⁶, que promove a capacitação de professores(as) na área. Para educar é necessário que o(a) educador(a) esteja preparado(a) para executar essa tarefa e para enfrentar todas as situações.

Sanderson (2008) debate o abuso sexual infantil de forma ampla, auxiliando na capacitação de responsáveis e educadores(as) na diferenciação de um desenvolvimento sexual atípico e no reconhecimento dos sinais de advertência do abuso sexual infantil, identificando-o e considerando os aspectos históricos, sociais e culturais. Ela destaca quatro categorias de abuso: físico, emocional, negligência e abuso sexual. Oferece orientações relacionadas à discussão a respeito dos toques e comportamentos apropriados e inapropriados, considerando a idade das crianças e os riscos do abuso sexual contra elas, além de destacar as consequências na sala de aula. A autora ressalta a importância do envolvimento de pais, mães e professores(as) com o assunto como um recurso facilitador do entendimento e do diálogo aberto com as crianças sobre o desenvolvimento sexual.

A escola, assim como sua comunidade acadêmica, precisa assumir seu papel de responsável por sua clientela. Em muitos casos, as crianças são muito vulneráveis a qualquer tipo de violência. E quando escola e professores(as) se omitem, acabam

²⁶ Organização Não Governamental, sem fins lucrativos que tem como missão disseminar na população brasileira os direitos e a responsabilidade com a vida sexual, por meio de trabalhos educativos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160419_educacao_sexual_crianças_rm. Acesso em 22 de set. de 2022.

permitindo que a criança perca a chance de receber o atendimento a que tem direito e cujos profissionais têm o dever de fornecer-lhe.

Gagliotto e Vagliati (2014) destacam que:

A escola deve e pode ser uma parceira de peso dentre todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual, no sentido de ajudar a romper o pacto de silêncio que cerca essa violência. Seu papel se constitui na prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também na identificação, auxiliando, no caso de detectar essa agressão, a encaminharem ao atendimento adequado para que voltem a ter uma vida mais saudável e feliz (GAGLIOTTO e VAGLIATI, 2014, p. 09).

É importante ressaltar que o direito à educação no Brasil é estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Nº 8069/90), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Constituição Federal de 1988, entre outros. Na Constituição Federal de 1988, conjuntamente com os direitos à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, entre outros, em seu Art. 6º, a educação é estabelecida como um direito social.

O abuso sexual se manifesta de várias formas em crianças e adolescentes, mas possui características específicas, como já discutimos anteriormente. A escola precisa assumir seu papel, e os profissionais precisam compreender as especificidades do abuso para serem capazes de lidar com as crianças, tanto no caso da prevenção quanto em situações em que os abusos já estiverem ocorrendo.

Apenas no ano de 2021, foram realizadas um total de 308.694 denúncias de abuso sexual no Brasil. É um número alarmante quando se trata desse tipo de crime, pois fere em demasia os direitos humanos. Porém, deste número, 100.974 das denúncias são relacionadas às crianças e adolescentes e dessas, 18,6% dos casos estão ligados a situações de violência sexual, segundo um balanço realizado pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ONDH/MMFDH). Foram 18.681 registros contabilizados entre janeiro e dezembro de 2021. Esses números assustam porque não se referem apenas à violência, trata-se de uma agressão brutal e covarde contra indivíduos inocentes e sem defesa. São milhares de crianças violentadas anualmente. A sociedade precisa se posicionar. O docente precisa assumir seu papel de protetor da criança além de educador(a).

Nos casos de suspeita de abuso sexual, a escola e os responsáveis pela criança têm o dever de realizar a denúncia. Não é uma escolha, é um dever. A escola

é lugar de proteção e cuidado, além de formação do indivíduo. Muitas crianças não têm outro lugar onde poderiam ter mais segurança e acolhimento.

De acordo com o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990):

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 1990).

A omissão também é crime. Tanto por parte da escola quanto do(a) professor(a). Todos os responsáveis pela criança têm o dever de cuidado e proteção. De acordo com art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990);

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

Essas informações só reforçam a ideia da necessidade de desenvolver ações de prevenção nas escolas e em espaços não formais. Toda a sociedade precisa se mobilizar para proteger as crianças desse mal que atinge milhares delas todos os anos no Brasil e no mundo.

É por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas educativas voltadas à prevenção que as crianças podem adquirir os conhecimentos necessários para se proteger. A escola faz parte de uma ampla rede de proteção, pois é nela que a criança passa grande parte do tempo, além de ter o dever de formar o cidadão para a vida.

Precisamos ressaltar que o objetivo deste estudo não é delegar responsabilidades, mas procurar entender o protagonismo das escolas no que se refere à prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Buscamos contribuir para diminuir as dificuldades presentes nesse campo, auxiliando os profissionais na proteção e garantia dos direitos das crianças para que elas tenham um desenvolvimento pleno e saudável.

2.6 PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado para desenvolver esta pesquisa, fica evidente a escassez de material que possa ser utilizado nas salas de aula para prevenir o abuso sexual infantil na Educação Infantil, principalmente quando se trata de crianças entre zero e três anos de idade. As pesquisas são praticamente inexistentes em relação a esse público. Quanto aos materiais disponíveis, encontramos alguns mais direcionados para crianças acima de cinco e seis anos de idade. No entanto, não há obrigatoriedade em trabalhar esse conteúdo na Educação Infantil, e as escolas não se sentem obrigadas a desenvolver qualquer tipo de abordagem nesse sentido. O problema é que uma parcela muito significativa de vítimas de violência sexual está entre zero e quatro anos de idade, de acordo com o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos²⁷. Portanto, não podemos ignorar que esse público precisa de atenção nessa área. É necessário desenvolver novos estudos direcionados à proteção das crianças menores, com uma linguagem diferenciada, para iniciar o trabalho de prevenção do abuso sexual em crianças na Educação Infantil.

Não há muita disponibilidade de material que trate da prevenção do abuso sexual na Educação Infantil, como mencionado anteriormente. No entanto, nas buscas em periódicos, como resultado do I Encontro Internacional sobre Violência na Família: Abuso Sexual Infantil, realizado na Universidade Federal de São Carlos em 2007, Lúcia Williams e Eliane Aparecida Araújo (2009) desenvolveram um trabalho como produto desse encontro com o título “Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Um enfoque interdisciplinar”. O trabalho destaca a importância do aumento da visibilidade de vários aspectos relevantes relacionados à atuação de todos os profissionais nos casos de abuso ou em situações que indicam a probabilidade de ocorrência desses abusos contra as crianças. Ele oferece propostas relevantes para o enfrentamento, combate e prevenção da violência contra a criança no âmbito familiar, considerada um grave problema de violação dos Direitos Humanos. Os textos dos 20 capítulos do livro correspondem às apresentações orais, conferências e mesas-redondas proferidas pelos convidados do evento, expressando as reflexões desses autores, que servem como subsídios para uma prática de mudança efetiva em relação ao grave problema

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

do abuso sexual de crianças e adolescentes. Visando à promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida na infância, a obra enfatiza a interdisciplinaridade como base para a melhoria da rede de proteção e de apoio social à criança.

Para Wolfe (1998), a prevenção do abuso sexual infantil pode ocorrer em três níveis: primário, secundário e terciário. Segundo o autor, a prevenção primária tem como objetivo reduzir ou eliminar os fatores sociais, ambientais e culturais que facilitam o abuso sexual em crianças. Esse tipo de prevenção envolve as escolas e a população vulnerável, orientando crianças e adolescentes no enfrentamento do assédio por parte dos abusadores. Inclui estratégias que visam criar ambientes seguros para as crianças, incluindo espaços de diálogo para as crianças maiores e adolescentes sobre o abuso sexual. Refere-se também à promoção de oficinas, palestras, eventos e campanhas, para que a sociedade participe e mantenha-se bem informada sobre quais iniciativas tomar ao detectar uma situação de abuso e como realizar a denúncia de suspeitas, mantendo a integridade da vítima. Assim, podemos concluir que é de suma importância o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a autoproteção das crianças como estratégia de prevenção primária para prevenir o abuso sexual, preocupando-se com “o desenvolvimento de um programa de educação para a saúde sexual e a realização de atividades que criem na escola um ambiente de inclusão e de acolhimento para crianças e adolescentes” (SANTOS & IPPOLITO, 2011, p. 14).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (citado por ABRAPIA, 2002), a Prevenção Primária faz parte de um trabalho mais informativo relacionado ao desenvolvimento da criança ou adolescente, mobilização da sociedade e dos profissionais que trabalham com essa faixa etária, sobre fatores que desencadeiam o abuso sexual, sua identificação, prevenção, tratamento e denúncias de atos abusivos contra crianças e adolescentes. A Prevenção Secundária refere-se à capacitação de profissionais que lidam diariamente com as crianças e adolescentes que passaram por situações de violência sexual e o atendimento à vítima e sua família, por parte de Conselhos Tutelares, Centros de Defesa e Instituições Governamentais. Na Prevenção Terciária, a criança ou adolescente é acompanhada, assim como todos os envolvidos com o fato ao atendimento médico, psicológico, social e jurídico (ABRAPIA, 2002).

Agir de maneira preventiva é a forma mais segura de proteger crianças e adolescentes de qualquer tipo de violência. De acordo com Meyer (2017), as abordagens realizadas antes de qualquer violência sexual ocorrer evitam a vitimização, referindo-se à prevenção primária, que “inclui estratégias de construção de ambientes seguros, espaços de diálogo e reflexão sobre o tema em si, bem como sobre os direitos das crianças e adolescentes” (MEYER, 2017, p.41).

Brino (2006) aborda a prevenção do abuso sexual infantil direcionada para a área educacional sob o ponto de vista primário e/ou secundário. Por meio da implementação e avaliação de um programa de intervenção para capacitar professores(as) de Educação Infantil, foi possível verificar a necessidade urgente de implantação de ações preventivas do abuso sexual infantil até mesmo em outros setores da sociedade. De acordo com seu parecer, os profissionais não demonstraram conhecimento sobre os sinais de uma suspeita de abuso, muitos desconhecem a obrigação de realizar a denúncia caso identifiquem uma suspeita e outras deficiências que permeiam a difícil questão do abuso sexual infantil foram evidenciadas em seu estudo.

Para Junqueira e Deslandes (2003, p. 233), “a prevenção primária prioriza programas que buscam aumentar a resistência das crianças em casos de agressão, através de um reforço do conhecimento do problema e da competência das mesmas”, o que visa buscar uma resposta adequada a uma possível situação de risco. Essa declaração apenas reafirma a importância do desenvolvimento de práticas educativas que visem prevenir o abuso sexual e ajude a criança a valorizar o seu corpo e ter a consciência de que ninguém tem o direito de violar o que lhe pertence.

Moita (2016) ressalta que “o sistema de proteção de crianças e jovens não pode limitar-se a atuar na evidência ou suspeita de uma situação, mas sim investir em ações projetadas para o meio social no qual a criança se desenvolve, desenvolvendo estratégias de prevenção” (MOITA, 2016, p. 15).

Brito et al (2016) orienta que os conteúdos a serem tratados com as crianças são os seguintes:

O conceito de “partes privadas” e quais as partes do corpo que são consideradas “privadas”.

Ensinar os nomes corretos para as partes do corpo (ex.: pênis, vagina, peito) para que a criança consiga reportar corretamente e com precisão o que lhe aconteceu.

Falar sobre o desenvolvimento sexual saudável. Distinguir os diferentes tipos de toques que podem experimentar (“mau toque” vs. “bom toque”).

Distinguir entre o bom e o mau segredo.
 Reforçar a importância de confiarem na sua intuição sobre as pessoas e situações.
 Transmitir que têm o direito de decidir quem pode e quem não pode tocar no seu corpo.
 Explicar que numa situação em que alguém as toca contra a sua vontade ou de uma forma que as deixa desconfortáveis podem dizer “NÃO!” ou sair/fugir e relatar o sucedido a um/a adulto/a de confiança.
 Reforçar que o abuso sexual nunca é culpa da criança/jovem.
 Saber identificar adultos/as de confiança (BRITO et al, 2016, p. 159).

A Educação Sexual deve ser utilizada como uma ferramenta de prevenção e enfrentamento da violência sexual para crianças a partir de 18 meses de idade, conforme indicado pela Academia Americana de Pediatria (citado por ABRAPIA, 2002). Orienta-se que as medidas de prevenção sejam aplicadas precocemente, devido ao fato de que, em muitos casos, o abuso sexual ocorre desde os primeiros anos de vida da criança. Deve-se utilizar recursos adequados para cada faixa etária, como disposto na tabela a seguir:

Tabela 2: Prevenção da violência sexual infantil por faixa etária.

FAIXA-ETÁRIA	ORIENTAÇÕES
Entre 18 meses e 3 anos	Ensinar a criança o nome correto das partes do corpo.
Entre 3 e 5 anos	Dialogar com a criança sobre as partes privadas do corpo, a saber dizer “não” quando for preciso e as diferenças entre “o bom toque e o mal toque”.
Após os 5 anos	Orientar a criança sobre a sua segurança pessoal e alertá-la a respeito das principais situações de risco.
Depois dos 8 anos	Permitir que a criança participe de discussões sobre conceitos e regras de conduta sexual aceitas pela família e sobre reprodução humana.

Fonte: (Sugestões da Academia Americana de Pediatria, citado por ABRAPIA, 2002)

Levando em consideração que toda a sociedade tem o dever de proteger as crianças e os adolescentes de todo tipo de violência ou transgressão que viole os direitos humanos nessa faixa etária, e que também exige que o Estado cumpra esse dever, é necessário garantir a integridade física, psicológica e moral desse público.

A conscientização do respeito à infância foi se transformando ao longo dos anos. A criança deixou de ser vista como um adulto em miniatura e passou a ser reconhecida como um indivíduo em processo de desenvolvimento e aprendizado. De acordo com Lima (2021), é necessário unir esforços entre a escola e a família para

preservar o desenvolvimento saudável da criança. Esse movimento ganhou força à medida que os dispositivos legais estabeleceram claramente os deveres da família e do Estado em relação às crianças e aos adolescentes (LIMA, 2021, p. 33).

Qualquer criança pode ser uma potencial vítima do abuso sexual, e, em muitos dos casos, os(as) abusadores(as) não são “estranhos perigosos”. Tais crianças dependem de adultos e confiam neles. Elas necessitam de informações concretas e reais sobre os riscos relacionados ao abuso (PADILHA, 2007, p. 24).

De acordo com Meyer (2017),

[...] essas iniciativas visam eliminar, ou pelo menos reduzir, os fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem esse tipo de maltrato. Em um sentido mais amplo, a garantia da implementação de políticas sociais básicas, acesso às políticas públicas de garantia de saúde e educação, entre as quais se destacam as atividades educativas e de caráter informativo geral dirigidas a toda a população, especialmente aos familiares, à comunidade escolar e às igrejas de todos os credos, entre outros grupos da sociedade civil, são ações fundamentais da prevenção primária (MEYER, 2017, p. 41).

Sheila Maria Prado Soma (2014) realizou três estudos para compreender como a literatura pode auxiliar as crianças na proteção contra o abuso. Para isso, ela analisou a estratégia de utilizar de livros de prevenção ao abuso sexual infantil, conhecidos como “Livros Abordagem Preventiva” (LIAP), que têm como objetivo ajudar as crianças a se protegerem do abuso sexual. Como resultado de sua pesquisa, ela relatou que as crianças que participaram de intervenções com os livros específicos sobre o abuso sexual infantil demonstraram um desempenho geral superior em comparação com as crianças de outros grupos.

O Relatório Técnico da Rede Nacional da Primeira Infância (2015), relata que:

Um fator de proteção individual para o enfrentamento à violência doméstica e sexual na primeira infância diz respeito às metodologias lúdicas de trabalho que buscam desenvolver a autoproteção infantil. Através destas experiências, as crianças têm a oportunidade de, brincando, aprender sobre seus direitos, conhecer o próprio corpo e sua sexualidade. Do mesmo modo, aprendem que ninguém deve submetê-las a situações que ultrapassem determinados limites e que não respeitem as especificidades de sua idade, adquirindo capacidades para identificar e comunicar situações de risco. Outro ponto positivo deste tipo de metodologia é a criação de um ambiente acolhedor que permite elaborar e superar as situações difíceis vivenciadas pelas crianças (p. 8).

Encontramos algumas sugestões na literatura infantil que podem e devem ser usadas como meios de orientar as crianças a se protegerem: “Pipo e Fifi: prevenção

de violência sexual na infância” (Caroline Arcari, 2013)²⁸; “A Mão Boba e Mão Boa” (Renata Emrich, 2016)²⁹; “Não me toca seu, seu boboca” (Andrea Taubman, 2017)³⁰; “Meu Corpo, Meu Corpinho!” (Roseli Mendonça, 2019)³¹; “Segredo Segredíssimo”, (Odívia Barros, 2011)³². Elas são ricas em ilustrações e levam a criança a interagir com o enredo e os personagens, assim poderá se identificar. A literatura infantil auxilia as crianças a terem mais consciência da realidade que as cerca, principalmente as que vivem em situações muito difíceis. O enredo de uma história infantil poderá levar a criança ao desenvolvimento de aprendizagens significativas a partir das descrições das vivências de cada personagem, auxiliando-as na solução de desafios reais.

Os materiais analisados são, em sua maioria, para crianças acima dos três anos de idade. Quanto às crianças de zero a três anos de idade, continuaremos no desenvolvimento de novas pesquisas e no anseio de que novos(as) pesquisadores(as) também se envolvam nessa tarefa.

²⁸ ARCARI, C. **Pipo e Fifi**: prevenção de violência sexual na infância. Instituto Cores: 2013.

²⁹ EMRICH, Renata. **A mão boa e a mão boba**. Belo Horizonte: Ramalhete, 2016.

³⁰ TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca, seu boboca!** Belo Horizonte: Aletria, 2017.

³¹ MENDONÇA, Roseli Mendonça. **Meu corpo, meu corpinho**. Curitiba: Matrescência, 2019.

³² BARROS, Odívia. **Segredo segredíssimo**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa apresenta um estudo exploratório com uma proposta de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, configurando-se como pesquisa participante. Assim, a pesquisadora teve liberdade de sondar as questões para além das respostas do grupo pesquisado, contribuindo para enriquecer a pesquisa e fornecer dados que o processo ofereceu para que os resultados pudessem ser utilizados como facilitadores do envolvimento dos objetivos a serem alcançados ao final desta proposta de estudo.

O estudo exploratório auxiliou a pesquisadora na familiarização com o objeto de estudo. Para Gil (1999), o objetivo principal da pesquisa exploratória é, a partir de desenvolvimento e esclarecimento, modificar conceitos e ideias visando a concepção de obstáculos de maior relevância ou de hipóteses apuráveis para posteriores estudos. Além disso, esse tipo de pesquisa demonstra mais flexibilidade no planejamento, visto que é idealizada com o objetivo de proporcionar uma visão mais ampla de determinado fato.

A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos humanos e oferece novas perspectivas de observação, trazendo informações importantes e levando em consideração os valores, hábitos, atitudes e opiniões. Godoy (1995) considera que a abordagem qualitativa, como exercício de pesquisa, não demonstra estrutura rígida, mas permite a imaginação e a criatividade, levando os pesquisadores a uma proposta de trabalhos com novas abordagens.

Para Minayo (2014) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, atentando-se à realidade que não pode ser quantificada, e trabalhando com interpretações, descrições e comparações, e não com dados precisos.

De acordo com Zanella (2009), este tipo de pesquisa, enquanto estudo descritivo, caracteriza-se pela ausência do uso de instrumentos estatísticos para analisar os dados, ultrapassando os significados dos resultados e explicando o acontecimento de determinado fenômeno. Para Günther (2006), a pesquisa qualitativa é percebida como ato subjetivo de construção, demonstrando preferência por material de origem textual e se lançando ao estudo de relações complexas.

Para desenvolver o estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, verificando as informações necessárias para um aprofundamento do estudo acerca do tema. Para Lakatos (2003), a finalidade da pesquisa bibliográfica é que o(a)

pesquisador(a) tenha contato direto com tudo que já foi registrado em forma de fala, escrita ou filmagem sobre o assunto em questão.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (LAKATOS, 2003, p. 158).

Segundo Gil (2008), uma pesquisa bibliográfica permite ao(à) pesquisador(a) cobrir uma infinidade de fenômenos mais amplos, o que a torna uma importante ferramenta facilitadora da pesquisa quando esta requer dados indeterminados pelo espaço, contribuindo para a busca de uma contribuição ou uma resposta ao problema proposto. Assim, é fundamental que o(a) pesquisador(a) se empenhe no domínio da leitura do conhecimento e coordene de maneira sistematizada o material que está sendo analisado. Além de livros, existem várias fontes bibliográficas que podem ser utilizadas, tais como “[...] teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo” (GIL, 2002, p. 64).

Objetivando levar as professoras e a pesquisadora a uma análise crítica acerca da temática da violência sexual praticada contra as crianças e os adolescentes, a Pesquisa Participante foi utilizada a fim de alcançar esse objetivo. Para Brandão (1985), a Pesquisa Participante “é uma modalidade nova de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares que participam do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias” (BRANDÃO, 1985, p. 9).

Ainda de acordo com Brandão (1995), esse tipo de pesquisa recebe várias denominações a depender do autor: “Investigação Alternativa”, “Investigação Participante”, “Observação Participante”, “Pesquisa Popular”, “Auto Senso”. [...] Mesmo recebendo diferentes nomes, todas estas pesquisas iniciam com práticas e teorias parecidas e direcionam a um objetivo comum (BRANDÃO, 1985, p.15).

Demo (2000) afirma que a Pesquisa Participante está inserida na pesquisa prática histórica, utilizando o conhecimento científico com a finalidade de intervenção sem perder o rigor metodológico, tendo como perspectiva a intervenção na realidade social.

Carlos Rodrigues Brandão, um dos precursores da Pesquisa Participante no Brasil afirma que este tipo investigativo de pesquisa precisa ser compreendido como

um “repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos, destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes” (BRANDÃO & STRECK, 2006, p. 12). Desta forma, a Pesquisa Participante é um processo de investigação, educação e ação e se constitui como pesquisa educacional, respeitando a ação conjunta de participantes e pesquisadores.

3.1 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

O local selecionado para realização da pesquisa fica no município de Presidente Kennedy (Figura 1), no litoral Sul do Espírito Santo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem uma estimativa de 11.741 habitantes, cuja densidade demográfica atinge 17,66 hab/km² e apresenta uma área territorial de 594,897km². Está localizado a 159 km da cidade de Vitória e faz divisa com os Municípios de Itapemirim, Atílio Vivacqua e Mimoso do Sul.

De acordo com informações contidas no site oficial do próprio município³³, seu território foi desmembrado de Itapemirim devido a emancipação em 30 de dezembro de 1963 através da Lei Estadual nº 1918, conquistando assim sua autonomia administrativa e emancipação política.

O município seria originalmente chamado de Batalha, mas o deputado estadual Adalberto Simão Nader sugeriu que ele fosse nomeado em homenagem ao presidente norte-americano John F. Kennedy, por seus feitos em programas de ajuda aos países de terceiro mundo.

Ao longo dos anos, a prefeitura tem trabalhado para promover o crescimento e o bem-estar da população de Presidente Kennedy. Entre as responsabilidades da prefeitura estão a administração dos serviços públicos, como educação, saúde, infraestrutura, transporte, segurança, entre outros. É de responsabilidade da prefeitura a elaboração e execução de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

A prefeitura de Presidente Kennedy também desempenha um importante papel na representação do município em nível estadual e federal, buscando recursos e parcerias para aumentar o desenvolvimento local. O prefeito e os vereadores, eleitos

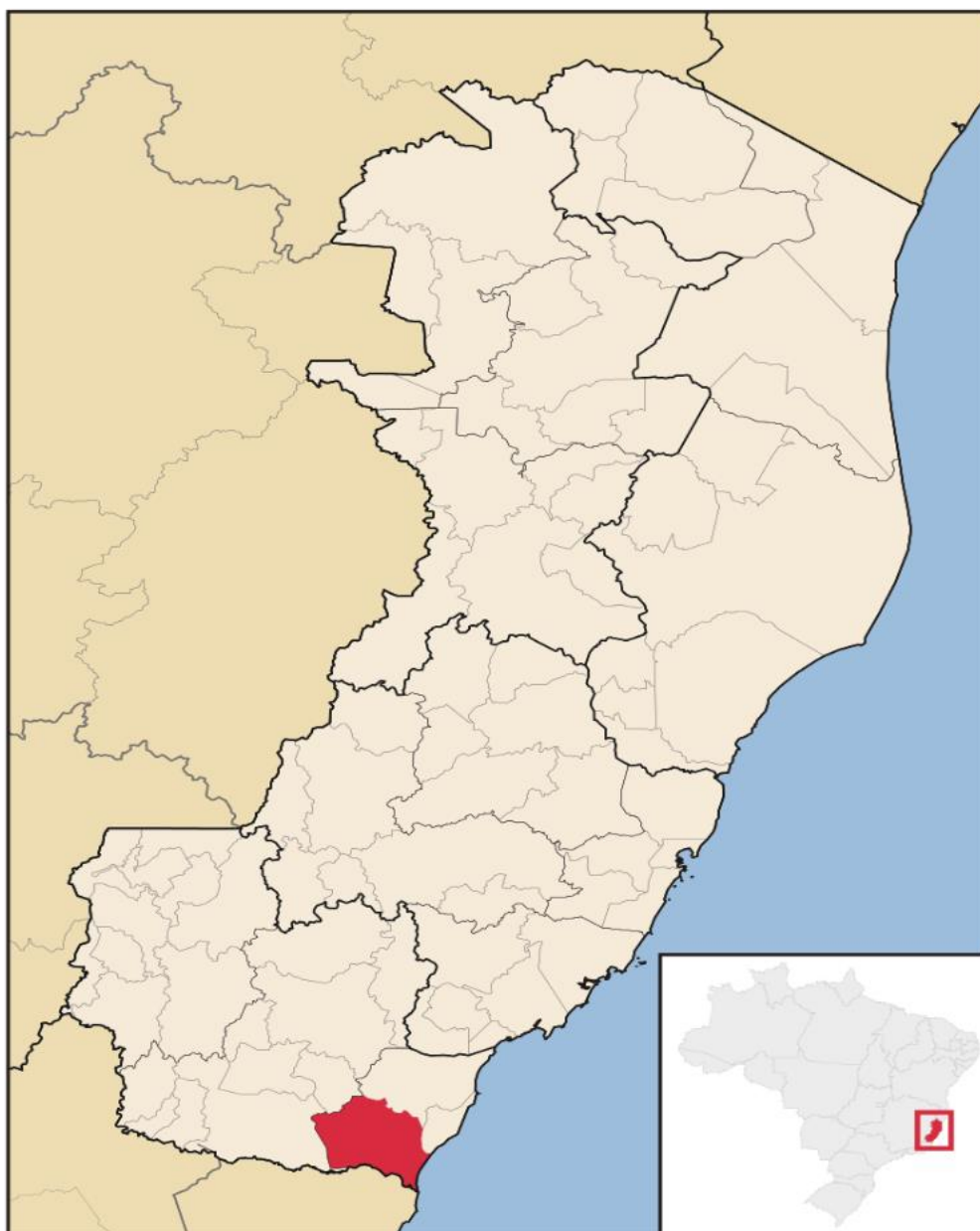
³³ Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>. Acesso em 13 jan. de 2023.

democraticamente, são os representantes do poder executivo e legislativo municipal, respectivamente.

O principal acesso ao município pela BR-101 Sul, no km 418 sentido Vitória–Campos. Outro acesso é pela Rodovia do Sol (ES-060), que passa por Marataízes e a ES-162. Também é possível acessar o município pela RJ-224, no sentido Vitória.

Embora o município possua o maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do país, segundo dados do IBGE de 2019, no valor de R\$464.883,49, a desigualdade social ainda é visível

Figura 1. Mapa do Estado do Espírito Santo com marcação no município de Presidente Kennedy-ES.



Fonte: IBGE (2022)

O *lócus* da pesquisa é o Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”, localizado na comunidade de praia de Marobá, no interior do município de Presidente Kennedy-ES. O órgão mantenedor da instituição é o próprio município, sendo esta apenas uma das cinco unidades dos Centros Municipais de Educação Infantil que fazem parte da rede municipal de educação. Há uma unidade na zona urbana e quatro na zona rural. Além disso, a rede conta com 18 unidades escolares de Ensino Fundamental, sendo que 17 delas estão localizadas na zona rural e uma na zona urbana.

Figura 2. Lócus da pesquisa Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”



Fonte:(Arquivo pessoal)

O motivo para a escolha da instituição supracitada para desenvolver a pesquisa justifica-se por ser o local onde a pesquisadora leciona, possuir um percentual razoável de profissionais que podem fazer parte da amostra, além de receber incentivos da gestão para o desenvolvimento de pesquisas. A unidade escolar apresenta em sua estrutura sete (7) salas de aula, secretaria, biblioteca, almoxarifado, salas específicas para direção, pedagogos e professores(as), brinquedoteca e um amplo pátio externo.

Figura 3. Lócus da pesquisa – Rampa de acesso



Fonte: (Arquivo pessoal)

A instituição atende 104 crianças de zero a três anos de idade, em horário integral das 07h00min às 16h00min de segunda a sexta-feira e conta com uma (1) diretora, quatorze (14) professoras regentes de classe, quatro (04) professoras de área específica, uma (1) pedagoga, uma (1) secretária, um (1) monitor de informática, quatro (4) coordenadoras, dois (2) porteiros e dois (2) vigias, além das cozinheiras, pessoal da limpeza e auxiliares.

Figura 4. Refeitório



Fonte: (Arquivo pessoal)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição apresenta uma proposta flexível que se efetiva nos projetos educacionais planejados semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, trimestralmente e anualmente, elaborada com a participação de todos os atores da comunidade escolar. Durante a elaboração do documento, buscou-se destacar a função principal da entidade, que é cuidar e educar, cumprindo assim seu papel social e possibilitando às crianças um resultado educacional de excelência, preservando e estimulando seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais, assim como seu bem-estar físico e emocional. A avaliação é realizada de forma contínua através de observação, registros em fichas avaliativas, registros escritos e fotográficos, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças.

O principal objetivo do PPP do Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta” é proporcionar, com a participação do corpo docente e da equipe, situações de descoberta e aprendizagem por meio do brincar, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA PRODUÇÃO DOS DADOS

A parte fundamental de uma pesquisa é a produção dos dados, pois a perspectiva é que, a partir desse momento, o(a) pesquisador(a) passe a ter o aporte necessário para a análise, observação, discussão e interpretação das informações que estimularão as descobertas, possibilitando ao(à) pesquisador(a) uma aproximação real do assunto estudado.

Para que a pesquisadora tenha a possibilidade de se aproximar do objeto investigado de forma direcionada e possa responder ao problema de pesquisa proposto, treze (13) professoras regentes que compõe o corpo docente da instituição selecionada para a realização da pesquisa foram convidadas a responder questionário impresso semiestruturado (Apêndice B), com perguntas relacionadas à compreensão da prática de abuso sexual infantil, quais suas reações e atitudes em relação à percepção ou constatação desses casos, assim como a importância da informação como forma de prevenção e autoproteção da criança, levando-as à reflexão sobre a urgência e importância de se tratar a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes como uma realidade a qual nenhum(a) educador(a) está

isento(a) de ter comprometimento devido ao grau de responsabilidade que a profissão exige.

As respostas dos questionários forneceram informações importantes para responder ao problema desta pesquisa, para o levantamento de questões necessárias à discussão sobre os pontos mais relevantes durante a roda de conversa e permitiram verificar o contexto real sobre o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à prevenção do abuso sexual em crianças. Para Marconi e Lakatos (2003), “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 200).

Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003), as principais vantagens do questionário são que se pode atingir um número razoável de pessoas; menores gastos; o anonimato dos participantes é garantido; cada participante tem liberdade de escolher o melhor momento para responder as perguntas; além de manter certa distância entre pesquisador e pesquisado.

Um questionário poderá conter perguntas abertas, que possibilitam respostas mais ricas e variadas, e fechadas, que proporcionam mais facilidade na tabulação e análise dos dados. De acordo com Cervo & Bervian (2002), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche” (CERVO & BERVIAN, 2002, p. 48).

Em um segundo momento, houve um encontro com as mesmas professoras, somado à direção e coordenação da unidade escolar, para a realização de uma roda de conversa com essas profissionais, para um diálogo aberto relacionado ao tema desta proposta de pesquisa. Isso permitiu à pesquisadora verificar o contexto real sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, no entendimento das participantes da pesquisa, bem como verificar se as práticas pedagógicas voltadas à prevenção de abusos e autocuidado acontecem na instituição pesquisada e quais as percepções e conclusões das professoras acerca dessa temática.

A roda de conversa foi desenvolvida seguindo um roteiro prévio (Apêndice C) de organização, em um ambiente acolhedor e confiável, garantindo que todas as participantes se sentissem à vontade para expressar suas opiniões com sinceridade. Dessa forma, contribuíram com suas experiências na abordagem do tema proposto e forneceram dados para alcançar os objetivos da pesquisa.

3.3 PRODUÇÃO DOS DADOS

Antes de iniciar a pesquisa e o trabalho de investigação para produzir os dados a fim de alcançar os objetivos, tivemos o cuidado de submeter este estudo à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). É necessário obter autorização para todas as pesquisas que envolvam seres humanos antes de serem iniciadas. Assim, nosso projeto recebeu parecer favorável da referida instituição e somente após o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (ANEXO A), teve início a produção dos dados.

Para produzir os dados necessários de forma mais abrangente na pesquisa de campo, dividimos nossa produção em duas etapas. No primeiro momento, as professoras receberam o questionário antecipadamente e com um tempo razoável entre os dias 31 de outubro de 2022 e 16 de novembro de 2022. O questionário foi composto por treze (13) questões abertas e fechadas sobre os assuntos relevantes que pudessem esclarecer seus conhecimentos, opiniões e pareceres acerca do tema levantado. Todas as profissionais convidadas se disponibilizaram a participar, e não tivemos nenhuma resistência ou desistência. Cabe ressaltar que todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO C).

No segundo momento da produção dos dados, realizamos uma roda de conversa com o mesmo grupo de professoras para dialogarmos sobre as questões relacionadas ao tema, suas práticas diárias e experiências. Uma parte significativa do grupo se sentiu à vontade para interagir e trocar experiências, compartilhando vivências e observações, permitindo que a pesquisadora pudesse obter dados relevantes sobre o olhar e as perspectivas das profissionais envolvidas na amostra.

A partir da roda de conversa, é possível perceber a verdadeira narrativa e sentido do pensamento do profissional acerca do assunto abordado. Para Moura e Lima (2014), esse instrumento possibilita compartilhar experiências e desenvolver reflexões a respeito das práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, em diálogos internos e no “silêncio observador e reflexivo”. Assim, é possível que o(a) pesquisador(a) possa produzir dados em que ele/ela seja inserido como sujeito da pesquisa devido à sua participação no diálogo (MOURA & LIMA, 2014, p. 99).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, os dados obtidos possibilitaram uma análise minuciosa e criteriosa dos resultados encontrados a partir do questionário e da roda de conversa, filtrando e destacando os pontos mais importantes. Essa análise fomenta a discussão de tais resultados, buscando alcançar os objetivos da proposta de pesquisa, além de conduzir a elaboração do produto educacional.

Espera-se que os resultados contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos acerca das consequências deixadas por esse tipo de violência contra as crianças e forneçam dados relevantes para que os profissionais da educação possam desenvolver práticas educativas voltadas à prevenção e ao desenvolvimento da autoproteção em casos de violência sexual infantil.

Durante a análise das respostas dos questionários, realizou-se a tabulação e a análise dos dados obtidos para identificar informações relevantes relacionadas aos sujeitos da pesquisa. Essas informações serviram como base para os resultados do nosso estudo, sendo, portanto, de grande importância. Quanto às questões abertas, procedeu-se à validação e categorização dos dados. De acordo com Mayring (2010, p. 602), analisar o conteúdo consiste em fazer uma análise interpretativa de textos através da decomposição das declarações e reconstrução de uma fala central, aplicando normas relacionadas à origem das mensagens para novas categorias.

A discussão dos resultados foi baseada em todas as informações levantadas e uma análise detalhada de todo o conteúdo examinado, através das fontes bibliográficas, estudos mais investigativos de autores e pesquisadores sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, e das informações coletadas das professoras participantes da pesquisa.

Os dois momentos, tanto o levantamento das respostas do questionário quanto a participação na roda de conversa, permitiram ampliar a discussão sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelas professoras ao longo de suas trajetórias em relação ao tema levantado. Mesmo diante das dificuldades por parte de algumas participantes em relatar suas experiências e atuar mais efetivamente na discussão, ficou evidente o desejo de oferecer, no desempenho de sua função, melhor qualidade no cuidar e educar.

4.1 DIALOGANDO COM OS DADOS

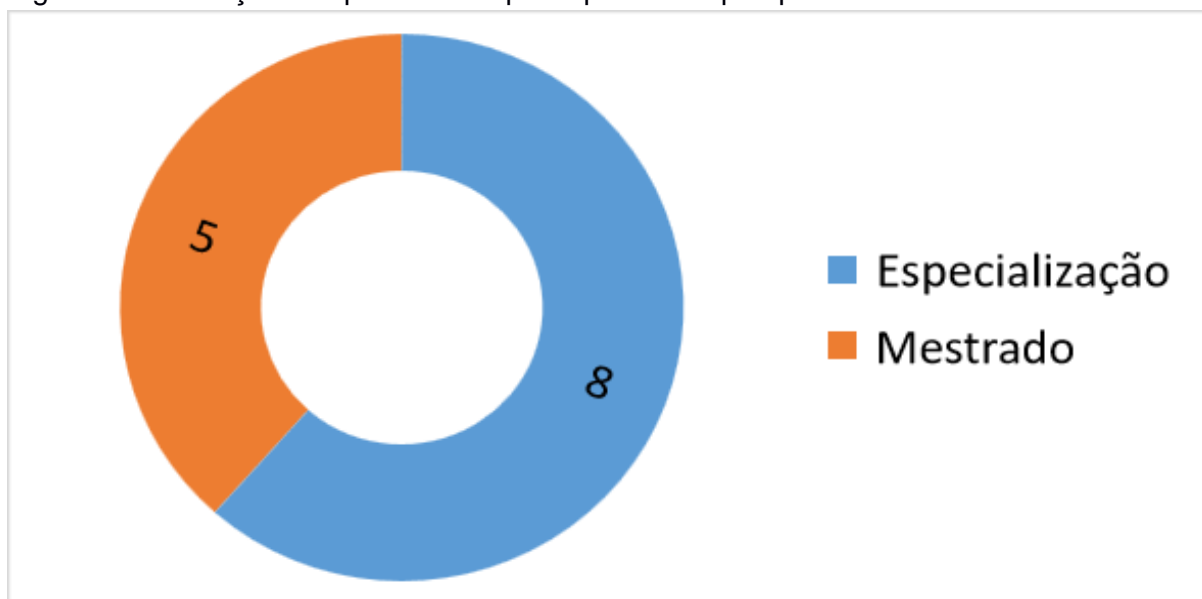
Iniciaremos a apresentação dos resultados com a análise das respostas dos questionários. Dessa forma, poderemos esclarecer de maneira mais clara os resultados obtidos, tanto de forma individual quanto coletiva. É importante ressaltar que todas as professoras que responderam ao questionário também participaram da roda de conversa.

Os resultados foram obtidos a partir da participação de treze (13) professoras de Educação Infantil, todas do sexo feminino, confirmando o que já foi evidenciado por Batista e Codó (1999) ao afirmarem que a maioria dos profissionais da educação são, até os dias atuais, predominantemente mulheres. De acordo com Vieira (2002), é esperado que haja predominância feminina na Educação Infantil para ocupar os cargos no magistério e demais funções, em razão de inúmeros fatos historicamente construídos, principalmente devido à identificação da maternidade vinculada a identidade da profissão com o sexo feminino.

Bahls e Lira (2019) trazem uma revisão de literatura com autores que abordam a preponderância feminina nos ambientes de Educação Infantil e discutem sobre o início desse domínio feminino que se inicia já nos cursos de Pedagogia, como uma herança errônea da sociedade de que caberia à mulher as responsabilidades sobre o cuidar e educar; e que a possível profissão para a mulher seria ser professora. Todos esses fatos precisam ser revistos, já que não é o gênero que define a capacidade individual de uma pessoa.

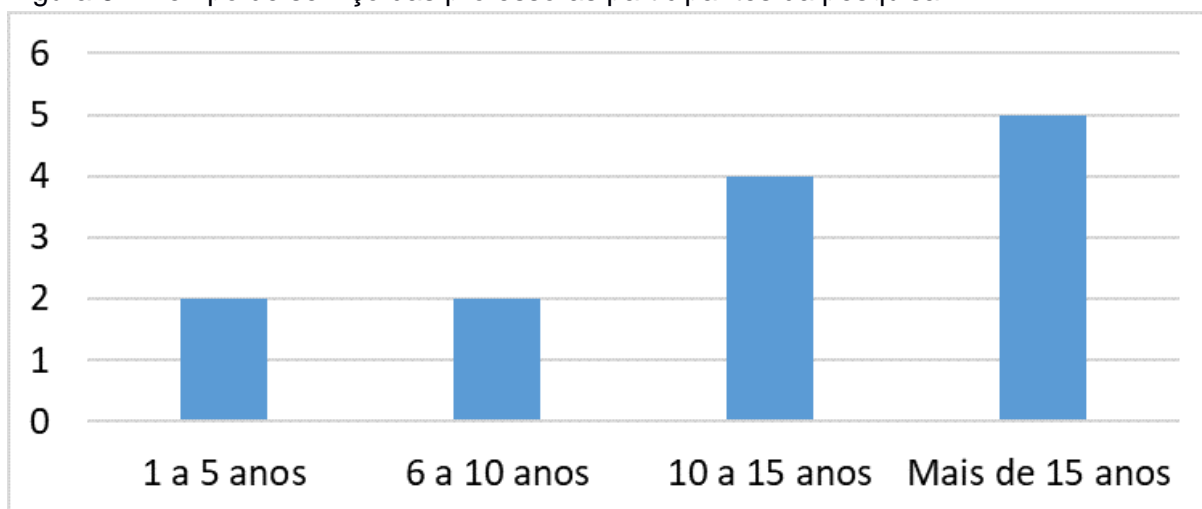
As professoras participantes apresentam nível de qualificação superior, com formação em Pedagogia, especialização em Educação Infantil e outras áreas pertinentes ao cargo que ocupam, além de Mestrado em Educação. É possível verificar o quantitativo na figura abaixo, assim como o tempo de atuação na educação.

Figura 5 – Formação das professoras participantes da pesquisa



Fonte: (Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa)

Figura 6 – Tempo de serviço das professoras participantes da pesquisa



Fonte: (Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, promulgada em 1996, os professores e professoras da educação básica precisam ter formação em nível superior para atuar, conforme também observado pelo Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), que tem por objetivo formar, até o ano de 2024, todos(as) os(as) professores(as) que atuam na educação básica formados em nível superior (BRASIL, 1996; BRASIL, 2014).

As participantes foram questionadas se receberam ou não qualquer tipo de orientação sobre os meios de desenvolver práticas pedagógicas voltadas à prevenção

de abusos e autocuidado durante a formação profissional. Saito e Leal (2000)³⁴ afirmam que a escola é o espaço mais adequado para trabalhar temas que desenvolvem o autocuidado, a cidadania, o respeito com o outro e consigo mesmo. Entre as respostas, 46% alegaram que receberam alguma orientação, porém, pouca. 38% afirmaram que não receberam nenhum tipo de orientação e 15% disseram que sim, receberam o suficiente.

Esses números são preocupantes, tendo em vista a importância da abordagem do tema da violência sexual para que medidas sejam tomadas no sentido de proteger a criança. O despreparo dos profissionais que trabalham com crianças no âmbito escolar preocupa, uma vez que, quando não se identifica a situação de risco em que a criança se encontra, ela continuará ocorrendo. A rede de apoio não será acionada, e a criança ficará sem a proteção. Quanto mais rápido a criança recebe apoio médico e psicológico, maiores são as suas chances de superar o trauma e ter uma vida mais prazerosa e saudável (BRINO e SOUZA, 2016).

O fato de não haver formação de profissionais da educação na área é corroborado por Guedes (2012), quando ele afirma a inexistência de formação para a violência intrafamiliar contra a criança, pois ocorrem apenas palestras, que muitas vezes, promovem conteúdos rasos, com formações por amostragem, produzindo uma superficialidade dos conteúdos e demonstrando a necessidade de uma formação mais eficiente para tratar do assunto.

Ao serem questionadas sobre a importância de implementação desse tipo de abordagem nos cursos de formação de professores, todas foram unânimes em concordar com a relevância desse feito. Assim, fica nítida a importância para essas profissionais da educação do envolvimento do tema nos cursos de formação de docentes, abordando a temática da violência sexual infantil, visto que elas poderão ter mais segurança para lidar com os casos que possam surgir. Quanto mais preparado o(a) professor(a) estiver, mais seguro(a) estará para enfrentar o problema e ajudar a criança não só na prevenção, mas também em casos que já estiverem em andamento. Landini (2011) denuncia o despreparo dos profissionais da educação quando se deparam com uma situação de violência sexual infantil:

Duas questões muito sérias são colocadas para a escola e os profissionais da educação: a notificação compulsória estabelecida pelo Estatuto da

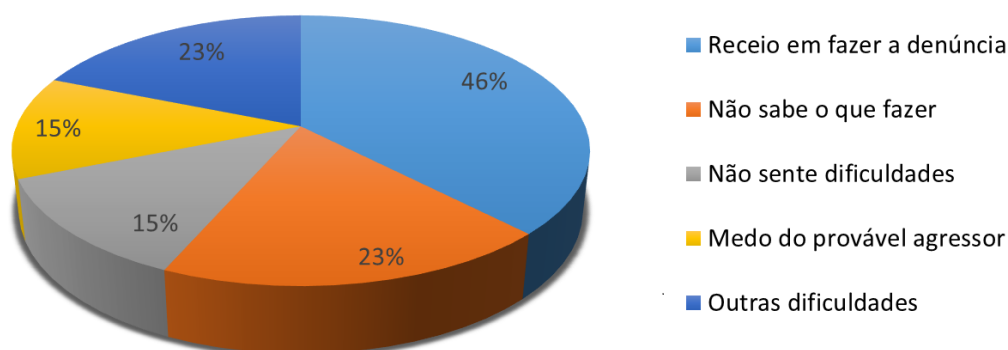
³⁴ SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. **Educação sexual na escola**. Revista Pediatría – USP, São Paulo, v. 22, n. 01, p. 45-48, 2000.

Criança e do Adolescente em casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos e a prevenção da violência sexual. Tanto em um quanto em outro caso requer-se do profissional que tenha conhecimento das principais características da dinâmica da violência sexual, que saiba lidar com a questão da revelação do abuso ou exploração e que esteja aberto para conversar sobre sexualidade (LANDINI, 2011, p.101).

A relevância de abordar a prevenção do abuso sexual infantil nos cursos de formação dos(das) profissionais da educação é indiscutível. A escola, enquanto lugar de formação do indivíduo, precisa buscar meios de formar o cidadão por completo. Para isso, o(a) professor(a) precisa se sentir apto(a) para auxiliar o(a) aluno(a) em sua formação como cidadão de direitos.

As professoras foram questionadas quanto à vivência ou não em alguma situação de violência sexual infantil durante sua trajetória profissional na educação. 85% afirmaram que nunca vivenciaram nenhuma situação de violência sexual infantil durante sua vida profissional, enquanto 15% das professoras declararam ter vivenciado mais de uma vez. Ao serem questionadas quanto às suas dificuldades diante de uma suspeita de abuso sexual infantil, muitas marcaram várias opções de respostas por sentirem várias dificuldades. Os resultados estão dispostos na figura a seguir:

Figura 7 – Dificuldades das professoras diante de uma suspeita de abuso sexual infantil



Fonte: (Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa)

O resultado deste estudo apresenta dados preocupantes em relação à postura de um percentual significativo da amostra com relação ao receio em realizar a denúncia em uma situação de suspeita de abuso sexual infantil. Porém, é preciso destacar que este grupo faz parte de um mecanismo importante para garantir os direitos das crianças. Ao tomarem conhecimento de qualquer tipo de violência que a

criança possa ter sofrido, cada professor(a) pode atuar como agente contra esse tipo de violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 245, responsabiliza os profissionais que trabalham diretamente com crianças quanto à obrigatoriedade em comunicar às autoridades os casos de maus tratos contra as crianças e os adolescentes (BRASIL, 1990).

Monti (*apud* Miller, 2008) aborda algumas das barreiras que levam os profissionais da Educação Infantil a não realizar a notificação em casos suspeitos de abuso sexual, como o medo de serem ameaçados, o medo de que a criança seja afastada da escola, o medo de serem responsáveis por causarem problemas na família se a suspeita se confirmar e as incertezas quanto à atuação dos órgãos de proteção em possíveis denúncias anteriores.

Azevedo & Guerra (1995) pontuam que as crianças de zero a cinco anos de idade, público-alvo deste trabalho, sofrem um agravante quando passam por uma situação de violência intrafamiliar: por se tratar de crianças menores ou bebês, elas estão mais vulneráveis por não terem agilidade suficiente para conseguirem se livrar do(a) agressor(a).

O(A) professor(a) de Educação Infantil precisa se sentir seguro(a) o suficiente para conseguir identificar e denunciar uma situação suspeita de violência sexual contra a criança. As crianças com menos de seis anos de idade apresentam uma dificuldade maior para relatar o abuso, visto que não têm condições suficientes de verbalizar os fatos ocorridos. A escola se caracteriza como lugar ideal para detectar e prevenir a violência sexual infantil, na proporção que o(a) professor(a) tem uma interação efetiva com a criança, pois passam a maior parte do dia juntos (BRINO e WILLIAMS, 2003).

Brino e Williams (2003) ressaltam ainda a necessidade de treinamento especializado de professores(as) na identificação e intervenção de casos de violência sexual em crianças, já que a maioria apresenta apenas conhecimento superficial sobre o assunto, tem pouca informação sobre os procedimentos que deve tomar e não busca informações em meios apropriados.

A pesquisa evidencia que 69% das participantes declaram possuir pouca formação e informação para atuar em uma situação de abuso sexual infantil, enquanto 23% declaram não ter nenhuma condição de atuar nesses casos. Esses dados confirmam a necessidade de fomentar a informação sobre o universo sombrio que permeia a violência sexual em crianças e adolescentes em nosso país.

Para Santos (2011, p. 38), “[...] os educadores não se encontram preparados para atuarem no combate a estas situações, pois a formação de professores na área dos maus-tratos é escassa e cheia de lacunas.” De acordo com Brito (2011), a falta de preparo dos(as) professores(as), ao concluírem a graduação, pode resultar em mediações violentas, invasivas ou até mesmo traumáticas para as crianças.

Quando os(as) professores(as) não estão preparados(as) para lidar com as situações de violência sexual, os casos podem passar despercebidos e se prolongarem por anos, causando danos à vítima. É importante destacar que a responsabilidade pela descoberta do abuso não deve recair apenas sobre o professor. No entanto, de acordo com Da Silva (2019), “existem dados que comprovam que a maioria das descobertas de abuso sexual infantil é dentro do ambiente escolar, dentro de sala de aula, com a participação e observação de professores” (DA SILVA, 2019, p. 4).

Assim, é fundamental que os(as) educadores(as) assumam uma postura de prevenção da violência sexual infantil, buscando conhecimento sobre o assunto. Gagliotto e Vagliati (2014) afirmam que a formação continuada contribui com a sensibilização e o conhecimento científico de professores(as), facilitando a atenção e identificação dos sinais de abuso, inclusive os que ficam implícitos e não costumam deixar marcas físicas. Além disso, pode aperfeiçoar as habilidades de escuta e abordagem do tema em sala de aula.

As professoras envolvidas com a pesquisa afirmaram nunca ter trabalhado o tema “prevenção do abuso sexual infantil” em sala de aula com seus(suas) alunos(as). Algumas relataram já ter trabalhado de maneira “superficial”. 15% afirmaram que sempre dialogam com a criança sobre os cuidados com o corpo e a importância de outras pessoas o respeitarem. 0,7% das professoras da amostra afirmam não terem trabalhado diretamente o tema; no entanto, sempre abordam informações e cuidados relacionados ao abuso e ainda desenvolvem um trabalho “de forma corriqueira durante as atividades de rotina, como banho e troca de fraldas.”

Segundo o Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, organizado em 2013, a proteção visando à evitação é uma estratégia de cuidado adotada como ação preventiva contra a violência sexual. Essas ações de sensibilização e educação permitem que crianças e adolescentes fortaleçam sua autodefesa por meio da informação, enfatizando a escola como lugar mais apropriado (PAIXÃO e DESLANDES, 2010).

Entendemos que o trabalho de prevenção do abuso sexual está relacionado ao cuidar e educar e, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)³⁵, o cuidar deve ser considerado no âmbito educacional, visto ser preciso “[...] compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica” (BRASIL, 1998, p. 24).

Como já estabeleciam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)³⁶, o cuidar e educar não poderiam ocupar proporções separadas, mas sim fazer parte de uma única experiência. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) veio para reforçar e validar o conceito de que as ações de cuidado devem se integrar com o conhecer e explorar o mundo, proporcionando à criança a oportunidade de sistematizar seus conhecimentos.

Martelli (2013) apresenta a escola como responsável por ações que proporcionem conhecimentos, informações e problematizações relacionadas à sexualidade visando à proteção da criança. Meyer (2017) defende a prevenção do abuso sexual nas escolas e menciona o manual da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 2002) como ferramenta de prevenção primária e secundária, cujo objetivo é capacitar o(a) educador(a) na detecção de comportamentos sugestivos de violência sexual. Segundo o manual, a educação sexual oferecida precocemente desenvolve conceitos importantes:

A informação em assuntos sobre o corpo e a sexualidade torna a criança menos vulnerável ao abuso sexual e com competência e habilidade para se expressar e buscar ajuda caso esteja sofrendo este tipo de violência. É por meio da educação sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com pais e educadores abertamente, tendo uma fonte de proteção contra os eventuais perigos (ABRAPIA 2002, citado por MEYER, 2017, p. 45).

É imprescindível que as escolas também façam a sua parte, assim como os(as) profissionais que nela atuam, buscando informações relacionadas à questão da prevenção do abuso sexual contra crianças, principalmente quando falamos de uma violência que poderá deixar marcas tão severas, conforme já relatamos nesta

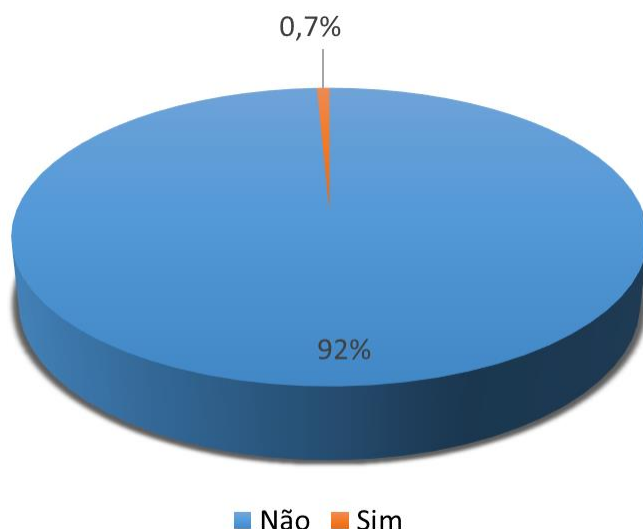
³⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

³⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em 26 de dez de 2022.

pesquisa. Por esse motivo, indagamos às profissionais sobre a ocorrência, em algum momento, de discussões sobre prevenção do abuso sexual infantil na instituição em que trabalham.

As respostas foram as seguintes:

Figura 8 – Informações se houve ou não discussões anteriores sobre o abuso sexual infantil na instituição pesquisada



Fonte: (Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa)

Sanderson (2008) alerta sobre a importância de manter conhecimentos atualizados sobre a temática, principalmente porque a maioria das crianças não tem condições de revelar o abuso, por temer as consequências, mas encontram meios sutis de se comunicarem. Ela apresenta a escola como local principal de interação sobre o assunto e de oferta de métodos que possam servir de intervenção contra a violência sexual em crianças e adolescentes. Ressalta, ainda, que os(as) professores(as) desenvolvem um papel crucial no que concerne à temática e, quanto mais dominarem o assunto, menos dificuldades terão na identificação dos casos.

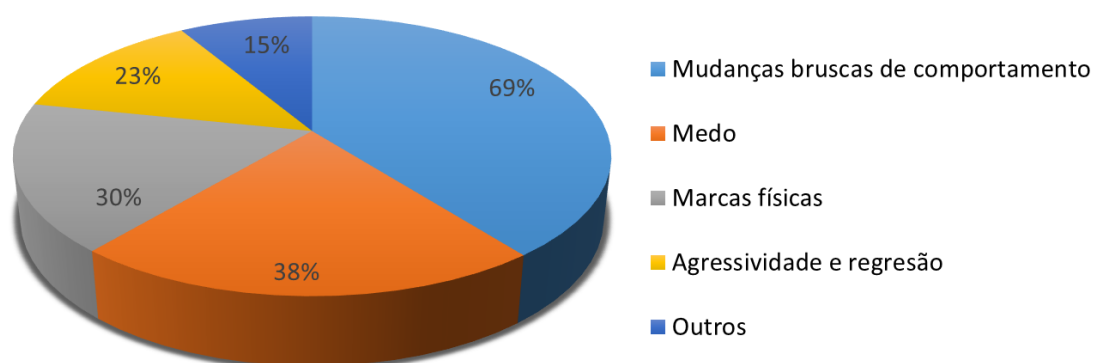
Algumas crianças apresentam sinais de abuso das mais variadas formas, que prejudicam seu desenvolvimento e podem persistir por toda a vida do indivíduo. Alguns desses sinais podem ser percebidos na escola com maior facilidade, sendo os mais perceptíveis do abuso.

O abuso sexual é desvelado pelos excessivos sinais e sintomas que a criança apresenta, através de atitudes e expressões verbais e não verbais emitidas por sintomas, gestos e palavras, tais como: mudança repentina de comportamento, busca de isolamento, reações agressivas, apresentação de

masturbação exacerbada, de distúrbios do sono e da alimentação, além da presença de assaduras na genitália, alergias, dor, etc (BARBOSA, 2008, p.47).

Para entender como as professoras da instituição pesquisada conseguem perceber se uma criança está passando por uma situação de abuso sexual, levantamos essa questão junto às profissionais e obtivemos os seguintes relatos:

Figura 9 – Sinais percebidos pelas professoras que permitem uma suspeita de abuso sexual infantil



Fonte: (Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa)

As professoras relataram ainda outros sinais que permitem suspeitar de abuso sexual na criança, como tristeza, depressão, corrimento ou sangramento, segredos, submissão repentina, brincadeiras sexuais persistentes, queda no desempenho escolar, medo de adultos(as) do sexo oposto, dor ou desconforto nas partes íntimas, isolamento social, masturbação excessiva e brincadeiras inadequadas.

Além disso, Pelisoli e Piccoloto (2010) apontam que as crianças também podem apresentar agitação psicomotora, isolamento, dificuldade de concentração e de memória, queda no rendimento escolar, comportamento hipersexualizado, sentimentos de vergonha, e outros possíveis problemas físicos.

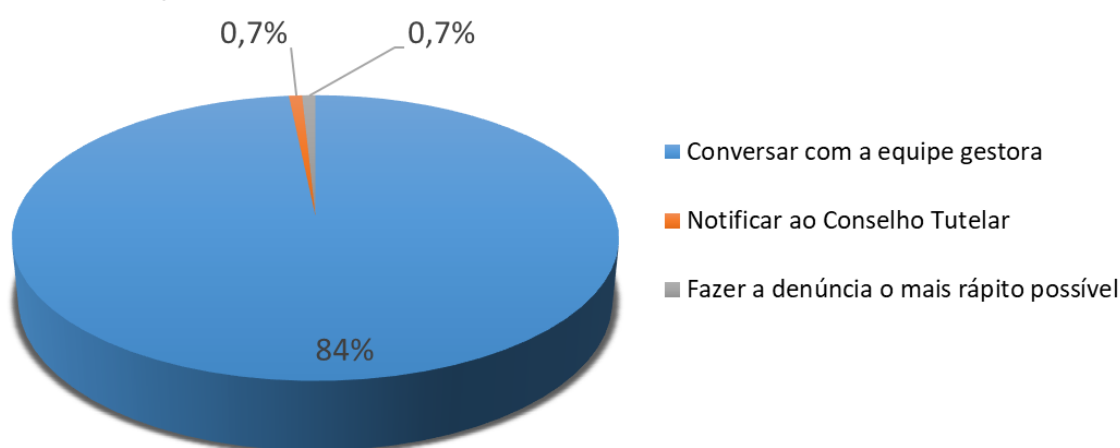
A pesquisa demonstrou que as professoras têm capacidade de perceber os sinais mais perceptíveis de abuso sexual infantil. Conforme Sanderson (2008), “os professores têm mais chances de conhecer melhor a criança e serem os primeiros a notar as mudanças de comportamento.” Para que isso ocorra, é necessário que haja programas que incluam a prevenção do abuso sexual em crianças como componente a ser desenvolvido nas escolas de forma ampla (SANDERSON, 2008, p. 281).

Foi perguntado às professoras se já haviam identificado algum caso suspeito de abuso sexual na escola em que atuam e, em caso de resposta positiva, quais procedimentos haviam tomado. 84% das participantes afirmaram nunca ter identificado casos suspeitos, enquanto 15% afirmaram ter identificado um caso suspeito e ter comunicado a coordenação e direção da escola. Assim, podemos verificar a importância do olhar atento do(a) professor(a) aos possíveis sinais que a criança possa apresentar. De acordo com Santos e Ippolito (2011, p.87), as crianças e os adolescentes “avisam”, de formas variadas, que estão passando por situações de maus-tratos e abuso sexual e, quase sempre isso acontece de forma não verbal.

É fundamental que o(a) professor(a) esteja atento(a) a qualquer sinal que indique que a criança esteja passando por alguma situação de maus-tratos. Sanderson (2008) pontua que, normalmente, as crianças têm condições de revelar aos pais, mães e professores(as) uma ampla variedade de impactos. Através da observação atenta dos responsáveis, é possível perceber o que a criança está tentando sinalizar.

Quando a pergunta foi direcionada ao dever profissional de fazer a denúncia, caso perceba que um(uma) aluno(a) esteja passando por uma situação de abuso, todas as participantes afirmaram conhecer as atitudes que devem tomar, variando apenas no modo de proceder, como podemos observar na Figura 10.

Figura 10 – Dever profissional em casos de abuso sexual infantil



Fonte: (Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa)

O procedimento que prevaleceu entre as professoras foi “Conversar com a equipe gestora”. Apenas uma professora relatou que “notificaria ao Conselho Tutelar”

e outra “faria a denúncia”, porém não especificou o órgão. Conforme dados apresentados por Azevedo e Guerra (1995), percebe-se uma predisposição em não realizar formalmente a denúncia.

De acordo com Brino e Williams (2003), é necessário uma discussão mais aprofundada sobre a violência intrafamiliar em relação a formação inicial e continuada dos(as) professores(as). Essa ineficácia na formação, em muitas situações, leva o(a) professor(a) a agir de forma equivocada em relação aos procedimentos corretos nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dias e Gallo (2013) afirmam que, além de buscar aprofundar-se conceitualmente, os(as) professores(as) responsáveis pelas crianças também precisam “[...] se instrumentalizar para registrar e notificar adequadamente a violência.” A experiência tem demonstrado que registros precisos e detalhados têm auxiliado toda a rede de apoio, resultando em maior número de resoluções dos casos e, principalmente, livrando a vítima da situação de violência em um prazo menor (DIAS e GALLO, 2013, p. 35).

As participantes foram provocadas a relatarem alguma situação de abuso sexual infantil vivenciada por elas ao longo de suas vidas. 69% relataram nunca ter vivenciado situações de abuso. Mas houve alguns relatos, como no caso de um adolescente que abusou da irmã de três anos de idade. Nessa situação, conforme relatado, os pais perderam a guarda da criança, que foi para um abrigo e, posteriormente, para a casa da avó. Na adolescência, a mesma vítima foi abusada novamente pelo irmão, vindo a engravidar e gerando um filho com deficiências.

Para Santos (2009), a reincidência é uma particularidade do abuso sexual intrafamiliar, visto que ocorre no núcleo familiar e tende a perdurar por mais tempo, por envolver as relações de poder e afeto. Essa dominação sobre as crianças é definida e naturalizada por relações de hierarquia. Ainda segundo Santos, os(as) abusadores(as) não se limitam a abusar uma única vez. O mais comum é que a prática se repita muitas vezes durante meses ou anos.

Sobre esta narrativa, Campos (2010) discorre ainda sobre o incesto, o qual ocorre em todas as sociedades e níveis sociais. Porém, os dados não traduzem a real incidência dos casos, o que se explica pelas muitas inferências de ordem familiar, social e psicológica que ele acarreta.

Com relação a gravidez decorrente do abuso, como relatado pela participante, de acordo com Panhoni (2017), quando a gestação é indesejada em situações de

abuso sexual, há implicações no ordenamento jurídico de acordo com cada país e cada legislação que autorizam ou não o aborto. Ainda segundo Panhoni (*apud* Delmanto, 2011), apesar do aborto ser tipificado como crime no Brasil, ele é permitido caso a gestação seja resultado de violência sexual, que poderá ser ou não incestuosa, direito esse estabelecido no art. 128 do Código Penal.

Mesmo com a existência da lei, parte da população desconhece os direitos das vítimas de violência sexual. Segundo Panhoni (2017), o aborto é um tema polêmico. “Com os ainda pouco assumidos direitos sexuais de crianças e adolescentes, torna-se mais evidente a falta de informação quanto às possibilidades de abortamento para crianças e adolescentes que sofreram estupro” (PANHONI, 2017, p. 2).

Em outro relato, a participante descreve a situação de uma criança que era abusada pelo pai. Nesse caso, o abuso foi revelado pela mãe, que acionou a polícia, e o abusador foi preso. O relato revela mais um caso de violência sexual incestuosa. Guimarães (2019) apresenta o abuso infantil incestuoso “[...] como uma dinâmica que, geralmente, apresenta um certo caos emocional, caracterizado principalmente por uma confusão em torno dos limites individuais e da ausência de uma clara definição dos papéis familiares” (GUIMARÃES, 2019, p. 70).

Em mais um caso relatado, houve a suspeita de abuso de uma menina de quatro anos de idade através de uma mudança repentina de comportamento. Os suspeitos eram os vizinhos que ficavam com a criança enquanto os pais estavam no trabalho. O Conselho Tutelar foi acionado, porém soube-se que o caso não foi investigado. Após o ocorrido, a criança deixou de frequentar a escola.

Um estudo realizado por Oliveira Santos et al (2022) revela que em diversas situações de abuso que ocorrem no âmbito extrafamiliar, por amigos da família e profissionais de serviços que se envolvem com a criança, o vizinho se configurou como principal agressor.

A partir desse ponto, faremos a análise dos momentos na roda de conversa que aconteceu no dia 16 de novembro de 2022. Foi um momento importante de troca de experiências e participação muito envolvente da maioria das professoras.

A roda de conversa foi planejada visando alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, a partir da temática do nosso objeto de estudo. Todas as participantes puderam se expressar com liberdade e assim fizeram. Cada uma teve seu momento de compartilhar suas experiências, anseios, dúvidas e temores e, para manter o

anonimato das participantes, utilizaremos as letras do alfabeto para identificá-las ao citar trechos de suas falas.

Muitos pais, mães e até mesmo professores(as) associam as práticas educativas de prevenção do abuso sexual ao desenvolvimento antecipado da sexualidade da criança. Essa questão foi levantada na roda de conversa, e as professoras tiveram a oportunidade de se posicionarem abertamente sobre o assunto.

A professora A não concorda com essa associação e disse que “trabalhar a prevenção e a sexualidade são duas coisas totalmente diferentes” (Prof. A). Para ela, assim como as demais participantes, desenvolver a prevenção envolve levar a criança a perceber até que ponto alguém pode tocá-la, acariciá-la, se aproximar de forma mais íntima e levá-la a determinados lugares, principalmente na faixa etária da Educação Infantil.

Martelli (2013) destaca que a escola tem o dever de oferecer informações relacionadas à violência sexual para toda comunidade escolar, assim como promover debates e estudos a respeito de temas que envolvem a sexualidade e suas manifestações, dirigidos tanto para professores(as) quanto para alunos(as) e suas famílias (MARTELLI, 2013, p. 12).

Santos & Ippolito (2009) ressaltam a importância de promover o diálogo: “A boa comunicação pode ajudar crianças e jovens a recusar pressões sexuais não desejadas e abuso por pessoas em posição de autoridade e outros adultos” (SANTOS & IPPOLITO, 2009, p. 29).

A professora B narrou um fato ocorrido que precisa ser relatado, pois exemplifica o pensamento e o agir de algumas famílias ao serem informadas sobre projetos voltados à sexualidade ou abuso sexual. Segundo o relato da participante, um grupo de professores(as) de determinada escola em que ela havia trabalhado organizou e iniciou o desenvolvimento de um projeto para trabalhar a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência com turmas de Fundamental II. Porém, o projeto foi suspenso devido à reação das famílias. Elas alegaram que a escola e os(as) professores(as) estavam “incentivando as crianças a praticarem atos sexuais.” Ainda de acordo com o relato da participante, as famílias foram convidadas a conhecer o projeto, porém não houve consenso e os trabalhos foram completamente suspensos. Algumas participantes da presente pesquisa acreditam que o termo “sexualidade” assusta as famílias.

A escola, enquanto local que valoriza e respeita os direitos das crianças e dos adolescentes, prezando pelo desenvolvimento saudável, precisa pensar e prevenir a ocorrência de qualquer tipo de violência. É muito importante que o(a) professor(a) se sinta preparado(a) para abordar o tema em sala de aula, assim como identificar situações de violência que possam estar ocorrendo nos corpos infantis, principalmente porque nem todo tipo de violência deixa marcas físicas visíveis (MIRANDA e YUNES, 2008).

Parece ser necessário, portanto, capacitar professores de crianças pequenas, abaixo de seis anos de idade, considerando-se a importância de uma intervenção o mais cedo possível, habilitando-os também a capacitar crianças suscetíveis à ocorrência de atos abusivos (BRINO e WILLIAMS, 2008, p. 213).

A sexualidade infantil ainda é tratada como um tabu, apesar de fazer parte da vida humana. A sociedade ainda sente dificuldade de lidar com os temas que envolvem a sexualidade e a violência sexual. Santos (2019) aborda a temática da sexualidade de acordo com o tempo social e, de acordo com as falas das participantes da roda de conversa, ficou evidente que, na escola, a sexualidade ainda é vista como um tabu.

Para a professora C, o trabalho de prevenção do abuso sexual infantil é muito importante porque, segundo ela, “onde as crianças deveriam ser mais protegidas, é justamente onde são abusadas” (Prof. C). Uma parte do grupo acredita que isso acontece nos lugares onde elas permanecem por mais tempo.

A professora C citou, ainda, a importância do tema abordado relatando que a fez refletir sobre a nossa responsabilidade, enquanto professoras, de “fazer a diferença”, de ter essa “responsabilidade social”. Ainda segundo ela,

Nós, naturalmente gostamos mais dos códigos, mas estamos vivendo tempos muito difíceis. Educar filhos não é fácil. E nós, enquanto professoras, não podemos pensar só nisso aqui (na escola). Temos que educar a criança para quando ela sair daqui. Para formar o cidadão autônomo, com responsabilidade, saber ser ativo. E isso começa desde bebê [...] (Prof. C).

A professora D utiliza uma forma simples de trabalhar consentimento com as crianças. Segundo ela, o fato de pedir licença a criança ao auxiliá-la nas idas ao banheiro, nos momentos do banho ou trocas de fraldas, dando a ela o direito de negar ajuda ou verbalizar que não deseja ser tocada, já faz com que entenda que seu corpo é sua propriedade e que as pessoas não devem mexer nele sem seu consentimento.

De maneira geral, as professoras demonstraram ter algumas informações relacionadas ao tema proposto, de acordo com o levantamento realizado. Porém, é preciso que haja uma formação adequada para detectar e encaminhar os casos, visto que um percentual alto das professoras demonstrou não ter condições de realizar os encaminhamentos de casos suspeitos de abuso sexual e, portanto, não poderiam ajudar as crianças vítimas da violência. Podemos concluir que, mesmo que possuam boas informações gerais sobre a violência sexual cometida contra a criança, a desinformação impossibilita a atitude correta nesses casos.

Prevenir e detectar o abuso sexual infantil são apenas partes de um processo. Um trabalho conjunto e contínuo deverá ser feito para garantir a proteção e a privacidade da criança em qualquer situação. A escola exerce um papel muito importante nesse processo, assim como o(a) educador(a). As professoras participantes foram estimuladas a buscar aperfeiçoamento sobre a violência intrafamiliar e a darem continuidade nos trabalhos de prevenção de acordo com cada faixa etária, visando a proteção da criança e estimulando o desenvolvimento da autoproteção contra eventuais casos de abuso sexual.

Finalizo com a fala de uma das professoras participantes: “O abuso pode até não deixar marcas no corpo, mas deixa na alma” (Prof. C).

4.2 SINTETIZANDO O PRODUTO EDUCACIONAL

Diante do desafio diário de auxiliar na formação do indivíduo para a vida, missão essa que o(a) professor(a) vivencia durante sua vida acadêmica, o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à prevenção de abusos e ao autocuidado é um desafio a ser vencido. É necessário ter o tema como proposta a ser incluída no planejamento escolar, visto que o(a) professor(a), enquanto responsável pelo(a) aluno(a), tem o dever de cuidado e proteção.

Assim, foi desenvolvido um guia de orientações direcionado ao(à) professor(a) para servir de auxílio no trabalho de desenvolvimento da autoproteção da criança como forma de prevenção do abuso sexual infantil. Infelizmente, a violência sexual é uma temática pouco abordada nos cursos de graduação (GONÇALVES e FERREIRA, 2002), levando os(as) profissionais da educação a buscar conhecimentos através de cursos, publicações ou outras atividades que venham a preencher essa lacuna. Os(as) educadores(as) precisam adquirir conhecimentos éticos relacionados à sua profissão,

aos desenvolvimentos típicos e atípicos na infância, à dinâmica da violência sexual, assim como suas consequências e a legislação que ampara a criança e o adolescente (HABIGZANG e KOLLER, 2011).

O guia disponibiliza esclarecimentos e informações relevantes que permeiam a violência sexual contra crianças e adolescentes, baseados em estudos já realizados, com o intuito de despertar, no(a) professor(a), a conscientização da necessidade de tratar o tema com responsabilidade e compromisso, promovendo a reflexão sobre suas práticas pedagógicas e despertando o(a) leitor(a) para a necessidade de enfrentamento do problema.

De forma lúdica, é possível ensinar à criança aspectos como intimidade, consentimento, sentimentos, tipos de toques de carinhos e abusivos e identificação do próprio corpo. Assim, após a análise e discussão dos resultados obtidos através da aplicação do questionário e da realização da roda de conversa, a proposta foi desenvolver um material de apoio para os(as) educadores(as), que trouxesse também sugestões de recursos para desenvolver a prevenção e estimular a autoproteção da criança de forma lúdica.

É através da ludicidade que a criança descobre e explora o mundo, percebendo-se como parte integrante do ambiente em que está inserida. A brincadeira gera a percepção de integração ao seu ambiente e proporciona a capacidade de discernimento dos benefícios e malefícios para sua vida. Dessa forma, a criança será capaz de apreender informações importantes relacionadas à sua proteção, integridade física e seu “eu”. É partindo dessa premissa que o(a) professor(a) realizará abordagens importantes e significativas para o desenvolvimento e proteção da criança.

A proposta do material é agregar conhecimentos para que os(as) educadores(as) possam desenvolver práticas educativas voltadas à prevenção e autoproteção da criança, além de despertar o(a) professor(a) para a responsabilidade que tem, prevista em lei, de realizar a denúncia em casos suspeitos de violência sexual contra crianças ou adolescentes. O guia didático disponibiliza, ainda, orientações para a intervenção de forma apropriada, visando sempre a ética, a preservação da imagem da criança e, principalmente, a proteção dessa vítima.

OBJETIVO GERAL

Levar o docente a compreender a importância do seu papel na prevenção da violência sexual infantil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Destacar os sinais e consequências da violência sexual infantil como causa de transtornos provisórios ou permanentes nas crianças.
- Demonstrar ações obrigatórias pertinentes aos(as) professores(as) na detecção de uma suspeita de violência sexual contra uma criança que esteja sob seus cuidados.
- Elencar estratégias e intervenções que auxiliam na promoção da autoproteção da criança nos casos de violência sexual infantil.
- Contribuir com as práticas pedagógicas dos profissionais da Educação Infantil relacionadas a prevenção da violência sexual infantil.

JUSTIFICATIVA

O abuso sexual infantil tem forte influência negativa na saúde das crianças, afetando seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das mais diversas formas. Isso pode causar transtornos que podem prejudicar seu desempenho escolar e afetar a esfera social e de aprendizagem. As consequências dessa violência geralmente se estendem até a idade adulta, resultando em seres com variações de comportamento. Portanto, é urgente a necessidade de ações de combate e prevenção que contribuam para diminuição dos casos. É premente desenvolver métodos que contribuam com a prevenção através da informação, diante dos números alarmantes que são divulgados anualmente no Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Buscando auxiliar o(a) professor(a) a lidar com essa problemática, o produto educacional pode contribuir para o repensar do(a) profissional docente no que se refere ao seu compromisso social e profissional na prevenção e combate do abuso sexual infantil. Um olhar mais atento e sensível para a criança possibilita uma infinidade de observações relevantes que auxiliarão nesse processo. Um trabalho de

prevenção baseado na ludicidade provavelmente levará a criança a desenvolver a sua autoproteção e, conseqüentemente, prevenir a ocorrência de situações de abuso ou até mesmo interromper alguns casos em andamento.

METODOLOGIA

Diante da necessidade de agregar conhecimentos aos(às) professores(as) da Educação Infantil no se refere às práticas educacionais voltadas à prevenção do abuso sexual infantil, foi elaborado um produto educacional em formato de guia didático. Esse guia foi criado a partir dos resultados da aplicação do questionário e das discussões na roda de conversa, que contou com esclarecimentos e informações obtidos por meio de pesquisa bibliográfica sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como orientações sobre o que fazer nos casos em que os abusos já estiverem ocorrendo, ressaltando a obrigatoriedade dos profissionais que trabalham com crianças em realizar a denúncia.

Com o objetivo de alcançar os objetivos do guia, foi realizada uma etapa com um conjunto de pesquisas de campo, participante e bibliográfica, que gerou métodos e práticas de desenvolvimento voltados para a prevenção do abuso sexual na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. de F. **Violência e Abuso Sexual na Família**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

ARCARI, C. **Pipo e Fifi**: prevenção de violência sexual na infância. Instituto Cores: 2013.

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA (2002). **Abuso sexual: mitos e realidade** (3a ed.). Petrópolis, RJ: Autores & Agentes Associados. Recuperado em 20 junho, 2016, de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf

AZEVEDO & GUERRA. Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. São Paulo: **Lacri/USP**, 2000.

BARROS, Odívia. **Segredo segredíssimo**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente–SNDCA/MMFDH. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes– abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional (Cartilha Maio Laranja)**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Abordagem de Casos Concretos em uma Perspectiva Multidisciplinar e Interinstitucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em 13 de dez. de 2022. Campanha “**faça bonito**”. Disponível em: <https://www.facabonito.org/>

CASTANHA, Neide (Org.). **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Caderno Temático. Brasília, 2008.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CNEVSCCA). **Faça Bonito**. Disponível em: <https://www.facabonito.org.br/acampanha>. Acesso em 18 dez. 2022.

CUNHA, Maria Leolina Couto. Curso de Pós-graduação Metodologia para o Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes: **Compreendendo o Fenômeno da Violência contra crianças e adolescentes**. Cecovi - PUCPR/PUC web, 2009.

DESLANDES, Suely et al. Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 1633-1645, 2011.

EMRICH, Renata. **A mão boa e a mão boba**. Belo Horizonte: Ramalhete, 2016.

FIGUEIREDO, Nicole Christine Alves. **Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos**. 2015. Tese de Doutorado.

KORNFELD, Débora. **Vítima, Sobrevivente, Vencedor!** São Paulo: Sepal, 2000.

MENDONÇA, Roseli Mendonça. **Meu corpo, meu corpinho**. Curitiba: Matrescência, 2019.

ROMARO, R.A; CAPITÃO, C.G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. 1 ed. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008.

SANTOS, V. A. dos; COSTA, L. F.; GRANJEIRO, I. A. C. L. **Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida?** Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, pp. 516-524, out./dez. 2009.

SILVA, Regisson da; THIENGO, Edmar Reis. **O monstro amigo: possíveis abordagens no ensino fundamental sobre o abuso sexual em crianças**. 2019.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca, seu boboca!** Belo Horizonte: Aletria, 2017.

UNICEF et al. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**, Brasília, 2021.

ZANELLA, Maria Nilvane; DE BARROS LARA, Angela Mara. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 46, p. 75-87, 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que pesquisamos, descobrimos, ouvimos e presenciamos, chegamos à conclusão de que não é mais possível ficarmos insensíveis ao fenômeno da violência sexual praticada contra as crianças. Esse ato pavoroso não pode mais ser aceito pela sociedade, muito menos permitido por profissionais que trabalham diariamente envolvidos com crianças e adolescentes. Não é uma questão de se fazer, mas quando fazer, e precisa ser urgente. As ações precisam ser urgentes, pois milhares de crianças sofrem desse mal anualmente e não podem esperar.

O impacto que a violência sexual causa na vida de crianças e adolescentes é inegável. É um ato assombroso, porém recorrente. Os sonhos de uma criança são transformados em pesadelos e elas ainda têm sua infância maculada, o que reflete diretamente na vida adulta.

É necessária uma maior mobilização entre os poderes, líderes municipais e estaduais, sociedade civil e a comunidade como um todo. Sem a integração de todos, não haverá a proteção necessária para as crianças em situação de vulnerabilidade. A violência não para e não avisa onde vai acontecer.

Podemos concluir que a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser considerada um crime somente após a infância ter sido compreendida como um fenômeno que demanda saberes diversos para ser entendida. Dessa compreensão, surgiram diversos marcos legais importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990), que fizeram com que a sociedade compreendesse, aos poucos, que deveria tratar a criança não só como cidadão brasileiro, mas também como uma pessoa em desenvolvimento, com suas particularidades e especificidades. Sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer, mas muitos avanços já foram feitos.

Concluimos também que o abuso sexual infantil tem um acesso muito complexo. Muitas vezes, ocorre no ceio familiar e a maioria das famílias mantém sigilo, em suas dinâmicas de privacidade, o que dificulta a detecção dos abusos intrafamiliares.

Este estudo deixou nítido que a prevenção é o melhor caminho para evitar que um número maior de crianças passe por situações de abuso. No entanto, sabemos que nem todas serão alcançadas. Precisamos intensificar as pesquisas nessa área

para tentar fomentar a implantação de políticas públicas mais eficientes que busquem, de fato, a proteção global da criança e do adolescente.

A escola precisa repensar seu papel e, se for preciso, reformular políticas internas para atender sua clientela em todas as suas necessidades e especificidades. Uma escola deve envolver as demandas locais, visto que o(a) aluno(a) é a única razão da sua existência.

É na escola, principalmente nas que oferecem atendimento em horário integral, que as crianças passam a maior parte do seu tempo. Muitas crianças passam mais tempo da sua primeira infância na escola, com professores(as), do que em casa com seus familiares. Os docentes exercem um papel central na formação das crianças, especialmente no que diz respeito ao abuso sexual infantil e como elas podem se proteger.

O fato de as crianças passarem muito tempo com os professores permite que estes conheçam as crianças de forma mais intrínseca, tornando possível detectar mais facilmente alterações comportamentais mais visíveis. Assim, quando esses profissionais possuem conhecimento sobre a violência sexual infantil, certamente facilitará a identificação das crianças que estiverem passando por situações dessa natureza.

Foi com essa perspectiva que o Guia didático foi pensado e elaborado, buscando auxiliar os professores nessa tarefa. Sabemos que os cursos de formação profissional docente não oferecem esse tipo de formação. Os educadores precisam buscar cursos extras e informações por conta própria para tentar se engajar nessa tarefa que, a princípio, pode parecer árdua, mas é a forma correta de proceder e faz parte da sua missão: formar o sujeito para a vida.

As professoras participantes da pesquisa demonstraram praticar, de forma corriqueira, a prevenção durante as atividades de rotina. No entanto, não há um desenvolvimento efetivo de práticas educativas voltadas ao autocuidado, visando a autoproteção e a prevenção do abuso sexual infantil.

Cada questionamento foi discutido individualmente, e as dúvidas foram compartilhadas previamente e ao início do diálogo coletivo. Dessa forma, na roda de conversa, todas já estavam mais à vontade para dialogar sobre o tema, e foram percebidos relatos que não constavam nos questionários. Percebemos também que, quando a conversa acontece pessoalmente, as professoras se sentem mais tranquilas para relatar os casos e dialogar sobre o assunto, com menos constrangimentos.

Este estudo deixou evidente que é possível desenvolver práticas educativas frequentes voltadas à prevenção e autoproteção. É necessário que haja disponibilidade e sensibilidade por parte das profissionais, para que essa prática se torne rotina e faça parte literalmente da rotina da instituição escolar, mas principalmente, que haja uma qualificação específica para oferecer uma proteção de fato para as crianças.

Durante o estudo, ficou nítido que, enquanto educador(a), confiar que apenas os responsáveis pela criança devem também ser os únicos responsáveis por sua proteção é permitir que a verdadeira proteção delas esteja em risco. Ficou evidente também que as profissionais não estão preparadas para fazer a denúncia diretamente aos órgãos competentes em caso de uma suspeita ou confirmação de violência sexual em uma criança. Essa situação necessita ser urgentemente pensada e revista por cada profissional, pois temos obrigatoriedade prevista em lei e não há como fugir de uma realidade exposta aos olhos. O profissional da educação precisa ter segurança e sentir-se preparado(a) para realizar a notificação dos casos de violência praticada contra as crianças. É preciso saber como agir adequadamente diante de cada caso, respeitando e protegendo os direitos da criança.

O docente pode ser o maior aliado na prevenção e proteção contra a violência sexual. Concluímos que é preciso iniciar esse processo compreendendo o tema e as questões relacionadas à violência sexual na infância, pois assim poderá contribuir com a prevenção nas escolas, dialogando com as crianças sobre o assunto de uma forma leve e natural, ajudando-as a conhecer seu próprio corpo, estimulando a efetivação do cumprimento dos seus direitos e deveres e auxiliando no cuidado e proteção.

A escola e o município também têm suas responsabilidades legais e devem definir bem seus protocolos para direcionar os casos. Assim, os profissionais poderão se sentir apoiados e ter mais segurança para fazer as notificações.

Para se alcançar um objetivo, é preciso haver engajamento. No caso da prevenção do abuso, não poderia ser diferente. O assunto é sério e exige que todos os envolvidos tratem com seriedade tudo que envolve a criança, inclusive a prevenção.

As crianças precisam de ambientes leves, seguros e saudáveis para crescerem usufruindo livremente da sua infância. Elas devem ter condições de desenvolver suas habilidades e se tornarem adultos completos em todas as esferas.

A forma mais segura de proteger a criança é conhecer e compreender o abuso sexual infantil, a fim de estar preparado para ajudá-la a desenvolver sua autoproteção em uma possível situação de abuso sexual infantil. Toda criança tem o direito de ser protegida e de ter uma infância saudável e livre de máculas. Acreditamos que a criança pode viver em um mundo sem medos.

Finalizamos nossas considerações afirmando que é notável a necessidade de continuidade de pesquisas e estudos que abordem temas similares ao deste estudo. A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é um fenômeno real, e é preciso que outros pesquisadores e pesquisadoras se mobilizem e abordem temas que intensifiquem a prevenção e o enfrentamento a esse tipo de violência. Dessa forma, podemos avançar e fortalecer cada vez mais a proteção das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editora, 1995.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só história. Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Rocca, 1998.

BAHLS, D. P.; LIRA, A.C. M. Onde estão os profissionais do gênero masculino na educação infantil? **Reflexões históricas sobre a docência com crianças pequenas**. Revista Inter Ação, v. 44, n.1, p. 243-257, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48970>. Acesso em 06 de jan. de 2023.

BARBOSA, G. F. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola - um olhar da psicanálise e da saúde pública**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

BATISTA, A. S.; CODÓ, W. **Crise de Identidade e Sofrimento**. In: CODÓ, W. (Coord.). Educação, carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 60-85.

BORGES, Jeane Lessinger; ZINGLER, Veranice Tatiane. **Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual**. Psicol. estud. vol.18 no.3 Maringá 04/09/2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985;

BRANDÃO, C. R. & Streck, D. R. (2006). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. São Paulo: ideias e letras.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Presidente da República, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Nº 13.341, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069. 2017. **Brasília: Casa Civil**, 2017.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm#art25. Acesso em 21 de dez. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012pdf&Itemid=30192. Acesso em 05 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004. Norma Operacional Básica-NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em 17 de dez. de 2022.

BRASIL. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Editora MS, 2002.

BRASIL. Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil**. Coleção Garantia dos Direitos. Série Subsídios Tomo V. Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos; 2001.

BRINO, Rachel de Faria. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: **avaliação de um programa de capacitação**. 2006.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação psicol**, p. 1-10, 2003.

BRINO, R. F.; SOUZA, M. A. O. Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional. **Educação e Realidade**, v. 41, n. 4, p. 1251-1273, dez. 2016.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000401251&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 de jan. 2023.

BRITO, B., Ferreira, C., Mendes, M., Cardoso, G., Nunes, S., Silvestre, S., & Soeiro, C. (2016). Manual Care - **apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual**. <https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/ManualCare.pdf>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

BRITO, L. M. T. O papel da universidade na formação de profissionais competentes para lidar com casos de violência sexual. In: AZAMBUJA, M. H. M. F. (Org.) **Violência Sexual contra Crianças e Adolescente**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAETANO, Evelyn Diconcili. **Abuso Sexual Infantil: Compreensões de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** ' 05/02/2019 144 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Do Planalto Catarinense.

CAMPOS, P. A. de L **O abuso sexual intrafamiliar na família brasileira**. São Paulo: Summus, 2010.

CASTANHA, Neide (Org.). **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Caderno Temático. Brasília, 2008.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHILDHOON. **10 maneiras de identificar possíveis sinais de abuso infanto-juvenil**. PUBLICADO EM 15/05/2017. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/10-maneiras-de-identificar-possiveis-sinais-de-abuso-sexual-infanto-juvenil>. Acesso 20 de jan. de 2023.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CNEVSCCA). **Faça Bonito**. Disponível em: <https://www.facabonito.org.br/a-campanha>. Acesso em 18 dez. 2022.

CUNHA, Maurício. Abuso sexual contra crianças e adolescentes - Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília-DF. **Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaidoLaranja2021.pdf>. Acesso em 21 de dez. 2022.

DA SILVA, Rinelza Gemaque et al. Percepção de professores sob o abuso sexual na infância. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 2019-12, 2019.

DEMO, P. (2000). **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas.

DE OLIVEIRA SANTOS, Érika et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19: dados do ano de 2020 em um serviço de referência no Estado do Pará**. 2022 DE PAULA FALEIROS, Vicente. **Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: trama, drama e trauma**. **Serviço Social e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 65-82, 2003.

DESLANDES, Suely et al. Capacitação profissional para o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 431-435, 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira; CAMPOS, Daniel de Souza. A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2173-2182, 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira. Prevenir a violência um desafio para profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 18, n. 3, p. 128-128, 1994.

DIAS, D. L.; GALLO, A. E. **Avaliação de Capacitação para Professores sobre Violência Intrafamiliar Infantil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013.

DUARTE, Luciana da Silva. **Curso Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília – DF – Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENAS/MJ, atualizado em 14/09/2009. Disponível em: (http://senaspead.ip.tv/modulos/educacional/conteudo/01021/paginas/EnfrentamentoExploracaoCriançasAdolescentes_completo.pdf)

FALEIROS, Eva T. Silveira; DE OLIVEIRA CAMPOS, Josete. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário**. 2010.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. (2007). Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

FARINATI, F., BIAZUS, D. B., & LEITE, M. B. (1993). **Pediatria social: a criança maltratada**. Rio de Janeiro: Medsi.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos pagu**, Porto Alegre, v. 26, p. 201-223, 2006.

FERRARI, D. C. (2002). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora.

FERREIRA, Rosário. **Tipos de Violência contra Crianças e Adolescentes**. In: Capacitação da Rede de Proteção de Porto Alegre. UFMS/UFRGS-CEP-RUA. 2009-2011.

FIGUEIREDO, Nicole Christine Alves. **Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos**. 2015. Tese de Doutorado.

FINKELHOR, D. Um manual sobre abuso sexual infantil. Newbury Park, CA. New York, NY: Free Press. 2012.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérigamo. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes**. Fractal, Rev. Psicol. vol.27 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2015.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GADELHA, Graça. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Os Desafios para sua Operacionalização. In: OLIVEIRA, Assis da Costa (org.). **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 39-54.

GAGLIOTTO Giseli Monteiro; VAGLIATI, Ana Carla. **A identificação da violência sexual em crianças e adolescentes no espaço escolar: limites e possibilidades de enfrentamento na voz dos professores**. Xanped Sul, Florianópolis, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1300-0.pdf Acesso em 13 de jan. de 2023.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro; VAGLIATI, Ana Carla. Formação de Professores e Educação Sexual: O conhecimento psicanalítico na prevenção e identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na escola. **Revista Teias**, v. 15, n. 37, p. 168-177, 2014.

GARVEY, Catherine. **A brincadeira: a criança em desenvolvimento**. Editora Vozes Limitada, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, H. S. & FERREIRA, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. **Caderno de Saúde Pública**, 18(1), 315-319.

GUEDES, L. N. A. **A Participação das Escolas de Ensino Fundamental de Breves PA no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará/Instituto de Ciências da Educação/Programa de Pós-graduação em Educação, Belém, 2012.

GUIMARAES, Sandra Suely Moreira Lurine. VIOLÊNCIA INCESTUOSA E A NEGAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA CRIANÇA. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 5, n. 1, p. 58-78, 2019.

HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Avaliação de impacto e processo de um modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual**. 2010.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena. Avaliação do processo terapêutico em casos de abuso sexual. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 45, n. 2, pág. 201-210, 2013.

HEYWOOD, C. Uma história da infância: **da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kenedy/panorama>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

IJSN. **Rede de atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência**. Vitória, ES, 2010. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/article/706/ijsn_td18.pdf. Acesso em 18 de dez. de 2022.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva; DESLANDES, Suely Ferreira. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 227-235, 2003.

KRAMER, S.; LEITE, M. Infância: **fios e desafios da pesquisa**. 6. ed. Campinas. Papiros: 1996.

KUHLMANN Jr, M. Infância e educação infantil: **uma abordagem histórica**. 2. ed. Porto Alegre: Médico, 1998.

LAKATOS, EM. Marconi, MA. **Fundamentos de metodologia científica** 5ª edição. - São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Bárbara Letícia Teixeira. Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual. **Educação**, v. 4, p. 33, 2021.

LOWENKRON, L. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELLI, A.C. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: O que a escola tem a ver com isso?** In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2013, Maringá - PR, Anais... Maringá-PR, 2013. p. 1 - 16. Disponível em:

http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-05.pdf. Acesso em 08 de jan. de 2023.

MAYRING, P. Qualitative content analysis. Forum: **Qualitative Social Research**, vol. 1, nº 2, 2000.

MEIRELES, Cecília. **Viagem**. Ed: Império, 1938.

MELO, Bernardo Dolabella et al. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: **violência doméstica e familiar na COVID-19**. 2020.

MEYER, Caroline Arcari. Livro 'O que é privacidade?': uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. p. 408.

MIRANDA, A. T; YUNES, M. A. M. A denúncia do abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: SILVA, F. F. et al. (Orgs.). **Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências**. Rio Grande: FURG, 2008, p. 101-109.

MOITA, Magda Helena. **Avaliação de Impacto do Jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos”**. 2016. Tese de Doutorado.

MONTI, Luísa Leôncio. **Estudo sobre violência intrafamiliar contra a criança: conhecimentos e atitudes de professores da Educação Infantil**. 2020.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95, 2014.

OLIVEIRA. Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

Organização Mundial de Saúde (OMS). (2006). **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde.

PADILHA, Maria da Graça Saldanha. Prevenção primária de abuso sexual: **avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar**. 2007.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 114-126, 2010.

PANHONI, Valéria Aparecida Campos Soares. **Desfecho da gravidez por violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar entre crianças e adolescentes**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PELISOLI, C. PICCOLOTO, L.B. **Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo comportamentais na escola, na família e na comunidade.** REVISTA BRASILEIRA DE TERAPIAS COGNITIVAS, Volume 6, Número 1, 2010.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de pediatria**, v. 81, p. s197-s204, 2005.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: **imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PIETRO, A. T. **A Denúncia de Abuso Sexual no Ambiente Escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental.** Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande: FURG, 2007.

PRADO, M. C. C. A. (Org.). **O mosaico da violência.** São Paulo: Vetor, 2004.

QUEIROZ, Kátia. Abuso sexual: conversando com esta realidade. **CEDECA-BA**, 2003.

Rede Nacional Primeira Infância - RNPI. (2015). Relatório Técnico: Colóquio violências e seus impactos no desenvolvimento infantil: **Reflexões históricas e contextuais, fatores de proteção e políticas públicas.** Recuperado em 24 fevereiro, 2017, de http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/12/RNPI-CECIP_seminario-nacional-2015.pdf

ROMARO, R.A; CAPITÃO, C.G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões.** São Paulo: Vetor, 2007

SALES, J. da C. Pesquisa - confronto sobre cultura popular. In: BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante.** 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 199-211.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais.** 1 ed. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ESBER, Karen Michel; SANTOS, Izabela Barbosa de C. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico** - Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Seropédica, RJ: Edur**, 2011.

SANTOS, B.R.; Ippolito, R. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.** São Paulo: Childhood – Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da cidade de São Paulo. Secretaria da Educação, 2009.

SILVA, Regisson da; THIENGO, Edmar Reis. O monstro amigo: **possíveis abordagens no ensino fundamental sobre o abuso sexual em crianças.** 2019.

SOMA, Sheila Maria Prado. **Contaçon de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil** / Sheila Maria Prado Soma. - São Carlos: UFSCar, 2014. 101 f.

VIEIRA, V. Portfólio: **uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem**. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Dez 2002, v. 6, n. 2, p.149-153.

WERNECK, A. F., Gonçalves, I. B., & Vasconcelos, M. G. O. M. (2014). O essencial é invisível aos olhos: **impactos da violência sexual na subjetividade de criança e de 53 adolescentes**. In B. R. Santos, I. B. Gonçalves, & G. Vasconcelos (Orgs.). *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes* (pp.69-90). Brasília, DF: EdUCB. 2014. Recuperado em 15 abril 2016, de http://www.childhood.org.br/wpcontent/uploads/2014/10/MIOLO_Escuta_Crian%C3%A7as_Adolescentes_29_09_14.pdf

WILLIAMS, L. (2002). Abuso Sexual Infantil. In H. J. Guilhardi. **Sobre o comportamento e cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento**. (pp. 155-164). Santo André: ESETec.

WILLIAMS, L. C. A.; CHILDHOOD BRASIL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS, PROMOTORES DE JUSTIÇA E DEFENSORES PÚBLICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. **Violência psicológica praticada contra a criança e o adolescente: Definições e contextualização. Childhood Brasil & Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP). (Orgs.). Violência sexual contra a criança e adolescente: Novos olhares sobre diferentes formas de violações**, p. 125-133, 2013.

WILLIAMS, L. C. A.; HABIGZANG, L. F. Uma breve introdução: Tecnologia social da ciência psicológica para o enfrentamento da violência da criança e do adolescente. **Crianças e adolescentes vítimas de violência: Prevenção, avaliação e intervenção**, p. 9-12, 2014.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; ARAÚJO, Eliane Aparecida Campanha. **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar. Curitiba: Juruá, 2009.**

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque et al. Efeitos a longo prazo de vitimização na escola. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 2011.

YUNES, Eliana Lucia M. A INFÂNCIA NA POESIA DE CECÍLIA MEIRELLES. **Revista Letras**, v. 25, 197

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: **Departamento de Ciências da Administração/UFSC**. CAPES: UAB, 2009.

ZANELLA, Maria Nilvane; DE BARROS LARA, Angela Mara. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 75-87, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



Monica Gomes de Sá Barbosa
Márcia Moreira de Araújo

GUIA DIDÁTICO:
**PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Even3 Publicações, PE, Brasil)

B238g Barbosa, Monica Gomes de Sá
Guia Didático: Prevenção da Violência Sexual na Educação
Infantil [Recurso Digital]. / Monica Gomes de Sá Barbosa,
Márcia Moreira de Araújo – Recife: Even3 Publicações, 2023.

DOI 10.29327/5189653
ISBN 978-85-5722-656-2

1. Educação Infantil. 2. Prevenção. 3. Violência sexual.
I. Araújo, Márcia Moreira de. II. Título.

CDD 372.372

CRB-4/1241

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	8
SINAIS, SINTOMAS E CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS	17
POR QUE REALIZAR A INTERVENÇÃO CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL?.....	20
POR QUE DENUNCIAR UMA SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL INFANTIL?	22
COMO DENUNCIAR?.....	24
SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR O ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	26
REFERÊNCIAS	31
AS AUTORAS.....	33



Infância Violada

*Não passava de criança
Que sonhava ser herói
O que trago na lembrança
Eu que sei o quanto dói*

*Era só uma menina
Que sonhava ser princesa
Mas que teve a triste sina
de ser pega indefesa*

*Foi tão feio, tão nojento e tão vil
Erguer meus olhos puros e infantis
Mirar na cara do meu algoz senil
Ultrajado em seus míseros ardis
Enojado de seu semblante imbecil
Laçado feito um passarinho infeliz*

*Lá se foi minha pureza
Antes nunca que tão cedo
Quem saiu em minha defesa?
Só restaram culpa e medo
A vergonha e a tristeza
Hoje moldam meu enredo*

*Não havia a quem contar
Ninguém me daria ouvido
Com quem mais posso contar
se até eu de mim duvido?*

Hermes Fernandes

APRESENTAÇÃO

Diante do desafio diário de auxiliar a formação do indivíduo para a vida, missão essa que o professor vivencia durante sua vida acadêmica, o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à prevenção de abusos e do autocuidado é um desafio a ser vencido, necessitando ter o tema como proposta a ser incluída no planejamento escolar, visto que o professor, enquanto responsável pela criança, tem o dever de cuidado e proteção.

Ante o exposto, este material apresentará as conceituações de violência sexual e descrições dos sinais, sintomas e consequências do abuso sexual em crianças, idealizando despertar, no leitor, a conscientização da necessidade urgente de intervenções na prevenção desse tipo de violência.

Com uma linguagem clara, serão disponibilizados esclarecimentos e informações relevantes que permeiam a violência sexual contra as crianças e os adolescentes e orientações para a intervenção na Educação Infantil de forma apropriada, visando sempre a ética, a preservação da imagem da criança e, principalmente, a proteção da vítima. E, ainda, algumas sugestões de recursos que podem estimular a prevenção e a autoproteção da criança através do diálogo e da ludicidade.

oin
otpath
and
to (in
ead, hal
You me
hen a
ome of
With
ed c



INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma fase muito importante e significativa para a vida da criança, pois favorece o seu desenvolvimento integral nos aspectos físico, psicológico, social e intelectual. Para muitas crianças, é o primeiro convívio fora do núcleo familiar e o professor pode ser um dos principais pilares para proporcionar um desenvolvimento pleno e saudável.

O trabalho desenvolvido com crianças dessa etapa da Educação Básica propicia momentos ininterruptos de aprendizados e de constante formação do profissional. Enquanto professores, estamos imersos em um universo de novos saberes diariamente. Porém, diante de uma gama de possibilidades renovadas diariamente, as responsabilidades impostas pelos desafios diários são inevitáveis, principalmente quando se trata de abuso sexual infantil.

Apesar de triste, o abuso sexual infantil é mais comum do que se pode imaginar e, na maioria dos casos, acontece no ceio familiar.

As crianças, principalmente aquelas que ainda não verbalizam suas necessidades e anseios, precisam de cuidado, tempo, proximidade e muita atenção por parte do profissional. O cuidar e educar precisam ser desenvolvidos de forma concomitante, fazendo parte de uma experiência única em todos os âmbitos.

Cada momento de interação entre o professor e a criança precisa conduzir à construção de vínculos entre as partes, possibilitando observações das especificidades da criança em todos os seus aspectos. Esses laços construídos possibilitarão observações significativas em possíveis alterações no comportamento da criança, dando ao professor a chance de perceber e auxiliar caso ela precise de algum tipo de ajuda ou intervenção.

Quando se escolhe ser professor de Educação Infantil, é possível saber a responsabilidade que tem por se tratar de uma área que exige do profissional uma dedicação que vai além do saber educacional, exige sensibilidade que transcende a teoria.





Quando falamos de Abuso Sexual Infantil, ensinar a criança a se proteger é tão importante quanto protegê-la!

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência sexual contra uma criança ainda é tratada como tabu na sociedade contemporânea, porém é um assunto que precisa ser discutido devido ao seu grau de malefícios na vida da criança que perpetua, muitas vezes, até a fase adulta. No Brasil, de acordo com a UNICEF, inúmeros casos são anualmente notificados e existem, ainda, as subnotificações.

O combate a este fenômeno precisa ser visto como um dever de todos. Só assim será possível livrar nossas crianças e adolescentes das mãos de abusadores e pedófilos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) o abuso sexual infantil é um dos tipos de violência que mais acontece no mundo. Devido à complexidade, exige seriedade por conta das dificuldades de enfrentamento.

A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes se apresenta de duas maneiras: através do **Abuso Sexual** e através da **Exploração Sexual**. O **abuso sexual** ocorre quando um adulto ou adolescente mais velho obriga, seduz uma criança ou adolescente a realizar atos sexuais. E para o abuso sexual, existem ainda duas classificações: A primeira delas e a mais frequente é a intrafamiliar, que acontece dentro do contexto da família.

O abuso sexual

O abuso sexual infantil pode ser praticado com ou sem o uso da força física. Sem o uso da força, o adulto utiliza-se de sedução para conquistar a vítima, envolvendo-a em uma teia de onde tem dificuldade de se libertar por motivos diversos, como medo, vergonha; por entender que é a responsável pelos abusos praticados, o que a impede de pedir ajuda; e por diversos outros motivos que fazem com que o abusador não seja

descoberto e continue a fazer novas vítimas. O agressor se utiliza de força física nos casos de estupro, ou pressão psicológica, quando se utiliza de ameaças ou abuso de poder sobre uma criança ou adolescente. Muitas vezes é praticado sem o uso de força física, dificultando sua comprovação principalmente em crianças pequenas. (ARAÚJO, 2002).

Na maioria dos casos, de acordo com um levantamento realizado anualmente pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o abusador é próximo da vítima. E para Santos, Costa e Granjeiro (2009), grande parte dos casos dos abusos sexuais acontecem no seio familiar e são praticados, em primeiro lugar pelos pais das vítimas. Para Araújo (2002), esse é um exemplo de violência intrafamiliar, visto acontecer na família e envolver pessoas que moram ou não no mesmo ambiente, tendo ou não vínculos de parentescos.

O Abuso sexual praticado contra uma criança demonstra a vulnerabilidade em uma relação na qual a vítima fica em completa desvantagem em comparação ao agressor, que domina e trata a criança como se fosse sua propriedade sempre pronta para lhe satisfazer.

Mesmo sendo um assunto difícil de ser tratado, é necessário ser abordado devido a necessidade de ações mais eficazes por parte da sociedade para combater esse tipo de violência e da importância de os educadores buscarem informações para auxiliar no desenvolvimento da autoproteção das crianças visando a prevenção de casos de abuso sexual infantil.

O Código Penal brasileiro, em seu art 217-A, classifica qualquer conjunção carnal, bem como os atos libidinosos cometidos com menores de 14 anos independente de seu consentimento, como estupro de vulnerável, sendo caracterizado como crime hediondo, visto ser considerado um dos crimes mais violentos previsto no Código Penal.



De acordo com a Cartilha Maio Laranja - Como identificar que a criança está sofrendo abuso? (2021), elaborada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, há duas modalidades de abuso sexual infantil:

INTRAFAMILIAR

Quando o agressor está ligado à vítima por laços de consanguinidade, legalidade ou afinidade.

Exemplos: Consanguinidade: pais, irmãos, avós, tios, etc.
Afinidade: padrasto, madrasta, cunhado, etc.
Responsabilidade: guarda, tutela, adoção, etc.

EXTRAFAMILIAR

Quando o agressor é uma pessoa conhecida ou não da vítima e procura obter vantagem psicoemocional dessa relação.

Exemplos: Amigos, vizinhos, profissionais conhecidos pela vítima (professores, médicos, líderes religiosos, etc) ou pessoas desconhecidas.



A Exploração Sexual

A Exploração Sexual de crianças e adolescentes tem como definição o caráter comercial. De acordo com Castanha (2008), essa tipificação de violência é reconhecida como qualquer atividade com fins comerciais que as redes, pessoas e usuários se utilizam do corpo de crianças ou de adolescentes para obter vantagem ou proveito de caráter sexual.

Segundo Deslandes et al (2011), a exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno que ocorre no mundo todo e se caracteriza em uma relação de comercialização do corpo para fins de utilizações sexuais e pode se apresentar sob a forma de prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico para fins sexuais.

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é uma forma de abuso sexual, mas nem todo caso de abuso, ocorre a exploração sexual. (ZANELLA e DE BARROS LARA, 2016)

É preciso evidenciar que a pedofilia também é uma forma de violência sexual cometida contra as crianças e os adolescentes, que pode ocorrer tanto na forma de abuso sexual como na forma de exploração sexual.



Criança não é propriedade de ninguém. Criança é de todos nós; criança é de todo o mundo, é desse País inteiro.

Neide Castanha

MITOS X VERDADES

MITO

A pessoa que abusa sexualmente de crianças e adolescentes é um psicopata ou um monstro.

VERDADE

De 85% a 90% das pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes são conhecidas: 30% são pais ou mães e 60% são conhecidos da vítima e da família.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

MITO

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um evento raro.

VERDADE

Acontece muito mais do que se imagina.

Uma a cada três ou quatro meninas e um em seis a dez meninos serão vítimas de alguma forma de abuso sexual antes de completarem 18 anos de idade.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

MITO

As crianças costumam inventar que são sexualmente abusadas.

VERDADE

Cerca de 92% das crianças relatam a verdade. Apenas 8% delas inventam, sendo que $\frac{3}{4}$ dos relatos inventados pelas crianças são induzidos pelos adultos.

Fonte: Azevedo e Guerra (2000)

MITO

A criança ou adolescente que passou por situação abuso vai esquecer a experiência que sofreu. Basta apenas não tocar mais no assunto. O tempo irá curar todos os males.

VERDADE

Crianças e adolescentes que vivenciaram situações de abuso precisam de auxílio terapêutico.

Fonte: Kornfield (2000)

MITO

Se a vítima oferecer resistência, não houve abuso sexual.

VERDADE

A criança e o adolescente nunca são os culpados pelo abuso sofrido e jamais deverão ser responsabilizados. A reação da vítima depende exclusivamente da abordagem que o agressor utilizou para se aproximar.

Fonte: Cunha (2009)



O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes no que se refere à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime:

I - no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;

II - prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou

III - prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento."

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa."

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. [...]

Art. 241-B. Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. [...]

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I - facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso;

II - pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

A violência sexual deixa marcas muito profundas na vida toda e, muitas vezes, ocorre conjuntamente com outros tipos de violações, como a violência psicológica, a violência física ou negligência.

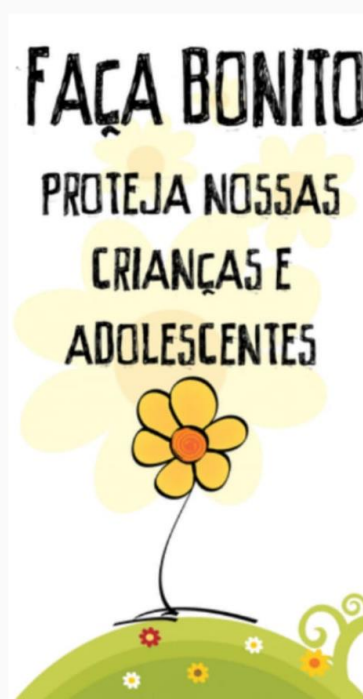


18 de Maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

O dia 18 de Maio foi escolhido como o dia de combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes em memória da menina Araceli Cabrera Sanches Crespo, capixaba, oito anos de idade, que teve todos os seus direitos humanos violados. Ela foi sequestrada, espancada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por membros de uma família tradicional do Estado do Espírito Santo em 18 de maio de 1973. Seu corpo foi abandonado e encontrado dias após seu desaparecimento em avançado estado de decomposição. Os acusados estão impunes até hoje por falta de provas. Assim, foi constituída a Lei nº 9.970/2000, a fim de sensibilizar a sociedade para o enfrentamento do problema.

A campanha com o *slogan* "Faça Bonito - Proteja nossas crianças e adolescentes", alusiva ao dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tem como proposta informar, sensibilizar, mobilizar e chamar a sociedade em geral para defender os direitos das crianças e dos adolescentes e desenvolver uma conscientização eficaz no enfrentamento da violência praticada contra as crianças e os adolescentes.

A flor representa o cuidado e a proteção que é preciso ter com as meninas e os meninos para um crescimento saudável.



Fonte: <https://www.facabonito.org/>

Entenda um pouco mais sobre a Campanha "Faça Bonito" e conheça alguns documentos que garantem a proteção de crianças e adolescentes.



Fonte: <https://www.facabonito.org/>



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento importante que dispõe sobre a proteção integral das crianças e dos adolescentes.



O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes visa contribuir na elaboração de políticas, serviços e programas que contribuem com o enfrentamento desse tipo de violência.



O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) implementa as normas da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, controlando as ações de execução, atentando para as linhas de ações e diretrizes determinadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.



Em qualquer situação, a criança sempre será a vítima em casos de violência sexual e jamais poderá ser considerada a responsável.



SINAIS, SINTOMAS E CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS

O impacto da violência sexual em crianças, assim como os sinais que elas apresentam podem variar de uma criança para outra e, apesar de alguns destes sinais serem mais comuns, existem também muitas diferenças. Sanderson (2008) deixa claro que, para proteger as crianças, é necessário que não sejam feitos julgamentos precipitados para não causar danos na vida de uma criança em casos em que há a suspeita de abuso sexual. Portanto, é preciso ter um olhar atento e sensível aos sinais que a criança apresenta. Mesmo que um único sintoma individual não indique o abuso, as mudanças no comportamento da criança que apresente vários sinais que preocupam, ao serem combinados, deve ser motivo de atenção.

Sanderson (2008) revela que é preciso observar se a criança apresenta comportamento sexual inadequado, pesadelos e distúrbios do sono, isolamento e retração, insegurança, alterações na personalidade, mudanças de comportamentos, medos de lugares e pessoas sem explicação, ataques de raiva, alterações nos hábitos alimentares, dores e feridas pelo corpo, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras alterações. Ela afirma, ainda, que a criança que internaliza suas respostas ao abuso apresentará sinais de recolhimento, depressão, tristeza e auto culpa. "As crianças sexualmente abusadas também podem experimentar um profundo sentimento de mágoa e raiva." (SANDERSON, 2008, p. 206)

Alguns pesquisadores associam o aparecimento de psicopatias graves com o abuso sexual infantil, que prejudicam a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Em qualquer idade da vida, os efeitos do abuso poderão se manifestar de formas muito variadas. (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 151)

É importante frisar que algumas dicas iniciais de que uma criança poderá sofrer de abuso giram em torno de mudanças no seu comportamento, porém, um sinal isolado ou alguma alteração no comportamento não indica abuso sexual. Só um conjunto de sinais e sintomas perceptíveis no contexto do ambiente da criança é que devem ser levados em conta. (SANDERSON, 2008, p. 271)

Para falar das consequências deixadas pelo abuso, muitos pesquisadores divergem em suas opiniões. Algumas manifestações psicológicas ocorrem a curto ou longo prazo. É preciso considerar algumas particularidades que envolveram o tipo de violência praticada. São vários os fatores que envolvem as consequências do abuso sexual em crianças.

Para Figueiredo (2015), quanto mais nova é a criança vítima de abuso, mais prolongada e violenta for a situação, quanto maior a diferença de idade entre a vítima e o abusador, mais graves poderão ser as consequências do ato. E quanto maior for a proximidade entre vítima e abusador, maior a consequência. (FIGUEIREDO, 2015, p. 14)

Uma infância marcada por abusos carrega como resultado um adulto cheio de revolta que provavelmente devolva ao mundo tudo que lhe foi dado. (SILVA, 2019, p. 49)

O abuso sexual é uma das violências mais avassaladoras da infância. Por isso os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes não podem ignorar essa triste realidade.



Independente das variações de atitudes e de situações, a monstruosidade do abusador em relação à vítima é indiscutível. A criança que tem seu corpo violado, maculado, certamente sairá de uma situação de abuso com muitas sequelas. Poderá sair com ferimentos graves que poderão ser lesões nas genitais ou anais; doenças sexualmente transmissíveis; hematomas; contusões; fraturas; lesões físicas gerais e gestação, no caso das adolescentes, entre muitas outras consequências graves.

Pode ser observado que o silêncio estabelecido nos casos de abuso sexual cometido contra as crianças é um obstáculo que impede a punição dos agressores, que somada à recorrência do ato sexual violento, em muitos casos, poderá deixar sequelas físicas ou psíquicas muito sérias ou até mesmo provocar a morte da criança. (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 171)

Os profissionais que trabalham com crianças precisam de conhecimento para ensiná-las a se protegerem e para que saibam como lidar com as vítimas.

Sem informação não há proteção!

É preciso garantir que as crianças cresçam seguras e protegidas, livres do abuso e da exploração sexual.





As mudanças repentinas no comportamento da criança precisam de atenção!

POR QUE REALIZAR A INTERVENÇÃO CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL?

Agir de maneira preventiva é a forma mais segura de proteger as crianças de qualquer tipo de violência. Para que isso seja possível, todos os responsáveis pela criança deverão ter acesso às informações corretas de forma que os fatos sejam separados da ficção sobre o abuso sexual infantil e a prevenção aconteça garantindo os direitos da criança.

Muitos educadores não se sentem preparados para realizar a intervenção na prevenção do abuso, porém, muitas vezes, eles são os únicos que poderão impedir ou interromper uma situação de abuso sexual em uma criança.

Para começar, é preciso desmistificar a ideia de que desenvolver práticas pedagógicas voltadas à prevenção do abuso sexual infantil irá erotizar a criança. Não se trata de ensinar a criança a fazer sexo ou a mudar de sexo. Não antecipará as informações desnecessárias para sua idade. A criança bem orientada no que se refere à sua sexualidade, compreenderá o sentido de respeitar seu corpo e o corpo do outro, entenderá como lidar com seus sentimentos e emoções, aprenderá o significado de privacidade e intimidade, quais toques em seu corpo são permitidos ou não. A criança entenderá o significado de relacionamento entre adultos e crianças.

A ferramenta mais poderosa para prevenir o abuso sexual infantil é a orientação leve, saudável e divertida. Só o conhecimento poderá proteger a criança levando-a a desenvolver a sua autoproteção. A partir do momento em que ela reconhecer seu corpo e os limites que devem ser impostos, certamente estará mais atenta e confiante para impedir que seja violado.

É na infância que a criança tem sede por aprender, que está apta a absorver todas as informações disponíveis, mas é também na infância que ela corre mais risco de ser abusada sexualmente. Ela está mais vulnerável por não ter, ainda, os conhecimentos necessários para se proteger.

A criança que é estimulada desde cedo a ver seu corpo como algo seu e compreende o direito de decidir quem vai tocá-la, estará preparada no futuro para dizer “não” a um adulto ou outra criança sem se sentir mal por causa disso, estará à vontade para se afastar daqueles que tentarem se aproximar de uma forma que não a agrada e pedirá por ajuda a seus responsáveis quando for preciso. Para que isso aconteça, é imprescindível que ela tenha confiança em algum adulto. Caso não tenha isso em casa, o trabalho do professor é fundamental para que essa confiança seja criada ou fortalecida entre o professor e a criança.

Muitos casos de abuso, às vezes dentro da família, são revelados pela criança ou adolescente a partir de uma roda de conversa ou uma aula que envolve alguma prática pedagógica voltada à prevenção de abusos e do autocuidado. Apesar dessas ações não garantirem que a criança não passe por uma situação de abuso, permitirá que ela tenha acesso ao conhecimento e informações necessárias que poderão diminuir os riscos.

Preste atenção!

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência - ABRAPIA recomenda:

- Entre 18 meses e 3 anos ensine a criança o nome das partes do corpo;
- Entre 3 e 5 anos, converse sobre as partes privadas do corpo;
- Após os 5 anos, a criança deve ser bem orientada sobre sua segurança pessoal e alertada sobre as principais situações de risco;
- Depois dos 8 anos, deve ser iniciada a discussão sobre os conceitos e as regras de conduta sexual que são aceitas pela família e podem ser fornecidas informações básicas sobre reprodução humana.

POR QUE DENUNCIAR UMA SUSPEITA DE ABUSO SEXUAL INFANTIL?

Entre outras atribuições, a escola tem como dever garantir a qualidade de vida dos alunos e promover a cidadania. Assim, é imprescindível a contribuição de todos para a proteção das crianças, assim como mantê-las a salvo de qualquer tipo de violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma, em seu Art. 18 que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. E, para confirmar a obrigatoriedade de todos com relação ao cuidado e à proteção das crianças, a Constituição Federal de 1988 reconhece em seu Art. 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227).

Caso seja detectada ocorrência de abuso sexual contra uma criança ou adolescente, a escola, assim como toda a comunidade escolar, tem o mesmo grau de responsabilidade e comprometimento que os responsáveis legais pela criança de realizar a denúncia aos órgãos competentes. É fundamental que todos os profissionais envolvidos com a criança compreendam a responsabilidade de denunciar os casos suspeitos para que seja realizada a investigação e a criança possa ser protegida de todo e qualquer tipo de violação dos seus direitos e o professor deve exercer seu papel de protetor além de educador.



O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu Art. 245 que a notificação é compulsória por parte dos profissionais responsáveis por crianças e adolescentes quando se trata de uma suspeita ou conhecimento de maus tratos contra elas:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena: – multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (Brasília, 1990).

Infelizmente, apesar de todas as obrigatoriedades e determinações legais de notificar às autoridades os casos suspeitos de abuso contra crianças, ainda existem as subnotificações, que é uma realidade alarmante e reduz as possibilidades de intervenção e proteção das vítimas. Isso acontece, muitas vezes, porque os profissionais sentem receio de denunciar por acreditarem que não devem se envolver em “assuntos de família”, ou, até mesmo, porque supervalorizam a privacidade das famílias, justificando a intervenção como uma invasão ou intromissão.

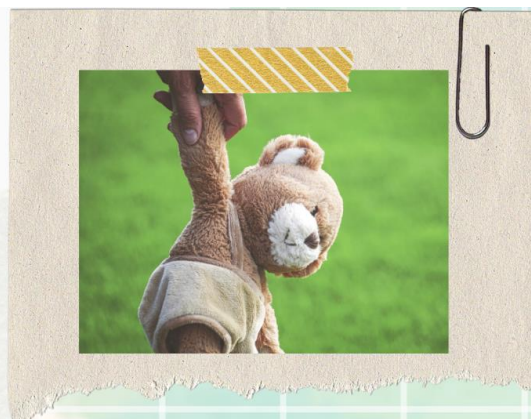
O fato é que todos têm o dever de cuidar e proteger as crianças. Isso obriga os responsáveis por elas a denunciar os casos suspeitos de abuso sexual infantil, caso contrário poderão responder legalmente por omissão ou negligência.

Não é fácil informar uma suspeita de abuso contra uma criança! Porém, é preciso entender que essa atitude pode salvar uma vida! Pense nisso!



COMO DENUNCIAR?

Tendo em vista que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema de toda a sociedade, qualquer cidadão poderá realizar a denúncia de ocorrência ou suspeita destes casos. Para isso, basta procurar:



- **O Conselho Tutelar;**
- **As delegacias especializadas;**
- **A Polícia Militar - 190**
- **Disque 100 (Disque Direitos Humanos)**

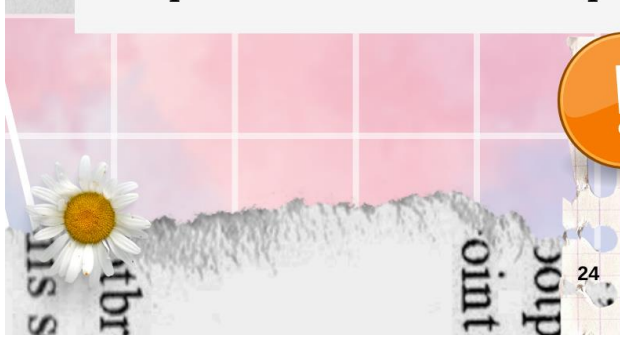
De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Conselho Tutelar é o órgão que aplica as medidas de proteção a crianças e adolescentes.

É preciso denunciar ainda que seja apenas uma suspeita!



Importante!

Para dúvidas e informações:
ouvidoria@mdh.gov.br



Você sabia?

O Disque Direitos Humanos (Disque 100), é um canal por onde as denúncias podem ser feitas de forma anônima. Assim, qualquer pessoa poderá fazer uma denúncia sem ser identificada.

É necessário deixar claro que fazer uma denúncia não é a mesma coisa que acusar. Afinal, existe um profissional especializado que realizará a investigação da denúncia.

Não é preciso ter a certeza de que o abuso sexual contra uma criança ou adolescente esteja ocorrendo para denunciar. A função de investigar pertence às autoridades competentes. O ato de denunciar é um meio de garantir a segurança da criança ou do adolescente que esteja em risco iminente.

Quando se fala de adultos praticarem violência sexual contra uma criança, o assunto causa repulsa na maioria das pessoas. Porém, diante de dados cada vez mais alarmantes, é preciso abordar o tema para que um número maior de profissionais se mobilize na luta contra o abuso para proteger nossas crianças. É preciso conhecer o problema para combatê-lo. A prevenção poderá se mostrar como uma ferramenta eficaz, porém, nos casos que já estiverem em andamento, a denúncia é a única forma de tentar interromper o ciclo da violência.



**É preciso denunciar para
proteger a vítima e para que
o abusador não continue
fazendo outras vítimas!**

SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS PARA PREVENIR O ABUSO SEXUAL INFANTIL



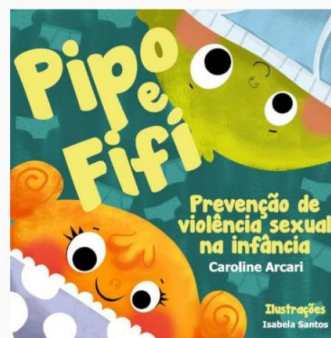
Proporcionar à criança um desenvolvimento de fato envolve diversos direcionamentos, inclusive durante a higienização.

- Que tal aproveitar os momentos como os banhos e as trocas de fraldas das crianças bem pequenas para orientar e apresentar a elas as partes do seu corpo?
- Cite seus nomes com calma e tranquilidade.
- Relate o motivo pelo qual algumas destas partes não devem ser tocadas por adultos além de seus pais e/ou responsáveis e por outras crianças.
- Não esqueça de respeitar a faixa etária da criança e sempre utilizar a linguagem adequada, além de pronunciar o nome correto das partes do corpo. *(Os apelidos são totalmente dispensáveis!)*

Quando a criança entender que tem propriedade sobre seu corpo e deve decidir quem toca nele, terá a chance de tentar de defender caso seja necessário.

Com as crianças de três anos ou mais, é possível utilizar livros de histórias que as ajudam a entender os conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos, convivência e trocas afetivas.

O livro “Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual na infância” de Caroline Arcari, é uma sugestão interessante, pois orienta a criança a diferenciar os tipos de toques, de amor e abusivos, apontando os caminhos para o diálogo e a proteção.



Fonte: Revistaecosdapaz.com

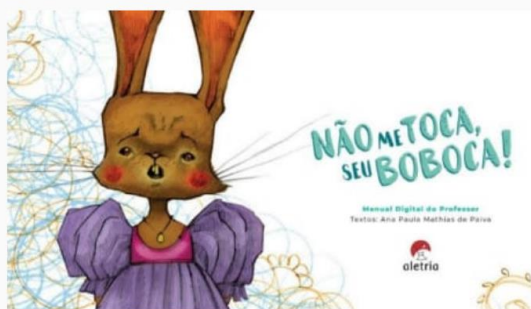
""A Mão Boba e Mão Boa" de Renata Emrich, aborda a questão da "mão boba" que tenta tocar a criança em troca de presentes, além de destacar a falta de atenção de outros adultos ao sofrimento da protagonista.



Fonte: Revistaecosdapaz.com

A Literatura Infantil auxilia no desenvolvimento intelectual e emocional das crianças, assim, ela também pode e deve ser usada como uma ferramenta de abordagem lúdica de prevenção visando a autoproteção contra o abuso sexual infantil.

O livro "Não me toca, seu boboca", de Andrea Taubman, apresenta uma narrativa com linguagem simples abordando a história de uma coelha que, com a ajuda de seus amigos e com muita esperteza, se livrou de uma situação de violência por parte de um vizinho.



Fonte: Revistaecosdapaz.com

"Meu Corpo, Meu Corpinho!, de Roseli Mendonça apresenta de forma lúdica os temas como integridade física, proteção e privacidade, ajudando as crianças a entenderem os conceitos para evitar abusos sexuais.



Fonte: Editora Matrecência

O livro "Segredo Segredíssimo", de Odívia Barros, relata a história da protagonista que tem um segredo que a deixa triste. Ela tem uma amiga muito esperta que, ao saber do segredo, lhe dá um conselho.



Fonte: Revistaecosdapaz.com

Todas as sugestões acima devem ser usadas de acordo com a faixa etária indicada e é preciso criar um ambiente favorável antes de iniciar a contação da história.

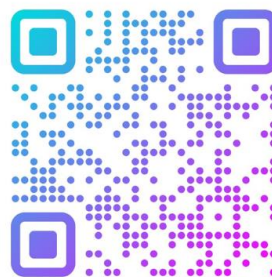


**A Literatura Infantil
poderá ajudar a prevenir
o abuso sexual infantil!**

**Vídeos de prevenção do
abuso sexual infantil:
Como acessar...**

<https://youtu.be/JPVxzOaTewA>

Nisso e naquilo (Boneca Juju)

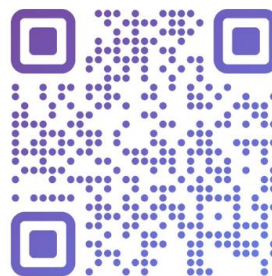


<https://youtu.be/FXAV094yxIM>

O Seu Corpo é um Tesourinho

<https://youtu.be/6UfLklzLjhs>

Semáforo do toque - aprendendo
a proteger o corpinho





Importante!

As propostas sugeridas exigem continuidade. Dialogar sobre o assunto com a criança uma única vez não alcançará o objetivo esperado, que é levar a criança a desenvolver a sua autoproteção. Portanto, é necessário realizar as atividades mais de uma vez!

É possível levar a criança a desenvolver a sua autoproteção contra o abuso sexual, mas para isso, é preciso buscar as informações corretas. O professor precisa se sentir preparado para realizar a abordagem!

Não falar sobre esses assuntos com as crianças só fortalece o abusador, pois ele se aproveita da falta de informação que é natural da criança!

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO & GUERRA. **Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Laci/USP, 2000.
- ARAÚJO, M. de F. **Violência e Abuso Sexual na Família**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.
- ARCARI, C. **Pipo e Fifi**: prevenção de violência sexual na infância. Instituto Cores: 2013.
- BARROS, Odívia. **Segredo segredíssimo**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- BRASIL. Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente–SNDCA/MMFDH. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes–abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional (Cartilha Maio Laranja)**. Brasília, 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.
- Campanha **“faça bonito”**. Disponível em: <https://www.facabonito.org/>
- CASTANHA, Neide (Org.). **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Caderno Temático. Brasília, 2008.
- COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CNEVSCCA). **Faça Bonito**. Disponível em: <https://www.facabonito.org.br/a-campanha>. Acesso em 18 dez. 2022.
- CUNHA, Maria Leolina Couto. Curso de Pós-graduação Metodologia para o Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes: **Compreendendo o Fenômeno da Violência contra crianças e adolescentes**. Cecovi- PUCPR/PUC web, 2009.
- KORNFELD, Débora. **Vítima, Sobrevivente, Vencedor!** São Paulo: Sepal, 2000.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência - ABRAPIA (2002). **Abuso sexual: mitos e realidade** (3a ed.). Petrópolis, RJ: Autores & Agentes Associados. Recuperado em 20 junho, 2016, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf

DESLANDES, Suely et al. Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 1633-1645, 2011.

EMRICH, Renata. **A mão boa e a mão boba**. Belo Horizonte: Ramalhete, 2016.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. 1 ed. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008.

SANTOS, V. A. dos; COSTA, L. F.; GRANJEIRO, I. A. C. L. Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: **ingerência invasiva ou proteção devida?** *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, pp. 516-524, out./dez. 2009.

UNICEF et al. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**, Brasília, 2021.

ROMARO, R.A; CAPITÃO, C.G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007

FIGUEIREDO, Nicole Christine Alves. **Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos**. 2015. Tese de Doutorado.

SILVA, Regisson da; THIENGO, Edmar Reis. O monstro amigo: **possíveis abordagens no ensino fundamental sobre o abuso sexual em crianças**. 2019.

MENDONÇA, Roseli Mendonça. **Meu corpo, meu corpinho**. Curitiba: Matrescência, 2019.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Abordagem de Casos Concretos em uma Perspectiva Multidisciplinar e Interinstitucional**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaoLaranja2021.pdf>> Acesso em 13 de dez. de 2022.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca, seu boboca!** Belo Horizonte: Aletria, 2017.

ZANELLA, Maria Nilvane; DE BARROS LARA, Angela Mara. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 75-87, 2016.

As autoras



Monica Gomes de Sá Barbosa

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Especialista em Educação Infantil pela Universidade Cândido Mendes. Educadora efetiva da rede municipal de Presidente Kennedy-ES. Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação no Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC).

Márcia Moreira de Araújo

Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)-RJ. Professora e Orientadora do mestrado acadêmico PPGEDUC- UFES, ALEGRE-ES. Orientadora de pesquisas a nível de mestrado do Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Universidade Vale do Cricaré - São Mateus - ES. Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2002) e Pedagogia pela UNIG-RJ. Mestrado em Educação pelo PPGE - Universidade Federal do Espírito Santo (2010) e doutorado em Educação PPGE- Universidade Federal do Espírito Santo (2016). Educadora efetiva da rede municipal de educação de Piúma (desde 1991) e Professora /bióloga da rede estadual de educação -SEDU-ES. Temas de interesse: Educação ambiental- ensino de biologia - diversidade cultural- interseccionalidade- investigação científica- práticas educativas- inclusão, protagonismo do estudante e mediação do educador- Novas tecnologias na educação.



*"A neve e as tempestades matam as flores, mas nada podem
contra as sementes."*

Khalil Gibran



APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

QUESTIONÁRIO

A presente pesquisa será desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. O objetivo é analisar os conhecimentos dos professores do Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”, no município de Presidente Kennedy/ES com relação ao abuso sexual infantil. Peço que, por favor, preencha o questionário sendo mais sincero(a) possível.

A sua resposta é anônima.

Todos os dados levantados serão usados unicamente para esta pesquisa.

Obrigada pela colaboração!

1 – Qual a sua formação?

Bacharelado

Licenciatura

Especialização. Qual? _____

Mestrado. Qual? _____

Doutorado. Qual? _____

2 – Qual seu tempo de atuação na educação?

1 a 5 anos

6 a 10 anos

10 a 15 anos

Mais de 15 anos

3 – Na sua formação, você recebeu alguma orientação sobre como desenvolver práticas pedagógicas com a educação voltadas à prevenção de abusos e do autocuidado?

Sim, pouco Sim, o suficiente Sim, muito Não

4 – Você acha relevante que os cursos de formação de professores tenham esse tipo de abordagem?

Sim, muito relevante Sim, pouco relevante Não é relevante

5 - Durante a sua trajetória, enquanto professor, você já vivenciou alguma situação de abuso sexual infantil?

Sim, 1 vez Sim, mais de uma vez Não

6 – Quais as suas dificuldades diante de uma suspeita de abuso sexual infantil?

Receio em fazer a denúncia

Não saber o que fazer

- () Medo do provável agressor
() Não sente nenhuma dificuldade
() Sentiu outra dificuldade? Quais? _____

7 – Você já conversou ou já trabalhou o tema prevenção do abuso sexual infantil em sala de aula com seus alunos? Se a resposta for sim, conte como foi.

8 – Na escola que você atua já houve alguma discussão sobre a prevenção ao abuso sexual infantil? Caso tenha ocorrido, como foi?

9 - Sente que possui informação e formação para atuar em uma situação de abuso sexual de uma criança?

- () Sim, com certeza () Sim, pouco () Não

10 – Que indícios lhe permitem identificar que uma criança esteja sofrendo abuso sexual?

11 - Você já identificou algum caso suspeito de abuso sexual em sua escola? Quais procedimentos adotou?

12 - Caso você perceba que um de seus alunos está sofrendo abuso sexual, você tem conhecimento de quais atitudes deve tomar?

- () Sim. Quais _____
() Não.

13 - Você já vivenciou alguma situação de abuso sexual infantil ao longo da sua vida? Se puser e quiser, conte como foi sem identificar os sujeitos.

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA RODA DE CONVERSA

INFORMAÇÕES:

O presente roteiro tem como objetivo organizar um instrumento importante para a produção dos dados necessários à realização da pesquisa intitulada "Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Atuação das Professoras de Educação Infantil no Desenvolvimento da Autoproteção e Prevenção". O desenvolvimento dessa pesquisa consistirá na dissertação de mestrado da pesquisadora.

Figura 11 – Convite para a roda de conversa



RODA DE CONVERSA

Por **Monica Gomes de Sá Barbosa**

O abuso sexual infantil e a atuação do professor de Educação Infantil no desenvolvimento da autoproteção como forma de prevenção.

Local: CMEI 'Liane Quinta'
Sala dos Professores
Horário: 11:30

Dia: 16 de novembro de 2022

The image is a colorful invitation poster for a round table discussion. It features a pink and purple background with white floral patterns and a torn paper effect at the top and bottom. The text is in bold, black, sans-serif font. At the bottom, there is an illustration of four people sitting in a circle, engaged in conversation, with speech bubbles containing three dots. A red location pin icon is next to the location information.

Fonte: (Produzido pela autora)

PAUTA PARA ORGANIZAÇÃO DA RODA DE CONVERSA:

- Recepção e boas-vindas aos participantes;
- Apresentação do tema: *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Atuação das Professoras de Educação Infantil no Desenvolvimento da Autoproteção e Prevenção.*
- Leitura de texto motivacional (“*Criança*” – *Cecília Meireles*);
- Orientação quanto a organização do diálogo;
- Informações sobre a preservação e o sigilo das informações dos participantes;
- Espaço livre para comentários;
- Momento do debate sobre o tema em questão;
- Encerramento e agradecimento aos participantes.

QUESTIONAMENTOS REALIZADOS DURANTE O ENCONTRO:

- Vocês veem alguma relação entre práticas pedagógicas voltadas à prevenção do abuso sexual infantil e o incentivo à sexualidade da criança?
- Vocês acham importante abordar esse tema dentro das escolas de Educação Infantil?
- Vocês entendem que o conhecimento é um meio de proteção?
- E aqui, em Presidente Kennedy, acham essa abordagem de relevância?
- O que acharam da experiência em responder um questionário com esse teor?
- Alguém quer dar alguma contribuição, acrescentar algo que não constava no questionário?
- Quantas de nós se sente preparada para realizar uma denúncia de abuso sexual?
- Se durante uma aula com foco na prevenção do abuso sexual, uma criança relatar um caso de abuso, qual atitude você tomaria?

APÊNDICE D - TEXTO MOTIVACIONAL DA RODA DE CONVERSA

CRIANÇA

*Cabecinha boa de menino triste,
de menino triste que sofre sozinho,
que sozinho sofre, — e resiste,*

*Cabecinha boa de menino ausente,
que de sofrer tanto se fez pensativo,
e não sabe mais o que sente...*

*Cabecinha boa de menino mudo
que não teve nada, que não pediu nada,
pelo medo de perder tudo.*

*Cabecinha boa de menino santo
que do alto se inclina sobre a água do mundo
para mirar seu desencanto.*

*Para ver passar numa onda lenta e fria
a estrela perdida da felicidade
que soube que não possuiria.*

Cecília Meireles

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ABUSO SEXUAL INFANTIL: ATUAÇÕES DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA AUTOPROTEÇÃO E PREVENÇÃO

Pesquisador: MONICA GOMES DE SA BARBOSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64444122.5.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.728.394

Apresentação do Projeto:

conforme a proponente, "a pesquisa será qualitativa, associada à pesquisa-ação com um estudo de campo, de cunho bibliográfico e exploratório. Os sujeitos participantes desta pesquisa serão os professores da Educação Infantil do CMEI "Liane Quinta". A escolha pelo local da pesquisa se justifica por se tratar de uma instituição incentiva o desenvolvimento de pesquisas e por ser o local de trabalho da pesquisadora, a qual estará em busca de aprimoramento das aplicações das práticas educacionais relacionadas ao tema do estudo em questão. O processo de obtenção da amostra será por meio de conglomerados, visto não ser possível investigar toda a população de professores da Educação Infantil, sendo mais viável para a obtenção de resultados através dos procedimentos selecionados. O grupo de participantes será composto por 13 professores regentes da Educação Infantil da referida instituição. Por se tratar de uma pesquisa de cunho bibliográfico, será realizada uma abordagem de pesquisas já desenvolvidas já área, tendo como recurso os estudos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no portal Google Acadêmico e em livros. Após esse processo, será aplicado um através de questionário semiestruturado e roda de conversa mediada pela pesquisadora, para um envolvimento dos sujeitos sobre seus conhecimentos e ações cotidianas diante da possibilidade de uma situação de abuso. A partir dos dados coletados, será elaborado o relatório de análise e discussão dos resultados. Finalizando, será elaborado um guia de orientações aos educadores para que possam atuar diretamente na prevenção do abuso sexual infantil".

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.728.394

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Entender como o professor pode desenvolver, junto às crianças da Educação Infantil, uma autoproteção eficaz contra possíveis casos de abuso sexual na infância.

Objetivo Secundário:

Elencar os sinais e consequências de abusos ou violência sexual infantil com ênfase na importância da informação para aquisição da autoproteção.

Analisar, junto aos professores de Educação Infantil, seus conhecimentos acerca dos sinais e sintomas da violência sexual infantil e suas ações no cotidiano diante de uma possível situação de abuso.

Exemplificar métodos de atuações visando a prevenção e a autoproteção da criança.

Elaborar um guia de orientações aos educadores para atuação na prevenção do abuso sexual infantil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo a Resolução 466/12, toda pesquisa que utiliza seres humanos em sua realização envolve riscos em tipos e graduações variados. Nesta pesquisa, como desconforto e riscos em potenciais, este estudo prevê que os participantes possam sentir um constrangimento ao responderem as questões e/ou participarem da roda de conversa. Para amenizar esse constrangimento, será realizado um diálogo prévio individual e presencial com

cada participante para que possa se sentir mais à vontade e esclarecido, de forma que fique evidente que poderá retirar seu consentimento e desistir da participação a qualquer momento. Se, ainda assim, sentir algum mal-estar, a pesquisadora do presente estudo irá encaminhar o participante ao serviço de atendimento médico mais próximo do local da pesquisa.

Benefícios:

Os profissionais envolvidos serão beneficiados diretamente com esta pesquisa, pois será a partir do presente estudo que será elaborado um material de apoio aos professores da Educação Infantil com sugestões e métodos de prevenção do abuso sexual infantil, auxiliando-os na prática educacional de abordagem da temática visando a autoproteção da criança.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme a pesquisadora, os "sujeitos participantes" da pesquisa em epígrafe "serão 13

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "LIANE QUINTA"
RUA PROJETADA, S/N – PRAIA DE MAROBÁ – PRESIDENTE KENNEDY - ES

CMEI LIANE QUINTA
Alto da Cruz nº 36 de 24/04/2014
R. do. da CEE nº 421 de 23/12/2015
Presidente Kennedy - ES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, *Maria de Jesus Tamiasso*, ocupante do cargo de diretora no Centro de Educação Infantil "Liane Quinta", autorizo a realização, nesta instituição, da pesquisa intitulada "*Abuso Sexual Infantil: Atuações do professor de Educação Infantil no desenvolvimento da autoproteção e prevenção*", sob a responsabilidade da pesquisadora *Monica Gomes de Sá Barbosa*, tendo como objetivo primário entender como o professor pode desenvolver, junto às crianças da Educação Infantil, a autoproteção contra possíveis casos de abuso sexual na infância.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para a pesquisadora serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Presidente Kennedy - ES, 23 de setembro de 2022.

Maria de Jesus Tamiasso
Diretora
Decreto Nº 0014/2019

Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição coparticipante

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "LIANE QUINTA"
TEL: (28) 3535-4036
E-MAIL: cmei.lianequinta@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, *Fátima Agrizzi Ceccon*, Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy - ES, autorizo a pesquisadora *Monica Gomes de Sá Barbosa*, aluna do curso de mestrado profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Universidade Vale do Cricaré, realizar sua pesquisa no Centro Municipal de Educação Infantil "Liane Quinta", onde buscará subsídios para discorrer sobre o tema "*Abuso Sexual Infantil: Atuações do professor de Educação Infantil no desenvolvimento da autoproteção e prevenção*".

Declaro estar ciente de que a pesquisa será realizada para cumprimento de exigência da conclusão do curso.

A pesquisadora fica comprometida, após a defesa da dissertação, entregar uma cópia do seu trabalho de pesquisa aprovado pela instituição, na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy.

Presidente Kennedy - ES, 26 de setembro de 2022.

Fátima Agrizzi Ceccon
Secretaria Municipal de Educação
Decreto nº 189/2019

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a) “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Atuação das Professoras de Educação Infantil no Desenvolvimento da Autoproteção e Prevenção”, conduzida por Monica Gomes de Sá Barbosa. Este estudo tem por objetivo geral: Compreender como as professoras podem desenvolver, junto às crianças da Educação Infantil, a autoproteção contra possíveis casos de abuso sexual na infância. E como objetivos específicos: Elencar os conceitos, sinais, sintomas e consequências do abuso e da exploração sexual infantil; verificar, junto às professoras de Educação Infantil, seus conhecimentos acerca dos sinais e sintomas de abuso sexual infantil; entender como as professoras reagem diante de uma suspeita de abuso sexual infantil; elaborar um guia de orientações às professoras para atuação na prevenção do abuso sexual infantil em sala de aula.

A sua participação permitirá a coleta de dados e influenciará nos resultados deste estudo, portanto, é muito importante que dê sua contribuição respondendo algumas perguntas relacionadas às práticas educacionais no Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta” e participando da roda de conversa que possibilitará uma troca de saberes e informações relacionadas ao tema desta pesquisa. As quatorze (13) perguntas estão relacionadas em um questionário impresso semiestruturado e a roda de conversa está prevista para o dia sete (16) de dezembro de 2022 às 11:30.

Você foi selecionado (a) por fazer parte do corpo docente da referida instituição, porém, a sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Quanto aos riscos relacionados à pesquisa, cabe destacar que são mínimos. De acordo com a Resolução 466/2012, toda pesquisa realizada com seres humanos é perpassada por risco em tipos e gradações variados, considerando a quebra de privacidade dos dados e possíveis constrangimentos. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Para tanto, a pesquisa será realizada de forma anônima e com a garantia por parte da pesquisadora de que todo material será utilizado exclusivamente para fins de obtenção de resultados do estudo. Se

algum participante sentir algum tipo de mal-estar durante a coleta de dados, a pesquisadora se compromete a conduzi-lo ao serviço de atendimento médico mais próximo do local da pesquisa.

Quanto aos benefícios do desenvolvimento desta pesquisa, trará subsídios para a implementação ou implantação de práticas educacionais voltadas à prevenção do abuso sexual infantil e desenvolvimento da autoproteção das crianças de 0 a 3 anos de idade, além de possibilitar que outras pesquisas venham a ser desenvolvidas visando a proteção das crianças contra o abuso sexual infantil.

A participação na pesquisa ocorrerá de forma espontânea, portanto não acarretará nenhum prejuízo financeiro ou ônus, devido ter como única finalidade, colaborar com o resultado deste estudo.

A pesquisadora e sua orientadora serão as únicas pessoas com acesso às informações anônimas colhidas durante o processo, assim, o material será utilizado apenas para fins de coleta de dados. O anonimato do participante é seguro, para tanto, quaisquer informações que possibilitem sua identificação serão omitidas.

Os resultados da presente pesquisa terão como divulgação a dissertação e seu recorte em forma de artigo publicado em revistas científicas sem, contudo, permitir quaisquer informações sobre os participantes do estudo realizado.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Este termo possui duas vias de igual teor onde uma ficará com o pesquisando e outra com o pesquisador.

Nome completo: _____

RG: _____ Data de nascimento: ____/____/____ Telefone: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura do pesquisador: _____ Data: ____/____/____

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com a pesquisadora Monica Gomes de Sá Barbosa, via e-mail: ou telefone: (22) 99769 3870.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa – UNIVC

São Mateus (ES) – CEP: 29933-415

Telefone: (27) 3313-0028 / E-mail:

Pesquisadora responsável: Monica Gomes de Sá Barbosa

Endereço: Rua Pedradas, 189, segundo andar, Ilmenita

Marataízes (ES) – CEP: 29345-000

Telefone: (22) 99769 3870 / E-mail: